

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL**

**O RESGATE DA LÍNGUA GERAL  
Modos de Representação das unidades lingüísticas da Língua Geral Brasileira e do Tupi  
Austral na obra de Martius (1794 – 1868)**

**ALINE DA CRUZ**

**SÃO PAULO  
2005**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL**

**O RESGATE DA LÍNGUA GERAL  
Modos de Representação das unidades lingüísticas da Língua Geral Brasileira e do Tupi  
Austral na obra de Martius (1794 – 1868)**

**ALINE DA CRUZ**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral, do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Lingüística.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Fernandes Salles Altman**

**SÃO PAULO  
2005**

*Aos meus pais e às minhas avós,  
Dona Benta e Dona Ângela*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo agradecer à minha orientadora Profa. Dra. Cristina Altman, presente desde a minha iniciação científica, por sempre acreditar em mim, o que exigiu certa dose de paciência.

Agradeço aos Profs. Drs. Lyle Campbell (ABRALIN, 2000), Angel H. Corbera Mori (IEL-UNICAMP), Cristina Altman (DL – USP), Maria Vicentina do Amaral Dick (DL –USP), Eloá Heise (DLM *Alemão* – USP) e Leo Wetzels (Universidade Livre de Amsterdã) pelos cursos de Pós-Graduação. Aos professores que participaram de minha banca de qualificação, Profs. Drs. Adone Agnolin (DH – USP) e Paulo Chagas de Souza (DL – USP), por suas contribuições. Agradeço também ao Prof. Dr. Aryon Rodrigues (UnB) pelo incentivo à pesquisa sobre o “Martius”. Em especial, devo agradecer ao Prof. Dr. Waldemar Ferreira Netto (DLCV – USP), que tão atenciosamente me atendeu a respeito de minhas dúvidas sobre a morfologia das línguas Tupi-Guarani, e à Profa. Dra. Iris Bachmann (Universidade de Manchester), pela tradução de alguns textos de Martius.

Pela mesma razão, agradeço à minha amiga de todos os momentos, Beatriz Christino. Esta pesquisa só começou a fazer sentido para mim, quando trabalhamos juntas em um artigo sobre a visão do contato lingüístico para Martius (1794 – 1868), Steinen (1855 – 1929) e Ehrenreich (1855 –1914).

Aproveito para agradecer aos colegas e amigos do CEDOCH, com quem dividi idéias, críticas, dúvidas e boas risadas. Devo agradecer especialmente a Beatriz e as Dras. Ângela França, Luciana Gimenes e Olga Coelho pela amizade e pelo carinho com que me acolheram, quando eu ainda estava no primeiro ano de graduação e, principalmente, pela leitura atenta de meus textos. E também ao Renato Ambrósio, pela ajuda com alguns vocábulos latinos e por ter sido um bom amigo nos momentos em que a minha ansiedade parecia incontrolável.

Obrigada a cada uma das pessoas queridas com as quais convivi na Universidade de São Paulo. Em particular, às minhas grandes amigas, Renata Lúcia Moreira e Dafne Zanoni, por incentivarem todas as minhas idéias “malucas” e sempre se orgulharem de mim. Também me

orgulho muito de vocês. À Dafne, agradeço inclusive a correção de todos os *abstracts* que escrevi durante a Pós-Graduação.

Obrigada aos funcionários da Biblioteca Central da FFLCH-USP, da Biblioteca Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; do Instituto Martius – Staden e do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Ben Hur, Érica e Robson, muito obrigada, pelo período delicioso em que trabalhei com vocês um pouco antes de começar esta pesquisa. E durante o mestrado, obrigadíssima, por tudo.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

Agradeço ao Senhor Edgar, à vó Benta, à vó Ângela e a todos os meus tios e primos, pelo carinho. À Maria, por não deixar esta pesquisa se perder no caos do meu quarto. À Shelly, pela companhia nas tardes solitárias que passei em frente ao computador, tentando tornar compreensível as minhas idéias.

Agradeço aos meus pais pelo apoio em todos os momentos de minha trajetória. Aos meus irmãos, Flávio e Ivan, por sempre torcerem por mim. Vale acrescentar boas-vindas aos recém-chegados, minhas cunhadas, Marilene e Adriana, e ao meu querido sobrinho (ou será sobrinha?) que, nem bem chegou, já está no meu coração. À Adriana e à minha mãe, agradeço inclusive pela revisão da qualificação.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao Igor. Obrigada, Igor, por nunca deixar eu me esconder na toca como um tatuzinho.

E a Deus, por estas pessoas maravilhosas existirem.

**Resumo:**

Esta pesquisa investigou as razões do naturalista Karl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868) ter proposto a difusão da Língua Geral Brasileira entre todos os indígenas do Brasil como forma de contribuir para sua ‘civilização’, entendida como a submissão ao trabalho para os colonos e a conversão ao Cristianismo, em detrimento de suas próprias crenças e costumes. Para tanto, procurou-se levantar os argumentos do naturalista acerca da origem, da classificação tipológica e das funções sociais dessa língua. Por outro lado, procuramos entender como Martius caracterizava a Língua Geral Brasileira, por meio da análise do modo de representação dos fonemas da língua, assim como, do modo de segmentação morfológica dos vocábulos registrados como verbos no *Diccionario da Lingua Geral Brasileira: portuguez e alemão* (Anônimo, século XVIII) e na lista de palavras da mesma língua, recolhida por Spix e Martius durante a expedição ao Brasil entre 1817 e 1820. Esses materiais foram comparados ao *Diccionario de Verbos: portuguez tupi-austral e alemão* (Anônimo, século XVIII), que registra a língua geral, que teria sido falada em São Paulo, a fim de visualizar porque o naturalista considerava a língua geral do norte do país como superior à do sul.

**Abstract**

This research investigated the reasons why the naturalist Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) had proposed the diffusion of the General Language of North Brazil to all Brazilian Indians as a way to contribute to their ‘civilization’, which was previously known as colonial work submission, and also the forced conversion to the Christians’ religion. Focusing on that, the naturalist’s arguments about the origin, the typological classification, and the social function of that language were raised in this study. We also tried to understand the way Martius characterized the General Language of North Brazil, analyzing the way the phonemes were represented, as well as the morphological segmentation of terms registered as verbs in *Diccionario da Lingua Geral Brasileira: portuguez e alemão* (Anonymous, 18<sup>th</sup> century), and in the list of 396 terms of this same language gathered by Spix and Martius in the 19<sup>th</sup> century. These materials were compared to *Diccionario de verbos: portuguez, tupi-austral e alemão* (Anonymous, 18<sup>th</sup> century), that registers the general language that used to be spoken in South Brazil, in order to visualize the reasons why the naturalist considered the General Language of the North of the country superior than the one spoken in the South.

**Palavras-chaves:** Historiografia da Linguística; Fonologia; Morfologia; línguas indígenas brasileiras; língua geral amazônica; língua geral paulista; Martius (1794 – 1868)

## SUMÁRIO

Dedicatória	
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
<b>Introdução</b> .....	10
<b>I. Língua e Civilização nos Trópicos</b>	
1. O IHGB e a criação de um passado glorioso.....	12
2. Os Trópicos incentivam a ciência.....	16
3. A língua como documento histórico.....	18
4. O conceito de ‘degenerescência’ lingüística.....	22
<b>II. Delimitações Metodológicas</b>	
1. Periodização: O índio como símbolo do Segundo Império.....	28
2. Seleção do Autor: Martius — Uma vida dedicada a retratar o Brasil.....	29
3. Busca e Organização das Fontes.....	32
3.1 <i>Dicionário da Língua Geral Brasileira: português e alemão</i> .....	35
3.2 <i>Dicionário de Verbos: português, tupi-austral e alemão</i> .....	37
3.3 <i>Glossário do Dialeto Vulgar do Pará ou da Língua Geral Brasileira</i> .....	38
3.4 Complementação das Fontes Primária: textos de divulgação e correspondências.....	38
4. Critérios de Estabelecimento do <i>Corpus</i> .....	41
5. Parâmetros de análise.....	42
5.1 Parâmetros externos.....	43
5.2 Parâmetros internos.....	44
5.2.1 Ficha de análise .....	44
6. Normas de Notação .....	45
<b>III. A Língua Geral Basílica: um Antídoto contra a maldição babélica</b>	
1. As línguas gerais.....	46
1.1 A Língua Geral Brasileira.....	48
1.2 O Tupi Austral.....	52
2. As idéias de Martius sobre os tupis.....	53
2.1 As origens dos tupis.....	54
2.2 As funções sociais da Língua Geral Brasileira.....	57
2.3 A Formação da <i>Rothwälsch</i> .....	59

<b>IV.</b>	<b>Como representar os sons das línguas gerais?</b>	
1.	A Reconstrução Fonológica proposta por Monserrat (2003).....	62
2.	Modo de representação dos sons consonantais.....	64
2.1	A questão dos segmentos em contorno.....	64
2.2	Uma ou duas sibilantes? .....	77
2.3	A vibrante .....	84
2.4	As semi-vogais .....	84
3.	Modo de representação dos sons vocálicos .....	86
3.1	As vogais no <i>Glossário do Dialeto Vulgar do Pará</i> .....	86
3.2	As vogais no <i>Diccionario da Lingua Geral Brasilica</i> .....	89
3.3	As vogais no <i>Diccionario de Verbos</i> .....	91
<b>V.</b>	<b>Como segmentar as línguas gerais?</b>	
1.	Um sistema ativo-estativo .....	95
2.	A representação das unidades lingüísticas da Língua Geral Brasília .....	98
2.1	O regular e o arbitrário no registro dos marcadores de pessoa .....	98
2.2	<i>Oicó / oicô</i> : Um verbo cópula entre as construções ativas? .....	100
2.3	Em busca de conceitos abstratos: fontes de inovação lexical .....	104
2.3.1	O Jogo com os Marcadores de Pessoa .....	105
2.3.2	As Expressões Jesuíticas .....	107
3.	A representação das unidades lingüísticas do Tupi Austral .....	109
3.1	O regular e o arbitrário no registro dos marcadores de pessoa .....	109
3.2	<i>Ôycô</i> e <i>Oím</i> : Formas concorrentes para a função de cópula .....	112
<b>VI.</b>	<b>Considerações Finais</b> .....	117
	<b>Bibliografia</b> .....	125
	<b>Anexo I:</b> Índice analítico dos <i>Glossaria Linguarum Brasiliensium</i> (Martius 1863) .....	II
	<b>Anexo II - Corpus:</b> Vocábulos registrados como verbos no <i>Glossário do Dialeto Vulgar do Pará</i> e seus correspondentes no <i>Diccionario da Lingua Geral Brasilica: portuguez e alemão</i> e no <i>Diccionario de Verbos</i> .....	VIII
	<b>Anexo III:</b> Levantamento de vocábulos e expressões identificados como empréstimos do português no <i>Diccionario da Lingua Geral Brasilica: portuguez e alemão</i> .....	XIX
	<b>Anexo IV:</b> Levantamento de vocabulário de expressões jesuíticas, identificadas pelo símbolo †, no <i>Diccionario da Lingua Geral Brasilica: portuguez e alemão</i> .....	XXII



## Índice de Quadros

Quadro I: Classificação das ‘outras’ línguas indígenas do Brasil, conforme apresentada nos <i>Glossaria Linguarum Brasiliensium</i> .....	22
Quadro II: Organização dos <i>Glossaria Linguarum Brasiliensium</i> , com indicação de conteúdo e número de páginas de cada parte .....	33
Quadro III: Correspondência de Martius com colegas brasileiros, organizada por data	40
Quadro IV: Exemplo de Ficha de Análise para Expressão ou vocábulo .....	44
Quadro V: ‘Dialeto do Tupi’ de Martius, comparada à classificação de Rodrigues (1984) .....	54
Quadro VI: Exemplos de realização de [+ vozeamento] diante de nasal .....	68
Quadro VII: Levantamento de vocábulos com o grafema <x> no <i>Glossário do Dialeto Vulgar do Pará</i> do século XIX .....	79
Quadro VIII: Comparação da representação da vibrante em <i>Glossário do Dialeto Vulgar do Pará</i> , <i>Dicionário da Língua Geral Brasileira</i> e <i>Dicionário de Verbos</i> ...	84
Quadro IX: Comparação da representação do ditongo Vj em <i>Glossário do Dialeto Vulgar do Pará</i> , <i>Dicionário da Língua Geral Brasileira</i> e <i>Dicionário de Verbos</i> ...	86
Quadro X: Correspondência de vocábulos grafados no <i>Dicionário da Língua Geral Brasileira</i> com <y> em relação ao <i>Dicionário de Verbos</i> , século XVIII .....	92
Quadro XI: Marcadores de pessoa em Tupinambá (adaptado de Reich 2003: 171) .....	96
Quadro XII: Comparação de registro de formas estativas no <i>Dicionário da Língua Geral Brasileira</i> e no <i>Glossário do Dialeto Vulgar do Pará</i> .....	99
Quadro XIII: Síntese do Modo de Notação do <i>Glossário do Dialeto Vulgar do Pará</i> , <i>Dicionário da Língua Geral Brasileira</i> e <i>Dicionário de Verbos</i> .....	120

## Índice de Figuras

Figura I: Tipologia evolutiva básica das línguas humanas, como prevista no século XIX.....	25
Figura II. Comparação da visão tipológica de Martius à de Schleicher .....	27
Sistema Fonológico do Tupinambá do século XVI (Rodrigues 1958: 121-125) .....	63
Sistema Fonológico da Língua Geral Brasileira do século XVIII (Monserrat 2003: 188)	63
Figura III: Representação da Sílabas .....	64
Regra *NT (Clements 2001) .....	68
Aplicação da regra *NT na adaptação de ‘jantar’ em ‘jandára’ .....	69

## INTRODUÇÃO

A Historiografia da Lingüística procura examinar os pressupostos e instrumentos analíticos das teorias e práticas lingüísticas, mesmo que sob formas não institucionalizadas, “*en permettant une meillere compréhension des problèmes actuels dans la methodologie de la linguistique*” [permitindo uma melhor compreensão dos problemas atuais da metodologia lingüística] (Swiggers 1983, tradução minha).

Embora a HL relacione-se teórica e metodologicamente à História, à Sociologia e à Filosofia das Ciências, ela precisou desenvolver instrumentos próprios (Koerner 1995). Primeiramente, é necessário que o historiógrafo seja um lingüista para que possa melhor compreender os processos e conceitos analisados, buscando padrões que possam iluminar a pesquisa tanto do presente quanto do passado (Joseph 2000: 5). Seu papel é construir pontes para que o lingüista do século XXI possa dialogar com pesquisadores de outras épocas — não apenas para verificar o quanto o conhecimento avançou, mas principalmente para conhecer as questões acerca da linguagem que inquietaram outras propostas teóricas.

Uma tarefa imprescindível para a elaboração de um texto historiográfico é explicitar os critérios de seleção dos ‘fatos’, uma vez que esses constituem produtos da metodologia do pesquisador. É preciso atentar que a HL não pretende uma atitude prescritiva (e discriminatória) em relação aos conhecimentos lingüísticos de outras épocas, mas apenas desvendar seus procedimentos, de modo a levantar questões que permitam ao lingüista atual refletir sobre seu próprio trabalho.

A ampliação do *Diálogo com o Lingüista do Presente*<sup>1</sup> constitui a meta do Grupo de Estudos em Historiografia da Lingüística (CEDOCH – DL/USP) para uma terceira fase de suas atividades, iniciada este ano (Altman 2005). Pretende-se demonstrar que uma boa gramática (ou um bom dicionário) “contém material ou dados passíveis de serem reinterpretados numa outra teoria, podendo, assim, também responder a perguntas que decorrem de outras teorias” (Leite 2004).

---

<sup>1</sup> Projeto do Grupo de Estudos em Historiografia da Lingüística para o quinquênio 2005-2010.

No caso específico desta dissertação, objetivou-se levantar argumentos lingüísticos e sócio-culturais que possam explicar a decisão do naturalista Karl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1863) de propor que fosse adotada a língua geral brasílica — língua Tupi-Guarani usada como meio de comunicação interétnica privilegiado na região amazônica nos séculos XVIII e início do XIX — como principal instrumento para minimizar a diversidade lingüística do país. Como veremos adiante, o naturalista sugeriu ao governo brasileiro que o ensino de língua geral brasílica para todos os autóctones poderia contribuir para civilizar o império tropical.

No primeiro capítulo, apresenta-se o contexto político e intelectual em que se desenvolveram as idéias de Martius acerca das línguas indígenas brasileiras. Focalizam-se as relações do naturalista com Império, por intermédio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O segundo capítulo explicita a metodologia de pesquisa com que se pretendeu chegar a esse resultado. Definimos a periodização, os critérios de seleção do autor, de busca e organização do material de pesquisa e do *corpus* de análise. São estabelecidos também os parâmetros lingüísticos e extra-lingüísticos em que se baseiam as interpretações propostas nesta dissertação.

No terceiro capítulo, apresenta-se a proposta de política lingüística de Martius para o Brasil Imperial, levantando seus argumentos sócio-políticos e questões relacionadas à origem dos povos Tupi.

No quarto e quinto capítulos, são realizadas as análises lingüísticas do *corpus*. Em IV, buscou-se compreender o modo de representação dos sons da Língua Geral Brasílica (século XVIII e XIX) e do Tupi Austral (século XVIII). Em V, investigamos a identificação de marcadores de pessoa e a questão da presença ou ausência de verbo funcionando como cópula.

O sexto capítulo propõe alguns caminhos para prosseguimento da pesquisa e, ao mesmo tempo, estabelece algumas considerações finais deste primeiro trabalho.

## CAPÍTULO I

### LÍNGUA E CIVILIZAÇÃO NOS TRÓPICOS

#### 1. O IHGB e a criação de um passado glorioso

O episódio da Proclamação da Independência em 7 de setembro de 1822 é considerado o marco da ruptura política entre Portugal e Brasil. A construção de uma nação, entretanto, não se estabelece por decreto, como pressupõe a memória coletiva resgatada (e criada) pela famosa pintura *O Grito do Ipiranga* (1888) de Pedro Américo (1843 – 1905). A primeira metade do século XIX foi marcada por conflitos em várias regiões do país, principalmente durante o período regencial (1831 – 1840)<sup>2</sup>, indicando que o estabelecimento de um Estado centralizado que reunisse todas as províncias anteriormente sob colonização portuguesa não era uma ambição consensual. A Proclamação da Maioridade de D. Pedro II (1825 -1891) em 1840 promoveu o início de um processo de estabilização política do país, que deveria ser reforçada pela homogeneização da visão das elites do que era ser ‘brasileiro’. A ênfase no papel das elites advinha da ideologia de que o conhecimento deveria partir do topo da escala social, que acabaria por difundir os elementos chaves para a base da pirâmide.

Essa tarefa ficou a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>3</sup>. Fundada em 1838, a instituição procurava estabelecer as características definidoras da ‘Nação’, criando um espaço em que se discutia a determinação das fronteiras e a complexidade cultural e lingüística do Brasil. É preciso ressaltar que, embora a instituição se definisse como neutra em relação à política, cerca de 75 % de sua verba provinha dos cofres públicos. De modo que é possível afirmar que era parte do programa de governo para a consolidação do Estado monárquico construir uma consciência coletiva que transformasse cada habitante do país em um cidadão, responsável por seu desenvolvimento, nos momentos de paz; e por zelar por sua integridade, durante as guerras (Hobsbaw 1984).

---

<sup>2</sup> No período regencial, costuma-se citar a Cabanagem (Pará, 1834 – 1840), a Sabinada (Bahia, 1837 – 1838), a Balaiada (Maranhão, 1838 – 1841) e a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835 – 1845).

<sup>3</sup> Esta pesquisa deixou de lado o papel do Colégio Pedro II, porque o papel centralizador da escola estava mais ligado ao ensino do português, não se discutindo nesse espaço a questão indígena, pelo menos, não de forma prioritária como se fazia no IHGB.

No eixo territorial, era necessário elaborar estudos que permitissem legitimar as fronteiras nacionais e, de preferência, expandi-las, como afirmou o Marquês de Olinda (1794 - 1870), na época Ministro do Interior do Brasil (1855):

Em verdade, o Império não tem bem determinadas e isentas de toda questão senão as fronteiras que limitão as Republicas do Uruguai e do Peru: **as outras com quanto o seu direito seja evidente**, dependem de ulteriores estipulações com os Estados limítrofes, e em taes circunstancias nunca o Governo Imperial permitirá que com o seu assenso se publique mappas, em que o nosso direito seja senão postergado, desconhecido. (Carta do Ministro do Interior do Brasil a Martius, ênfase acrescentada)<sup>4</sup>

O Ministro atesta uma postura imperialista do governo brasileiro, que buscava se estabelecer como uma potência hegemônica na América Latina. Assim, a expansão das fronteiras era vista como um direito natural do país em relação às repúblicas vizinhas, o que explica, por exemplo, os conflitos na bacia do Prata, cujo ápice foi a Guerra do Paraguai entre 1864 e 1870.

No eixo cultural, o principal objetivo era a construção de uma história do Brasil que pudesse demonstrar a tese, apresentada na Carta Programa do IHGB, de que, a partir da independência, o Brasil estava “destinado a ser, não accidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o arbitro da política do Novo Mundo” (Visconde de S. Leopoldo 1839: 78). A definição da nação brasileira como representante da civilização nos trópicos implicava dois movimentos complementares: o primeiro, de continuidade em relação à ação colonizadora portuguesa; o segundo, de exclusão ou de redefinição dos elementos perturbadores do enquadramento do Brasil entre as nações civilizadas, ou seja, a permanência de escravos africanos e de uma grande população indígena.

A questão indígena tornou-se, por conseguinte, prioritária tanto entre os intelectuais reunidos em torno do IHGB, quanto entre a população rural. Os primeiros debatiam em suas reuniões e na *Revista Trimestral do IHGB*, os costumes e as línguas dos povos indígenas, “assim como as diferentes experiências de catequese empreendidas e o aproveitamento do índio como força de trabalho” (Guimarães 1988: 19). De fato, os cerca de 350 mil índios ‘selvagens’ da província do Pará, de acordo com estimativa do general Couto de Magalhães em 1876, constituíam um reservatório de mão-de-obra, recrutadas para integrar os aldeamentos. A partir do

---

<sup>4</sup> Nas citações, respeitou-se a grafia dos originais.

Decreto Imperial n. 426 de 1845, estabeleceu-se oficialmente para todo o Brasil que os aldeamentos deveriam contar com um diretor parcial e um missionário, subordinados ao diretor geral de índios de cada província, cargo de confiança do Imperador (Bessa Freire 2004: 235). Na prática, esses aldeamentos forneciam, em sistema de rodízio, trabalhadores para as obras públicas e para o serviço de particulares, constituindo um excelente negócio para os diretores de índios.

O segundo grupo, constituído por fazendeiros e pela população rural em geral, via os aldeamentos como um empecilho para suas ambições agrárias, o que transformou a questão indígena em um dos ingredientes do problema de distribuição de terras (Cunha 1992: 134).

A construção de uma história para o Brasil precisava minimizar esses conflitos internos, reforçando o papel ‘civilizador’ da Monarquia. Para tanto, em 1840, o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780 – 1846), um dos principais fundadores do IHGB, propôs no periódico da instituição um concurso para premiar o melhor projeto para uma história do Brasil. O ensaio programático de Karl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868), “Como se deve escrever a Historia do Brazil” (1845), propunha a necessidade do “historiador pragmático” explicar a participação de cada uma das três ‘raças’ — “a de còr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica” (Martius 1845: 382) —, que contribuíram para formação do país, recém independente:

Póde-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole innata, segundo as circunstancias debaixo das quaes ella vive e se desenvolve, um movimento historico caracteristico e particular. Portanto, vendo nós um povo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão differentes raças humanas, podemos avançar que a sua historia se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonaes. (Martius 1845: 382)

Esse modelo de história, que prevê o reconhecimento do papel de negros, indígenas e brancos na constituição do homem brasileiro, lançou os alicerces para a construção do mito da democracia racial, segundo o qual, no Brasil não haveria preconceitos, em virtude da miscigenação (Costa 1979). Contudo, no texto de Martius, os papéis de cada um desses grupos prenunciam a desigualdade racial (e social) do país. Aos brancos, caberia promover a “civilização e instrução para um povo inquieto e turbulento” (Martius 1845: 394). A importância dos negros era subestimada, em uma clara tentativa de apagar a escravidão africana, que maculava a imagem de Império Tropical divulgada na Europa. O indígena, especialmente o chamado ‘Tupi’,

transformava-se em mito, em herói nacional, ignorando as tensões entre brancos e índios, o que até hoje tem conseqüências na atitude da sociedade brasileira em relação aos índios:

Na *Gramática do Kamaiurá*, eu começo dizendo que o povo brasileiro tem suas raízes no branco, no preto e no índio, porém na história da cultura brasileira, a presença do índio é apagada ao máximo e, quando muito, é vista como algo genérico. Você reconhece que historicamente o índio existiu, mas você não reconhece que ele está presente na nossa realidade. É difícil reconhecer que há 180 línguas indígenas sendo faladas atualmente. (Séki 2000b, inédito).

Em virtude dessa boa recepção, um grupo de membros do IHGB, sob comando do primeiro-secretário Januário da Cunha Barbosa, pediu a Martius que ele próprio elaborasse uma história do Brasil:

Mas eu peço licença a V.Sa. para lhe significar um pensamento meu, isto é, de um Brasileiro amante da paz, da Independencia, do Throno Constitucional, e das Lettras americanas; e é-que **eu não conheço actualmente quem seja mais habilitado para desempenhar o riquíssimo Plano de Histórica Philosophica Brasileira, que V. Sa. se dignou a offerecer ao nosso Instituto Histórico e Geographico do que V. Sa. mesmo**, que tanto cabedal de conhecimentos tem adquirido pelos seus profundos estudos, e de sua longa estada n'este paiz, levando a sua ajuizada observação ao centro de [ilegível] e sertões quase ainda não pizados por sabios e naturalistas. Se eu fora mais conhecido de V. Sa., esforçar-me-hia em passar de meu coração ao coração de um sábio, que tanto respeito, **os sinceros desejos que tenho, e que comigo compartilha o Instituto, de que fosse V. Sa. quem desempenhasse o riquíssimo plano da Historia Brasileira**, erguendo d'est'arte um novo padrão á sua gloria litteraria, já bem conhecida por seus sabios escriptos, e um monumento de honra ao Instituto, que muito se ufana de contar em o numero de seus mais distinctos Membros o glorioso nome de V. Sa. (Carta do Cônego Januário C. Barbosa a Karl Fr. Ph. von Martius. Rio de Janeiro, 12/agosto/1843, ênfases acrescentadas).

De fato, Martius atendia a um dos principais pré-requisitos que ele mesmo estabelecera para o intelectual que se empenhasse na construção de uma obra historiográfica sobre o Brasil, qual seja, ter viajado pelo território nacional para poder avaliar os acontecimentos históricos:

Para um tal trabalho, segundo certas divisões geraes do Brazil, **parece-me indispensavel que o historiador tivesse visto esses paizes [províncias], que tivesse penetrado com os seus proprios olhos as particularidades da sua natureza e população**. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos historicos que tiveram lugar em qualquer das partes do Imperio, explical-o pela particularidade do solo que o homem habita; collocal-os em um verdadeiro nexo pragmatico para com os acontecimentos na visinhança. Quão differente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjuncturas historicas. (Martius 1845: 400, ênfase acrescentada).

Além do conhecimento adquirido com as viagens, Martius vinha de uma nação considerada de mais alto 'grau de civilização', o que ajudaria na construção da imagem de uma nação 'civilizada' nos trópicos. Apesar de possuir esses pré-requisitos, Martius não aceitou o convite,

porque, embora investigasse em suas horas de lazer os vestígios da história antiga da América, acreditava que tal tarefa demandava outras forças que não às suas:

Monsieur et respectable confrère, je n'oserai pas aspirer moi-même à la gloire d'une entreprise de paraille nature. C'est bien vrai que je me suis occupé dans mes heures de loiser des vestiges de l'histoire ancienne de l'Amérique. Je trouve qu'il serait une tache aussi glorieuse que reconnaissante de reveleur la voile qui couvre jusqu'a présente l'histoire ancienne de la race rouge. Mais ce grand mysthère d'une histoire où tout reste écroulé, où tout est abymé et ruine, — ce grand mysthère demande [ilegível] autres forces que les miennes.<sup>5</sup>

Senhor e respeitável colega, não ousarei a aspirar a mim mesmo a glória de uma empresa de natureza semelhante. É bem verdade que me ocupo em minhas horas de lazer dos vestígios da história antiga da América. Acredito que será uma tarefa tão gloriosa quanto prestigiosa revelar o véu que cobre até o presente a história antiga da raça vermelha. Mas esse grande mistério de uma história onde tudo resta nas sombras, onde tudo é abismo e ruína — esse grande mistério demanda outras forças que não as minhas. (Carta de Martius ao Cônego Januário C. Barbosa, 8/Março/1844 //1v//, minha tradução)

## 2. Os Trópicos incentivam a ciência

Embora Martius não se interessasse em escrever a história do Brasil propriamente dita, é possível entender a elaboração da compilação de vocabulários indígena, *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (1863), como uma tentativa de contribuir para o resgate da história dos povos autóctones e para civilizá-los. Ao lado da preocupação filantrópica, explicitada na *Advertência* da obra, o naturalista pode ter sido também motivado por uma questão financeira.

Após o retorno da expedição ao Brasil em 1820, Martius ingressou em uma carreira acadêmica promissora que lhe valeu a direção do Jardim Botânico de Munique, além de títulos nobiliárquicos e outras homenagens. Como todo cientista, dependia de subsídios para realizar suas pesquisas e publicá-las. No esforço empreendido para elaborar a *Flora Brasiliensis* (1840 – 1906), pôde contar com o apoio do político austríaco Metternich (1773 – 1859), que conseguiu obter para Martius um financiamento junto aos imperadores Ferdinand I (1793 – 1875) da Áustria, Ludwig I da Baviera. Essa política de mecenato ainda era resquício do Antigo Regime, bastante abalado desde a queda da Bastilha em 1789.

Esse sistema sofreu o golpe derradeiro em 1848, em virtude da Primavera dos Povos, uma série de revoluções, iniciadas pela proclamação da república na França, que derrubou, em poucas

---

<sup>5</sup> Este trecho foi copiado de manuscrito disponível na Biblioteca Nacional. Os erros podem ser resultado da transcrição ou do fato de Martius ter escrito em francês, língua que não era sua materna.



semanas, dinastias “da Europa continental a oeste dos impérios russo e turco, de Copenhague a Palermo, de Brasov a Barcelona” (Hobsbaw 2004b: 20). A realização dos “sonhos da esquerda” não durou até o inverno: os anos seguintes não foram marcados pela erradicação das desigualdades sociais, como pretendiam os revolucionários, incentivados pelo *Manifesto do Partido Comunista*, publicado naquele ano, por Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820 - 1895). Pelo contrário, os anos de 1848 – 1875, embora tenham se iniciado pela insurreição popular, foram marcados pelo avanço do capitalismo industrial em escala mundial e da ideologia que o ratificava, ou seja, a crença no progresso e no liberalismo (cf. Hobsbawn 2004b). Nos estados germânicos, o chanceler Metternich, derrubado pelos revolucionários, encerrou sua carreira política.

Nesse contexto, não havia mais espaço para a continuação da subvenção à *Flora Brasiliensis* (Brandenburger 1917: 450), ainda mais, para a elaborar de uma obra sobre outro país, o que feria os brios dos nacionalistas. Os efeitos da revolução na vida de Martius foram imediatos como se pode notar em carta a D. Pedro II, escrita um mês depois da mesma ter atingido a Baviera (11 de março de 1848):

Se esta parte [Historia Natural dos Vegetaes medicinaes] da illustração literaria do Brasil (que considero como a tarefa da minha vida) ainda não appareceu no presente, razão [*sic*] hé a **catastrophe actual d’Allemanha**, acto immenso e que por ôra torna os espiritus em ramos alheos da Sciencia, **difficultando se com credito qualquer edição por sua natureza custosa** (Carta de Martius a D. Pedro II, Munique, 25 de abril de 1848, ênfases acrescentadas)

Em 1854, as relações de Martius com o governo bávaro tornaram-se ainda mais conflituosas, devido à construção do Palácio de Cristal no Jardim Botânico de Munique, instituição que Martius dirigia. Esse episódio trouxe um desconforto muito grande ao naturalista, que culminou com seu pedido de demissão. A carta de 15 de julho de 1855 ao amigo brasileiro e mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva (1790 – 1868), reproduzida abaixo, narra o episódio:

Guiado por semelhantes opiniões algumas pessoas de grande poder tem julgado conveniente, que se erigisse **no meu Jardim Botânico** o palácio p[ar]a a exhibição industrial d’Allemanha! **Este conceito foi realizado sem meu consentimento — athé elles quiserão occultallo à mim athé que fosse resolvido. Grande parte do Jardim foi ruinado. [...] Recebi a minha retirada depois 38 annos de serviços. [...]**

Eu agora não trato em outra coisa se não na Flora Brasileira [...]. Como a magnanimidade do seu Imperador me tem auxiliado na publicação (a que o meu governo não quis mais fazer sacrificco) não me deixo desanimar por nada. (Carta a Paulo Barbosa da Silva de 15 de julho de 1855, cf. Martius 1991: 32-33, ênfases acrescentadas).

Diante desse conflito com o governo bávaro, em 1863, Martius propôs ao Brasil a compra da parte publicada e da edição do restante da obra de Botânica (Dutra 1942: 102), o que teria acontecido apenas em 1867, quando Martius recebeu subvenção de dez contos anuais para a conclusão da *Flora Brasiliensis* em dez anos (Lei Orçamentária 1.507, de 29/09/1867)<sup>6</sup>. Segundo o tabelião e amigo íntimo de D. Pedro II, Francisco José Fialho, o resultado foi “difficil de alcançar em [razão] dos apuros financeiros em que a guerra contra o y[n]sano do Paraguay tem posto este Imperio” (Fialho. “Carta a Carlos Frederico de Martius”, 7 de outubro de 1867).

Para fazer jus à subvenção, Martius elaborou não somente a *Flora Brasiliensis*, como também enviou a D. Pedro II a obra *Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasilien*, em que estão presentes os *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (doravante GLB). A carta de 17 de julho de 1867, transcrita em parte, mostra o agradecimento do pesquisador germânico ao Imperador D. Pedro II:

Sire!

Vossa Magestade Imperial tem a graça de annuir aos meus esforços para a illustração da natureza do Seu Imperio, e o suffragio do qual Vossa Magestade Imperial me honra he o auxilio mais poderoso, o alento mais feliz do que posso gozar. Delle collho as forças para a continuação dos trabalhos que considero como a tarefa providencial da minha vida.

**Debaixo de semelhantes inspirações tenho-me tãobem occupado de estudos sobre a historia, o gênio, a [posição] social, industrial e política dos Índios e ouzo offerecer à Vossa Magestade Imperial um livro sobre a Ethnographia da gentilidade d'America e principalmente do Brazil.** He o fructo de muytos annos que continuarei em estudar as línguas indianas, aproveitando-me da literatura riquíssima tanto brasileira como estrangeira. Espero que o retrato, que faço dos Indígenas he verídico e que demonstra nestes povos tãobem as proporções que os accomodão à civilização europea. (Martius. “Carta a D. Pedro II”, 17 Julho 1867, ênfase acrescentada).

### 3. A língua como documento histórico

Para entender como os GLB poderiam contribuir para o ‘augmento da civilização’ entre os indígenas do Brasil, é preciso reconstruir as concepções de Martius sobre o homem americano, em relação às teorias em evidência em sua época. Contrariando o mito de que o autóctone era um

---

<sup>6</sup> Essa lei foi renovada três vezes, inclusive pela República, tendo sido a obra concluída apenas em 1906.

homem primitivo, puro e bom — o *bon sauvage* de Jean Jacques Rousseau (1712 – 1778) —, Martius filiou-se à corrente que previa a ‘degenerescência’ do homem americano: “taes homens já não vivem mais na innocencia paradisiaca e [...] as theorias de Jean Jaques Rousseau são meros sonhos” (Martius 1904: 537). Segundo o naturalista, as sociedades indígenas eram produtos de uma sociedade civilizada que, a partir de um fenômeno desconhecido, possivelmente uma catástrofe natural, entrou em um processo milenar de decadência<sup>7</sup>.

A humanidade americana parece-me ser uma imensa ruína. São os restos decadentes de poderosa construção, erguida há muito tempo — há milhares de anos provavelmente —, colossal, grave, fantástica, em estilo apenas captável pelos sonhos. Não sei e nem sequer imagino o que a possa ter destruído. (Martius 1992[1831]: 92)<sup>8</sup>

O desvendamento desse passado nebuloso do homem americano tornou-se central nas considerações etnográficas de Martius e também no âmbito nacional, a partir das discussões promovidas pelo IHGB.

Martius via a história como ‘mestra da vida’, ou seja, ela forneceria os modelos para guiar as ações humanas (Guimarães 2000) e, portanto, poderia contribuir para o ‘aumento da civilização’ nos trópicos. Ao historiador caberia “offerer projectos uteis”, que favorecessem a adaptação dos indígenas aos costumes europeus, o que se refletiria na aceitação do Cristianismo e no abandono do ‘ócio’ em favor do trabalho para os colonos (Lisboa 1995: 166).

Nesse contexto, a história passou a ter um papel central para diferenciar os grupos humanos, de modo que o abismo entre Europa e América era visto em termos de ‘presença’ *versus* ‘ausência’ de história, uma vez que sua ausência implicava na falta de exemplos que contribuíssem para a formação do homem. Formação entendida como *bildung*, como amadurecimento gradual e nem sempre linear que permite ao homem se adaptar ao mundo e reconhecer o valor do trabalho e da arte (Maas 2000).

---

<sup>7</sup> É curioso notar que essa concepção foi apresentada em 1838, coincidentemente, no mesmo ano em que Charles Darwin (1809 – 1882) teria formulado sua teoria evolucionista de acordo com o próprio cientista em sua *Autobiografia* (Darwin 2000: 103), embora a *Origem das Espécies* só tenha sido traduzida ao alemão em 1860 (cf. Schleicher 1983[1863]).

<sup>8</sup> Trata-se de uma frase proferida por Hartoman, espécie de alter-ego de Martius no romance *Frei Apolonio*. Erwin Theodor (1992) encontrou os manuscritos de *Roman aus Brasilien (Frei Apolonio — Um Romance do Brasil, Martius 1831)* na Biblioteca Estadual da Baviera em 1967.

Em um país que desejava se tornar uma potência na América Latina, era necessário levar os índios a contribuírem para essa empresa, principalmente pelo desenvolvimento da lavoura. Assim, os tupis estariam em “mais alto grau de civilização do que muito dos seus vizinhos”, porque “cultivavam nos arredores de suas aldeias, ao menos algumas plantas, por exemplo, a pacova, a mandioca e o milho” (Spix 1938[1831], v. 3, 202). O trabalho para os colonos também poderia favorecer a difusão da civilização entre os indígenas, o que teria ocorrido com os macunis, classificados por Martius como Goyatacas: “A convivência com os colonos brasileiros, que empregam os macunis para abater a mata virgem e para guerrear contra os botocudos, já lhes deu um pequeno grau de civilização” (Spix 1938[1824], v. 2, 154).

Postular que os indígenas não tinham história implicava em acreditar que eles não poderiam planejar o futuro, de modo que estavam condenados ao presente (Guimarães 2000). Para tentar solucionar esse problema, impunha-se a “tarefa de investigar minuciosamente a vida e a historia do desenvolvimento dos aborígenes Americanos” (Martius 1845: 384). Para tanto, o naturalista propõe um método, em que uma investigação das características biológicas do homem americano deveria somar-se a um estudo de suas aptidões (‘intelligencia’) e de aspectos morais (‘esphera da alma’):

A vereda que o historiador deve trilhar n’este campo não póde sèr outra senão esta: — Em primeiro lugar, devemos considerar o Indígena Brasileiro, em suas manifestações exteriores, como ente physico, e comparal-o com os povos visinhos da mesma raça. O passo immediato nos levará á esphera da alma e da intelligencia d’estes homens: a isto se ligam investigações sobre a extensão de sua actividade espiritual, e como ella se manifesta por documentos historicos. (Martius 1845: 386)

Em obras anteriores, principalmente no relato da expedição ao Brasil realizada entre 1817 e 1820 e em conferências da década de 1830, Martius havia formulado a hipótese de que se poderia datar a ‘humanidade americana’ a partir das suas relações com a natureza. Acreditava que somente sociedades civilizadas poderiam domesticar espécies vegetais e animais, de modo que a presença de plantas que só se reproduziriam por meio da ação do homem, como é o caso da mandioca, indicaria um estado anterior de ‘civilização’. Outros indícios de uma superioridade perdida seriam o conhecimento sobre plantas medicinais, expostos no livro *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* (Martius 1939) e as relações cívicas, que podem ser apreciadas em *O direito entre os indígenas do Brasil*, publicado no Brasil em 1938. Sobre o

último livro, Guimarães (2000) esclarece que, na época, se considerava que um conjunto de regras de deveres e direitos dos homens “pressuporia a existência de uma história, entendida como marca particular própria do estado social destes mesmos grupos humanos”.

De acordo com Martius, para conhecer a história antiga dos autóctones, o IHGB deveria designar “alguns linguistas para a redacção de dictionarios e observações grammaticaes sobre estas linguas, determinando que estes Srs. fossem têr com os mesmos Indios” (Martius 1845: 386). Mesmo não acreditando que investigações lingüísticas pudessem interessar a muitos historiógrafos brasileiros, o naturalista delinea as características que uma obra sobre as línguas do Brasil deveriam ter:

N’este respeito seria muito para desejar que se investigassem especialmente as radicaes da lingua Tupi e dos seus dialecticos, desde o Guarany, nas margens do Rio da Prata, até o Arino e Guez sobre o Amazonas: que para tal dictionario Brasileiro sevisse de modelo o vocabulario que a Imperatriz Catharina mandou esboçar para as linguas Asiaticas, e que afinal e principalmente se colligissem em primeiro logar todos os vocabulos que se referem a objectos naturaes, determinações legaes, (de direito) ou vestigios das relações sociais. (Martius 1845: 386)

Aparentemente foi esse modelo de compilação lingüística que Martius seguiu ao elaborar os GLB. Nessa obra, Martius esboçou uma primeira tentativa de classificação das línguas ameríndias faladas no Brasil. Primeiramente, separou as línguas que considerava de origem Tupi das ‘outras’ línguas indígenas.

Martius dividiu as ‘outras’ línguas indígenas (i.e., as línguas consideradas não-Tupi) em Gès, Goyatacas, Cren ou Gueren, Guck ou Coco e, ainda um grupo misto em que colocou os gentis de ‘afinidade incerta’. Três línguas — Guaycurûs, Guanás e Guachis — escaparam a essa classificação. O quadro I apresenta a classificação concebida por Martius, indicando também a quantidade de verbetes disponibilizados sobre cada grupo e as páginas dos GLB:

**Quadro I: Classificação das ‘outras’ línguas indígenas do Brasil, conforme apresentada nos GLB**

Classificação	Línguas ou Dialetos	Páginas	Verbetes
	Guaycurûs, Guanás, Guachís	127-133	668
<b>Gês:</b>	Cayapós, Chavantes, Cherentes, Chicriabás, Geicó, Masacará, Acroa mirim, Apinagés, Aponegicrans, Carahôs, Camacan, Meniens, Cotoxó, Tecuna, Catoquina, Coretú.	134-166	2.322
<b>Goyatacas</b>	Coropó, Machacali, Capoxó, Patachô, Macuni	167-176	896
<b>Cren</b>	Botocudo, Puri, Coroado, Malali, Guato, Patagon, Camé.	177-214	2.777
<b>Guck:</b>	Cayriri, Sabuja, Pimenteira, Manao, Marauha, Macuni, Paravilhana, Uirina, Bare, Cariay, Araicu, Canamirim, Maxuruna, Caripuna, Culino, Uainuma, Jumana, Jucúna, Passe, Cauixana, Tarina, Baniva, Carajás, Mariaté, Júri.	215-272	3.999
<i>incertae affinitatis</i>	Coëruna, Jupuí, Miranha, Jaúna, Cobeu, Tucano, Curetú.	273-285	1.122
	<b>TOTAL</b>	<b>145</b>	<b>11.695</b>

Martius acreditava que essa classificação lingüística, estabelecida a partir da comparação entre vocábulos das línguas compiladas no GLB, poderia contribuir para reconstruir a história da ‘humanidade americana’.

#### 4. O conceito de ‘degenerescência’ lingüística

A relação entre História e Lingüística não era uma especificidade do trabalho do naturalista, mas caracterizava o campo até pelo menos o século XIX (Swiggers 1993). Para Auroux (1990: 222), “*the study of language has long be considered [...] an indispensable aid to the study of people and migrations. This orientation supposes an empirically unacceptable axiom, one people, one tongue.*” [O estudo de línguas foi durante muito tempo considerado uma ajuda indispensável para o estudo dos povos e suas migrações. Esta orientação supõe um axioma empiricamente inaceitável: *um povo, uma língua*] (minha trad., ênfase no original).

A correlação entre língua e nação estava na base da concepção de ‘gênio’ de uma língua. Segundo Schlaps (2004), o conceito de ‘gênio’ teria surgido no século de XVIII, para marcar as propriedades gramaticais e estilísticas de cada língua que permitiriam a expressão da visão de mundo particular a cada cultura. Na *Encyclopédie* (1751 – 1776), o verbete ‘*langue*’ relacionava língua aos costumes, aos sentimentos e aos valores de um povo, que, por sua vez, procediam da diversidade de climas, da educação e da forma de governo (Eco 2001: 142-143). Nesse contexto, o gênio da língua ligava-se às partes do discurso, no sentido de que “*chaque langue par ses terminations, par ses articles, ses participes, ses mots plus ou moins longs, aura nécessairement*

*des propriétes que d'autres langues n'auront pas*” (apud Schlaps 2004) [cada língua pelas suas terminações, artigos<sup>9</sup>, participios, suas palavras mais ou menos longas, terá necessariamente propriedades que outras línguas não terão].

Ainda segundo Schlaps (2004), no século XIX, o conceito foi se modificando, ganhando propriedades nacionalistas e, por isso, perdendo a objetividade que se espera de um termo científico. As peculiaridades de cada língua passaram a serem consideradas de acordo com princípios hierárquicos, marcando a superioridade de uma língua em relação à outra e, por conseguinte, de um povo em relação a outro. Veja, por exemplo, como para Franz Bopp (1791 – 1867), a beleza atribuída ao Sânscrito implicava no surgimento de uma literatura precoce:

We might farther conclude, that a nation, possessing a language [Sanskrit] so polished in so early period [...] must be able to boast of a very ancient literature.

Nós podemos concluir, que uma nação, possuindo uma língua [Sânscrito] tão polida em período tão precoce [...] deve vangloriar-se de uma literatura muito antiga. (Bopp 1989[1820]: 14, minha tradução).

No trabalho de Martius, o ‘caracter da sociedade’ condicionava-se às “linguas e dialectos de que ella usava” (Martius 1867: IX), ou seja, quanto mais uma língua era considerada evoluída, melhor o povo. Na concepção do naturalista, cada língua possuía um *inners Organismus*<sup>10</sup> [organismo interno] “que regem as mutaçoens phoneticas e as condiçoens exteriores sobre ellas influentes” (Martius 1863: XVII).

A idéia de que a história de um povo poderia ser explicada a partir da história de sua língua estava entre os fundamentos da chamada Lingüística Histórico-Comparativa, tanto que Jacob Grimm (1785 – 1863) propôs em 1848 uma história dos falantes de línguas germânicas nesses moldes — *Geschichte der deutschen Sprache*. Koerner (1989: 312) critica essa concepção de Grimm<sup>11</sup>, que também é encontrada em Martius, porque ela ignora “*the fact that cultural unity is achieved more often than not by extra-linguistic factors, including economic and political ones,*

---

<sup>9</sup> A opção por traduzir ‘articles’ por ‘artigos’ visa apenas facilitar a consulta, mas é possível que o termo refira-se a outra classe. A questão, entretanto, não importa a esta dissertação.

<sup>10</sup> Este termo é atribuído à Wilhelm von Humboldt (1767 – 1835), citado por Martius em *Reise in Brasilien* (1823 – 1831, traduzida para o português em 1938 como *Viagem pelo Brasil*).

<sup>11</sup> Koerner (1989: 315) pondera que Grimm, diferentemente da maioria dos estudiosos do período, não via a suposta falta de complexidade morfológica de algumas línguas como declínio, pelo contrário, acreditava que cada língua teria seus próprios meios de responder às necessidades de seus falantes.

*and that language development may be a reflection of certain of these influences while not determining them*” [o fato que a unidade cultural é alcançada mais freqüentemente por fatores extra-lingüísticos, incluindo os econômicos e políticos, e que o desenvolvimento lingüístico pode ser reflexo dessas influências, embora não as determinam] (minha tradução).

A relação de Martius (1794 – 1868) com os fundadores da Lingüística Histórico-Comparativa, Franz Bopp (1785 – 1863), Jacob Grimm (1791 – 1867) e Rasmus Kristian Rask (1787 – 1832), autor da compilação de línguas do Império Russo que serviu de modelo para os GLB, não é casual. Pelas datas de nascimentos, percebemos que eles pertenciam a uma mesma geração de cientistas alemães. De acordo com Koerner (1989: 198), essa geração era oposta à ciência especulativa, dedutiva e filosófica dos séculos anteriores, tanto que propuseram que o estudo da linguagem deveria inspirar-se nas pesquisas das ciências naturais, particularmente na Botânica e na Anatomia Comparada. Para Martius, a própria reconstrução da história dos indígenas americanos seria objeto das ciências naturais: “N’este vastissimo campo de ethnologia quazi primitiva não é o historiador, é somente o fisico, o naturalista, o lingüista que póde seguir os obscuros trilhos em busca da verdade” (Martius 1895[1861]: 63). Nesse contexto, surgiu a oposição entre a ciência Lingüística (= *Sprachwissenschaft*), mais próxima às ciências naturais, e os estudos filológicos (= *Philologie*) (cf. Koerner 1989, Auroux 1987).

Ainda segundo Koerner (1989), a filiação da Lingüística às ciências naturais foi levada ao extremo por August Schleicher (1821 – 1868), que estabeleceu uma escala evolutiva para classificar as línguas. No estágio considerado mais primitivo, estariam as chamadas línguas ‘monossilábicas’ na terminologia de Martius ou ‘isolantes’ como o termo ficou conhecido a partir de Schleicher, em que cada palavra era constituída por apenas um morfema. O exemplo prototípico era o chinês. As línguas consideradas de ‘mais alto’ desenvolvimento eram as línguas ‘flexionais’, como as do grupo Indo-europeu. Na posição intermediária entre o considerado ‘mais primitivo’ e o desenvolvimento máximo da linguagem, estariam as línguas ‘aglutinantes’. Assim, línguas monossilábicas e aglutinantes eram vistas como “simples degraus na marcha para êsse ‘mimado’ tipo flexional” (Sapir 1954: 126).



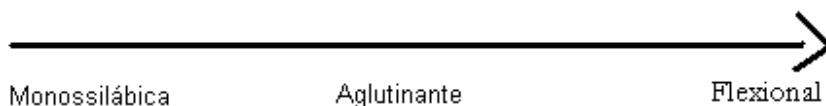


Figura I: Tipologia evolutiva básica das línguas humanas, como prevista no século XIX

Sapir (1954: 126) foi taxativo ao condenar esse modelo taxonômico como ‘anticientífico’, porque partia de valores preconcebidos, segundo os quais as formas lingüísticas semelhantes ao Sânscrito, ao Latim, ao Grego ou ao Alemão eram índices de ‘superioridade’, de modo que “tudo que deles divergia, era olhado de má vontade como qualquer coisa de falho, ou, quando muito, como uma aberração curiosa”.

Embora não seja objetivo desta dissertação julgar as concepções do passado, o lingüista do século XXI concorda necessariamente com Sapir. No entanto, a tarefa da Historiografia da Lingüística não é criticar os trabalhos do passado, com base nos valores atuais. Nossa tarefa é entender como propostas de análise foram formuladas em períodos e lugares determinados. Nesta dissertação, é preciso entender como Martius resolveu a ‘incomensurabilidade’ entre a concepção evolucionista de classificação tipológica das línguas e a hipótese da ‘degenerescência’ do homem. Como admitir que os indígenas americanos estavam em decadência e, ao mesmo tempo, usar uma terminologia proveniente de um modelo que previa a melhora constante das línguas humanas em busca do tipo ‘flexional’? A solução a este paradoxo parece ter sido a inversão da escala evolutiva. Para Martius, uma língua flexional usada por um povo extinto há milhares de anos poderia ter sofrido, a partir de uma catástrofe natural, a perda de suas estruturas flexionais, caminhando em direção ao monossilabismo. Assim, palavras invariáveis, ou seja, que não apresentam flexão, teriam surgido a partir do processo de degeneração:

Hoje as construções adverbias e dos participios são muito communs e quer parecer-me que taes fórmãs de dizer, inflexíveis, não existiram outr’ora e que sómente pouco a pouco, pela fusão continua das línguas e crescente degeneração intellectual destes póvos, é que entraram em uso. (Martius 1904: 544)

A decadência completa dos indígenas seria marcada pelo ‘monossilabismo’, associado a problemas morais, como a ‘indolência’, e à diversidade lingüística, vista em termos de maldição babélica:

Ha na America una extraordinaria quantidade de linguas e dialectos limitados a hordas ou tribus, raras vezes communs a povos de maior numero de individuos. Taes linguas estão sujeitas a uma incessante transformação, fusão, decomposição e recomposição de seus elementos, e experimentam uma mudança constante na significação de seus vocabulos e nos sons, sujeitas até a um continuo começar e acabar. [...] **Dahi se originam tambem o monosyllabismo e a indolencia** a que chegaram estes homens vermelhos, e dahi o triste phenomeno de ter-se reduzido a mero instrumento familiar a lingua deles. Se se quizesse enumerar todos os dialectos da America inteira, por certo excederia de 1.300 (Martius 1904: 543, ênfase acrescentada).

No estágio intermediário estariam as ‘linguagens d’aglutinação’, às vezes chamadas de línguas de ‘character polysynthetic’, o que caracterizaria “todas as gírias dos Índios do Brazil; e até a tupi e a filha artificial della ‘a Língua geral do Brasil’”. A existência nessas línguas de ‘partículas’ para representar categorias gramaticais que nas línguas européias são atribuídas a morfemas presos foi entendida como defeito. A suposta ausência de mecanismos flexionais indicaria ‘concepções obtusas’, ou seja, uma falta de clareza de raciocínio.

Faltam a estes idiomas aquellas flexoens que reproduzem no espírito do ouvinte com facilidade a clareza do pensamento na sua subtileza e ordem lógica. Em lugar destas flexoens usam de certas partículas, que devem representar as categorias grammaticaes e syntaxicas (o que podem só imperfectamente), e por este defeito, aquellas linguagens não são susceptíveis daquela belleza e agudeza veridica, que admiramos nas das naçoens mais civilisadas. (Martius 1969[1863]: XV).

A figura 2 compara as concepções de Schleicher e de Martius sobre a hierarquia tipológica. Para o primeiro, as línguas estariam continuamente evoluindo para um tipo superior, identificado ao padrão flexional. Para o segundo, haveria uma tendência à degenerescência lingüística, ou seja, as línguas indígenas estariam perdendo suas características de língua de civilização até cair num estado limite, em que perderiam suas propriedades comunicativas, ficando isolada em comunidades pequenas:

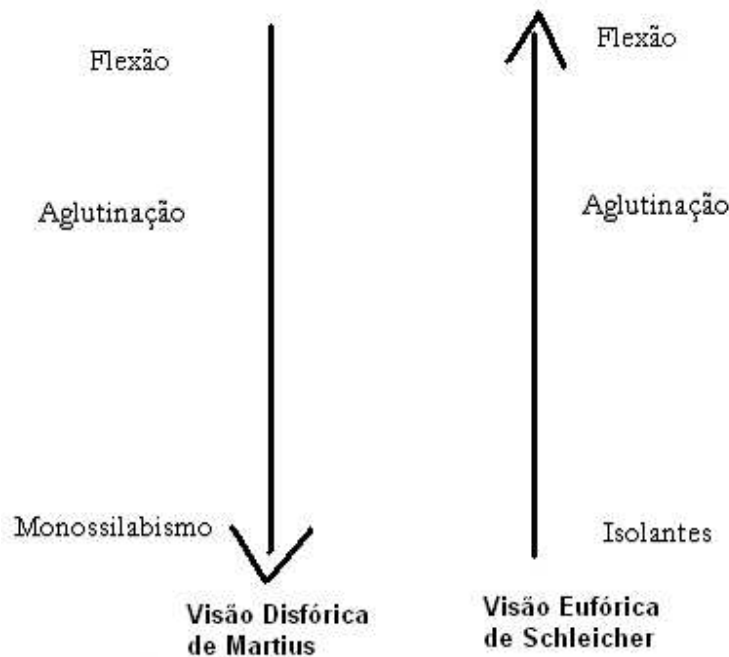


Figura. II. Comparação da visão tipológica de Martius à de Schleicher.

A polêmica da filiação da Linguística às ciências naturais ou às ciências sociais não se esgotou no século XIX, pelo contrário, está presente ainda hoje nos debates entre formalistas e funcionalistas. Tanto é que Chomsky (1972[1966]) retomou os trabalhos de W. Humboldt como forma de justificar um caminho racionalista do conhecimento sobre a linguagem, que teria sido recuperado pela Gramática Gerativa. É claro que se pode contestar a interpretação chomskyana às obras de Humboldt e de Descartes, embora seus anacronismos derivem da própria intenção de reescrever a história de maneira coerente com um novo ‘paradigma’, seguindo os passos levantados por Kuhn (Borges 2004). Neste trabalho, o importante é lembrar que “*the question of the independence, or interdependence of linguistics does not end with the formal emergence and the success of the profession*” [a questão da independência ou da interdependência da Linguística e outras disciplinas não finaliza com a emergência formal e com o sucesso da profissão] (Hymes 1975: 948).

## CAPÍTULO II

### DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Este capítulo tem como objetivo explicitar os procedimentos metodológicos que balizaram esta pesquisa. São apresentados o período e o autor focalizado, bem como os critérios que condicionaram a seleção dos materiais de análise e do *corpus*. Por fim, são definidos os parâmetros externos e internos.

#### 1. **Periodização: O índio como símbolo do Segundo Império**

O primeiro passo para elaboração de uma historiografia é o estabelecimento dos limites temporais da pesquisa, ou seja, a construção de um ‘quadro de referências’ que permita a seleção de problemas, autores e métodos de análise. Em geral, a periodização é definida provisoriamente a partir dos recortes efetuados pelos historiadores de acordo com elementos políticos e econômicos; com o decorrer do trabalho, porém, delimita-se uma extensão cronológica interna, em virtude do desenvolvimento das questões lingüísticas que estão sob análise.

Assim, focalizou-se inicialmente o Segundo Império (1840 – 1889), cujos limites correspondem à Proclamação da Maioridade de D. Pedro II e à da República, respectivamente. Entretanto, após a seleção da obra do naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868) como objeto central desta pesquisa, decidiu-se refinar a periodização para os anos 1838 – 1867.

O marco inicial, 1838, corresponde à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que corresponde à oficialização de uma política para criar uma identidade cultural para o país recém independente. O ensaio premiado no concurso promovido pelo IHGB para selecionar o melhor projeto de elaboração da história do Brasil, “Como se deve escrever a Historia do Brazil” (1845) de Martius, assegurou um *locus* privilegiado para o estudo das línguas indígenas como parte necessária da constituição do conceito de ‘brasilidade’. Assim, a escolha de Martius como autor-foco desta dissertação visa entender como o grupo de intelectuais, reunido em torno do IHGB, se colocou diante da diversidade lingüística.

O marco final, 1867, corresponde à publicação dos *Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasilien (Considerações sobre Etnografia e Lingüística da América, principalmente do Brasil, 1867)*, obra em dois volumes, que encerra as contribuições de Martius para a Lingüística e para a Etnografia da América. Em termos de história externa, corresponde a meados da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), conseqüentemente, ao início de um enfraquecimento do poder de D. Pedro II (Schwarcz 1999, Toral 2001).

## 2. Seleção do Autor: Martius — Uma vida dedicada a retratar o Brasil

Desde que Alexander von Humboldt (1769 – 1859) percorreu a América do Sul entre 1799 e 1804, as Academias de Ciências germânicas manifestavam o desejo de realizar expedições à região. A oportunidade surgiu no Congresso de Viena (1814), quando as principais autoridades monárquicas européias e, por conseguinte os maiores mecenas, reuniram-se em um esforço de sufocar os desdobramentos da Revolução Francesa. Nessa ocasião, foi estabelecido o contrato matrimonial entre a arquiduquesa da Áustria, Leopoldina (1797 – 1826), e o príncipe herdeiro da Coroa Portuguesa, D. Pedro I (1798 – 1834), que seis anos mais tarde foi coroado como primeiro Imperador do Brasil. Para acompanhar a princesa em sua viagem transatlântica, formou-se uma missão científica austríaca que, uma vez na colônia portuguesa, deveria recolher dados sobre os aspectos naturais, sociais e lingüísticos do território.

A pedido do rei da Baviera, Maximiliano José I (1756 – 1825), uma missão bávara pôde participar do esforço austríaco de reconhecimento científico do Brasil. Foram selecionados o renomado zoólogo Johann Baptist Spix (1781 – 1826) e o jovem e promissor botânico, Karl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868).

Filho do boticário Guilherme Martius (1756 – 1849), um dos fundadores da Sociedade Real de Botânica da Baviera, Karl Friedrich Philipp von Martius foi criado em sua cidade natal, Erlangen. Sua formação incluía o conhecimento de Grego, Latim e línguas modernas; filosofia — Descartes (1596 – 1650), Leibniz (1646 – 1716), Kant (1724 – 1804) — literatura clássica e contemporânea — Schelling (1774 – 1854), Goethe (1749 – 1832). Entre 1810 e 1814, cursou Medicina na Universidade de sua cidade, onde aprendeu o modelo de classificação dos seres vivos, desenvolvido por Carl von Linneu (1707-1778). Após sua formatura, ingressou na

Academia Real de Ciências da Baviera, em Munique. Em 1816, foi nomeado adjunto do Jardim Botânico, onde conheceu o rei Maximiliano José I, que se afeioou ao jovem naturalista pelo entusiasmo com que lhe falava sobre as plantas. Dessa amizade, surgiu o convite para que Martius acompanhasse Spix na expedição pelo Brasil (Sommer 1952)<sup>12</sup>.

A viagem, portanto, não é apenas um ponto de inflexão na carreira de Martius, mas o próprio gatilho para o processo de formação do cientista. No romance *Frey Apolonio (Roman aus Brasilien*, Martius 1992[1831]), uma espécie de *bildungsroman*<sup>13</sup>, Martius descreve a si mesmo ao chegar na América: “Nos belos anos, nos quais juventude, amor e esperança produzem em nosso redor verdadeiro jardim de magias, cheguei à América e, **na plenitude do meu anseio de conhecimentos**, vaguei pelo continente esplendoroso” (Martius 1992[1831]: 3, ênfases acrescentadas).

Entre 1817 e 1820, os cientistas bávaros percorreram as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e, finalmente, alcançando a capitania do Pará em 1819, trilharam os caminhos amazônicos por um ano aproximadamente. Nesse período, recolheram amostras de espécies vegetais e animais, que foram levados ao Jardim Botânico de Munique. No âmbito lingüístico, a Real Academia de Ciências de Munique recomendou explicitamente o registro das línguas e dialetos falados no Brasil:

As faculdades de história e de filosofia e filologia da [Real] Academia [de Ciências] **lembravam-nos o estudo das diversas línguas**, traços característicos dos povos, as tradições históricas, moedas, ídolos, e, particularmente, tudo que pudesse esclarecer o estado de civilização e história dos aborígenes e dos atuais habitantes do Brasil (Spix 1938 [1823], v. 1: 9, ênfase acrescentada).

Quando retornaram à Europa, Spix e Martius dedicaram-se à confecção do relato *Reise in Brasilien* (1823 – 1831, traduzida para o Português em 1938 como *Viagem pelo Brasil*), obra ilustrada em três volumes, que Martius foi obrigado a terminar sozinho devido à morte de seu companheiro seis anos após o retorno. Além do relato, Martius disponibilizou para a comunidade

---

<sup>12</sup> A Fundação Martius (1983) apresenta outra versão da história, segundo a qual Martius foi convidado graças ao interesse do Imperador pela tese de doutoramento “*Flora criptogamica Erlangensis*” (1817).

<sup>13</sup> Em 1810, Karl Morgenstern cunhou o termo *Bildungsroman*, para designar um gênero literário, em que se delinear a história da formação de um caráter humano, sem perder de vista seus contornos subjetivos e psicológicos. O romance prototípico desse gênero é *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (Goethe 1796) (cf. Maas 2000: 43).

leiga, um conhecimento de natureza prática (cura de doenças; prevenção e tratamento de pragas agrícolas; possibilidades econômicas de utilização das plantas etc.).

Para a comunidade acadêmica, os dados recolhidos foram analisados e classificados, de modo a possibilitarem a elaboração de obras monográficas, escritas em Latim. Os trabalhos nessa área consumiram anos e, muitas vezes, envolveram um grupo grande de cientistas. A colossal *Flora Brasiliensis* (1840 – 1906) de mais de 20 mil páginas, por exemplo, pretendia um levantamento exaustivo das espécies vegetais encontradas no Brasil. Para tanto, contou com recursos da Áustria, da Baviera e do Brasil, e com o auxílio de setenta e cinco botânicos do mundo todo, principalmente com o de seus editores Martius, de 1840 até sua morte em 1868; August W. Eichler, que tocou o projeto até 1887 e, finalmente, Ignaz Urban, entre 1887 e 1906.

Nota-se por essa obra que, pelo menos em relação à Botânica, Martius era um ‘líder organizacional’, termo cunhado por Murray (1994) para designar os estudiosos que incentivam o desenvolvimento institucional de uma área, garantindo as condições físicas necessárias para a pesquisa. O diretor do Jardim Botânico de Munique em 1968, Herman Merxmüller (1971: 13) acredita que “o que Martius organizou em seu tempo, pode ser sem exagero considerado como o início do trabalho em grupo na Botânica, ou até nas ciências em geral” — o que de seu ponto de vista teria mais valor do que a obra em si. Ferri (1979) reconhece em Martius o responsável pela institucionalização da Botânica no Brasil, elevando-a ao estatuto de ‘ciência’, em oposição ao registro assistemático da flora brasileira, realizado pelos viajantes dos séculos XVI ao XVIII.

A boa reputação como naturalista permitiu que suas sugestões a respeito da economia, história e política lingüística do Brasil fossem ouvidas pelos membros do IHGB, que passaram a considerá-lo como um grande especialista nos temas relativos ao país tropical. Esse prestígio traduziu-se na escolha de seu artigo “Como se deve escrever a Historia do Brazil” (1845) como melhor projeto para a elaboração de uma obra historiográfica sobre o país, o que resultou em uma medalha de ouro — prêmio concedido aos intelectuais que mais se destacaram na história do instituto — e no convite para que ele escrevesse a história que propôs.

### 3. Busca e Organização das Fontes

Dado o objetivo de entender as razões lingüísticas e extra-lingüísticas de Martius para privilegiar a Língua Geral Brasílica como ‘instrumento de civilização’ dos indígenas do Brasil, em detrimento das línguas vernáculas faladas por esses povos, esta dissertação buscou nos *Glossaria linguarum Brasiliensium. Glossários de diversas lingoas e dialectos, que fallao os índios no imperio do Brazil. Wörtersammlung brasilianischer Sprachen* (GLB), editados por Martius em 1863, as listas de palavras e dicionários de línguas gerais faladas no Brasil.

Os GLB foram publicados pela primeira vez em 1863 pela editora Druck von Junge & Sohn de Erlangen, cidade natal do naturalista. Em 1867, o material foi reimpresso por Friedrich Fleischer de Leipzig, como segundo volume de *Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens*, cujo primeiro volume reúne textos sobre a visão de Martius sobre povos indígenas publicados anteriormente.

Neste trabalho, optou-se por utilizar uma versão *fac-similar* de 1969 dos GLB. Para ter certeza da autenticidade do material, comparou-se a edição de 1969 com um exemplar de 1863 e com um de 1867 (vol. II), ambos disponíveis no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Os três documentos são idênticos, alterando apenas as páginas de rosto.

Nos GLB, são compiladas 100 obras lexicográficas — 3 dicionários, 92 listas de palavras, 4 vocabulários temáticos e uma lista de comparação de vocabulário — sobre línguas indígenas faladas no Brasil ou em países vizinhos. Esse material foi organizado em quatro partes distintas, conforme apresenta o quadro I (cf. Anexo I para uma visão mais detalhada dos GLB). A primeira e a última parte foram dedicadas às línguas consideradas de origem Tupi, enquanto as partes intermediárias reúnem listas de palavras sobre outras línguas indígenas faladas no Brasil.



**Quadro II: Organização dos GLB, com indicação de conteúdo e número de páginas de cada parte**

<b>Título</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Páginas</b>
<i>Lingua Tupi. Dialecti Variæ</i> [Língua Tupi. Vários Dialectos]	'Dialectus vulgaris' (Pará); Apiacás; Cayowâs; Bororô; Omágua; Araquajá; Mundrucû; Mura Diccionario da Lingua Geral Brasilica: portuguez e alemão, e Diccionario de Verbos: portuguez tupi-austral e alemão.	5-122
<i>Glossaria aliarum aliquot linguarum et dialectorum ex diversis Brasiliae regionibus</i> [Glossários de algumas outras línguas e de alguns outros dialectos das diversas regiões brasileiras]	Guaycurûs, Guanás e Guachis; Gentis Gês, Gentis Goyatacas, Gentis Cren v. Gueren, Gentis Guck v. Coco e <i>Gentium incertæ affinitatis</i>	123 -286
<i>Glossaria aliquot linguarum et dialectorum in finitimis Brasiliae septentrionalis usitarum</i> [Glossários de algumas línguas e de alguns dialectos de povos vizinhos usadas no Brasil setentrional]	Kechua, Yaguas, Oregones, Panos, Cocamas, Pebas, Iquitos, Zapara, Aruac, Taino, Oyambi, Palicur, <i>Vocabula Comparata Guyanae britanæ</i> , <i>Dictionaire Galibi</i>	287 -370
<i>Lingua Tupi</i> [Língua Tupi]	<i>Nomina plantarum;</i> <i>Nomina plantarum cum synonymis aliorum idiomatum;</i> <i>Nomina animalium adjecta synonymis e multis linguis praesertim Brasiliae;</i> <i>Nomina locorum</i>	371-546

Na primeira parte, sob a designação de 'dialetos do Tupi', Martius reuniu listas de palavras de '*Dialectus vulgaris*' (Pará); Apiacá; Cayowâ; Bororô; Omágua; Araquajá; Mundrucû; Mura, além de dois dicionários: *Diccionario da Lingua Geral Brasilica: portuguez e alemão* e *Diccionario de Verbos: portuguez tupi-austral e alemão*. Nessa parte, estão contidos os documentos que foram focalizados nesta pesquisa.

Na segunda parte, *Glossaria aliarum aliquot linguarum et dialectorum ex diversis Brasiliae regionibus* [Glossários de algumas outras línguas e de alguns outros dialectos das diversas regiões do Brasil], Martius compilou listas de palavras recolhidas por ele próprio durante a expedição ao Brasil (1817 – 1820) ou por outros naturalistas, entre eles Francis de Castelnau (1812 – 1880), Wilhelm Eschwege (1777 – 1855), M. Jomard<sup>14</sup>, Guido Thomaz Marliére (1767 – 1836), Johann Natterer (1787 – 1843), Johann Pohl (1782 – 1834), Auguste de Saint Hilaire (1779 – 1865), Alfred Russel Wallace (1823 – 1913) e Wied-Neuwied (1782-1867). Essas listas foram organizadas de acordo com sua classificação das 'outras línguas indígenas brasileiras' em *Gentis*

<sup>14</sup> Diferentemente dos demais naturalistas citados, Jomard não realizou nenhuma expedição ao Brasil, mas coletou dados de dois informantes Botocudos levados à França (cf. Jomard 1847).

*Gês, Gentis Goyatacas, Gentis Cren v. Gueren, Gentis Guck v. Coco e Gentium incertae affinitatis*, além de Guaycurû, Guaná e Guachi que não foram classificadas.

Embora tenhamos deixado de lado a questão de como Martius estabeleceu essa classificação lingüística, acreditamos que um estudo desse tipo pode ser promissor para a Historiografia da Lingüística (cf. Altman, Gimenes & Cruz 2003; Cruz 2004a, Cruz 2004b, 2004c). Para o historiador Schaden (1952), Martius teria sido o primeiro a “pôr ordem no quadro confuso e desorganizado de tribos e idiomas, e apresentar uma classificação sistemática das nossas populações aborígenes”.

Na terceira parte, foram incluídas quatorze listas de línguas faladas em países vizinhos, bem como o *Dictionaire Galibi* e uma lista comparativa de dezoito vocábulos em dezesseis línguas das Guianas inglesas, retirado de Schomburgk (1848), que realizou expedição às Guianas entre 1833 e 1834.

A última parte, *Lingua Tupi*, reúne três vocabulários temáticos, chamados por Martius de ‘*nomina*’. Eles reúnem dados registrados em obras de viajantes do século XVI — G. Soares de Souza (1587), Léry (1576), Thevet (1558), Hans Staden (1557) — e de naturalistas do Brasil Holandês, Piso (1638 – 1644) e Marcgrave (1638 – 1644). São quatro *nomina*: *Nomina plantarum* com 971 verbetes, *Nomina plantarum cum synonymis aliorum idiomatum* com 29, *Nomina animalium adjecta synonymis e multis linguis praesertium Brasiliae*, com 1.343 e *Nomina locorum*, com 1.239.

O material de análise constitui-se de todas as listas de palavras ou dicionários que, nos limites dos GLB, registram línguas gerais faladas no Brasil. Os três documentos que correspondem a esse critério encontram-se na primeira parte dos GLB, *Lingua Tupi. Dialecti Variae*, dedicada às línguas consideradas como ‘Tupi’. Não foram considerados os vocabulários temáticos da última parte da obra, porque eles incluem dados de outras línguas indígenas para comparação com o que Martius chamou de ‘Tupi’ e também, porque eles não são obras sobre a língua indígena em si, mas sobre o vocabulário compreendido no Português (topônimos, nomes de animais e de plantas). Desse modo, esta pesquisa focaliza os seguintes materiais:

- *Diccionario da Lingua Geral Brasilica: portuguez e alemão*, 1.828 verbetes;

- *Diccionario de Verbos: portuguez tupi-austral e alemão*, com 971 verbetes
- *Dialectus Vulgaris*. (glossário do dialeto vulgar do Pará), como 396 verbetes (Latim – Português)

Além desse material lingüístico, esta pesquisa também investigou textos sobre línguas indígenas brasileiras, redigidos por Martius entre 1838 e 1867 tanto em correspondência quanto nos materiais publicados no Brasil.

### 3.1 *Diccionario da Língua Geral Brasilica: portuguez e alemão*

O *Diccionario da Língua Geral Brasilica: portuguez e alemão* (doravante DLGB<sub>XVIII</sub>) disponibiliza 1.828 que ocupam as páginas 31 a 97 dos GLB. Trata-se de um dicionário trilingüe, com entradas em Língua Geral Brasília, seguida da versão em Português (grafado em itálico), a qual Martius adicionou uma versão em Alemão, como pode ser observado no verbete abaixo, extraído como exemplo. O vocábulo indígena *cunhatém* foi registrado como entrada lexical, e a tradução se deu em Português, “rapariga”, e em Alemão, “Mädchen”.

*cunhatém* – *rapariga*, Mädchen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 43)

Há casos em que um mesmo vocábulo serve como entrada para mais de uma expressão, o que se considerou como indicando pertencer a um mesmo verbete. Nesse caso, o DLGB<sub>XVIII</sub> marca um traço, que indica repetição. Assim, o vocábulo *poráng*, traduzido isoladamente por “bonito, formoso” em Português e por “*hübsch, schön*” em Alemão, foi registrado também acompanhado de *eté*, formando *poráng eté*, cuja correspondência seria “*cousa bella*” no idioma românico e “*schöne Sache*” no germânico:

*poráng* – *bonito, formoso*, *hübsch, schön*.  
– *eté* — *cousa bella, formosíssima, schöne Sache*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 83)

Martius incluiu uma introdução de seis páginas escritas em Alemão, na qual levanta hipóteses sobre a autoria do manuscrito, atribuindo-o ao Pe. João Daniel (1758 – 1776); além de descrever sumariamente o sistema de notação.

Em 1795, uma versão bilíngüe (Língua Geral Brasília – Português) havia sido publicada em Lisboa pela Imprensa Oficial como *Diccionario portuguez e brasiliano*, a partir de edição de

Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742 – 1811). Monserrat (2003) apontou que houve alterações em relação a manuscritos de 1751, encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Universidade de Coimbra. Martius baseou-se em Velloso, mas admite ter incorporado “vários acréscimos e correções”, além de uma versão em Alemão dos verbetes (Martius 1867: 26).

As edições de Velloso e de Martius ferem o princípio básico da Filologia sobre a conservação da autenticidade dos originais, o que tem levado ao abandono dessas obras. Para Monserrat (2003), o principal problema é que a edição de Velloso não apresenta homogeneidade cronológica, pois o autor teria incluído itens extraídos de documentos mais antigos. A autora, que tinha como objetivo reconstruir o sistema fonológico da língua geral falada na Amazônia no século XVIII — que ela chamou de ‘tupi médio’ — preferiu deixar de lado a edição de Velloso, porque suas alterações poderiam comprometer a investigação em Linguística Histórica.

Neste trabalho, optou-se por resgatar a versão de Martius, feita a partir da de Velloso, porque se pretendia observar como o naturalista caracterizava a Língua Geral Brasileira. Dessa forma, as alterações que eventualmente tenha provocado podem estar relacionadas à maneira como ele via a língua. Nesse sentido, uma das particularidades da edição de Martius que se considerou relevante foi a identificação das palavras consideradas exógenas à língua, com os símbolos ‘†’ e ‘port.’, como esclarece o próprio naturalista:

Doch habe ich solche, auf Doctrin, Katechese und Cultus bezügliche Ausdrücke, als der Sprache ursprünglich fremd, mit einem † bezeichnet; wie auch bei Worten, die aus dem Portugiesischen herübergenommen und dem Genius der Tupisprache gemäss abgewandelt worden sind, ihr fremder Ursprung durch den Beisatz: (“lusit.”) oder (“portugiesisch”).

[Mas tenho marcado essas expressões que se referem à Doutrina, à catequese e ao culto como originalmente exógena da língua, com uma cruz (†); também marquei a origem exógena das palavras que foram transplantadas do português e modificadas segundo o gênio da língua tupi, pelo atributo (“lusit.”) ou (“portugiesisch”)]. (Martius 1863: 27-28, tradução de Bachmann)

São marcadas com esses atributos 308 expressões, sendo que 249 com †, 59 como (port.) e apenas o vocábulo *açukerí*, “açúcar”, é marcado como (lusit.) (cf. Anexo III):

*açukerí* (lusit.) – *assucar*, Zucker. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 32)  
*Mocui-çára* † – *moedor*, Müller (DLGB<sub>XVIII</sub>: 67)  
*Funira* (port.) – *funil*, Trichter (DLGB<sub>XVIII</sub>: 49)

Há 10 casos em que os marcadores † e (port.) são combinados, como em:

librú (port.) † – *livro*, Buch. (DLGB<sub>XVIII</sub> 61)

O marcador podia também focalizar apenas um vocábulo de uma expressão:

mantéca (port.) retikéra – *torresmo, rojoês*, Schnitt gebratenen Speckes (DLGB<sub>XVIII</sub> 61)

No caso de dúvida sobre a origem da expressão, Martius colocava um ponto de interrogação ao lado desses marcadores:

arobiár †? – *crer, acreditar, obedecer*, glauben, annehmen, gehorsamen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 35)

até (port.?) – *até que*, bis dass. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 36)

Quando havia mais de uma expressão relacionada a uma mesma entrada lexical, Martius empregou os símbolos † e (port.) para identificar cada uma das expressões relacionadas a uma entrada lexical, e não para o verbete como um todo:

kytingóca – *limpar, desenferrujar, arear*, scheuern, von Rost reinigen.

– ánga † – *limpar a alma*, die Seele entlasten. (DLGB: 61)

No exemplo acima, Martius indica que a partir de vocábulos correntes na Língua Geral Brasílica, os missionários criaram uma expressão nova para indicar um conceito que julgaram não ser inerente à cultura autóctone: *kytingóca ánga* é a tradução literal de “limpar a alma”. Todas as expressões marcadas com esses símbolos foram disponibilizadas no Anexo IV.

### 3.2 *Diccionario de Verbos: portuguez tupi-austral e alemão*

Segundo Rodrigues (1996), o *Diccionario de Verbos: portuguez tupi-austral e alemão* (doravante DV<sub>XVIII</sub>) deriva de um “documento manuscrito, não datado e de autor desconhecido, mas possivelmente de meados do século XVIII”. Para o lingüista, trata-se da principal fonte sobre o que ele chamou de ‘língua geral paulista’ — língua generalizada na população paulista de meados do século XVII a meados do século XVIII.

Seus 971 verbetes ocupam as páginas 99 a 122 dos GLB, incluindo uma pequena introdução de duas páginas em Alemão. Diferentemente do DLGB<sub>XVIII</sub>, as entradas do DV<sub>XVIII</sub> são em Português, seguidas das versões em Tupi Austral (grafadas em itálico), às quais Martius incorporou a versão em Alemão.

suar – *rúái*, schwitzen. (DV<sub>XVIII</sub>: 121)

De acordo com a introdução, Martius recebeu o manuscrito, parcialmente destruído, do Senhor Ferd. Denis (1798 – 1890), funcionário da Biblioteca de Sainte Genevière em Paris. Embora não seja dito na introdução, os vocábulos oriundos do Português também foram marcados com (port.), mas não foi usada a †:

cortejar – *ayoóque Che xapeo* (port.), den Hof machen, grüssen, (*tirei meu chapeo*, ich habe gezogen meinen Hut). (DV<sub>XVIII</sub>: 106)

### 3.3 *Glossário do Dialeto Vulgar do Pará ou da Língua Geral Brasileira*

Trata-se de uma lista de 396 palavras em latim com sua versão para a Língua Geral Brasileira falada no Pará no século XIX, que ocupa as páginas 7 a 11 dos GLB. Como o Latim exercia a função de língua de divulgação científica, o GDVP<sub>XIX</sub> não apresenta versão em Alemão:

bonus, a, um – catû (GDVP<sub>XIX</sub>: 7)

Em uma pequena introdução à parte do GLB dedicada aos chamados dialetos do Tupi, Martius informou que a lista foi recolhida por ele e por seu companheiro Spix durante a expedição pela colônia do Grão-Pará, com ajuda do capitão Francisco Ricardo Zany, italiano radicado no Brasil, que conhecia o dialeto vulgar. Mais tarde, Martius adicionou outras palavras de uso comum entre indígenas aldeados, privilegiando o vocabulário relativo às partes do corpo humano e aos objetos de uso cotidiano dos indígenas.

### 3.4 *Complementação das Fontes Primárias: textos de divulgação e correspondências*

Foram analisados também textos publicados no Brasil como forma de divulgação das idéias de Martius a respeito da importância dos estudos sobre as línguas indígenas, principalmente em relação às línguas gerais. Foram encontrados três textos que obedeciam a esses critérios:

- *Die Vergangenheit und Zurkunft der Amerikanischen Menschheit* (trad. “O passado e o futuro da raça americana”) (Martius 1904[1838]);
- “*Vom dem Rechtszustande unter den Ureinwohnern von Brasilien* (trad. “O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil”, Martius 1906[1832]);

- “Como se deve escrever a História do Brasil” (Martius 1845).

Os dois primeiros textos resultam da tradução de conferências de Martius realizadas na década de 1830 no continente europeu e foram posteriormente integrados ao volume I de *Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens* (Martius 1867). As concepções do naturalista sobre o passado e o futuro dos ameríndios foram apresentadas na sessão pública dos naturalistas e médicos alemães em Freiberg em 18 de setembro de 1838. O último texto (Martius 1845), publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, é o ensaio citado anteriormente que propõe um modelo de historiografia para o Brasil.

Utilizou-se também a correspondência pessoal do autor, em parte inédita, disponível nos acervos da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foram selecionadas cartas, integrais ou excertos, que tratavam de questões relativas aos indígenas e suas línguas; ou de aspectos financeiros da vida de Martius. Por conseguinte, foram descartadas as cartas sobre a flora brasileira ou temas específicos da História Natural, trocadas com botânicos brasileiros, principalmente Francisco Freire Alemão (1797 – 1874). O Quadro III resume o material epistolar a que esta pesquisadora teve acesso:

**Quadro III: Correspondência de Martius com colegas brasileiros, organizada por data.**

Remetente	Destinatário	Local, data	Referências
Cônego Januário C. Barbosa	Martius	Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1843	ms. inédito, acervo do IHGB.
Martius	D. Pedro II	Munique, 20 de fevereiro de 1841	fac-símile, acervo da Biblioteca Nacional
Martius	Cônego Januário C. Barbosa	8 de março de 1844.	ms. inédito (em francês)., acervo do IHGB.
Cônego Januário C. Barbosa	Martius	Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1844	ms. inédito, acervo do IHGB
Ministro do Interior do Brasil	Martius	Rio de Janeiro, 1855	fac-símile, acervo da Biblioteca Nacional
Martius	Gonçalves Dias	6 de abril de 1857	ms. inédito, acervo da Biblioteca Nacional
Martius	Cônego Joaquim C. Fernandes Pinheiro	Munique, 8 de novembro de 1861.	1895 [1861]. “Carta do Dr. Carlos F. de Martius contendo observações sobre Botânica, Vocábulo Tupis e origem das tribus americanas”. <i>Revista Trimestral do Instituto Histórico</i> , tomo 58, parte 1, vol. 91, 59-68.
Martius	não explícito	Munique, 4 de março de 1865	ms. inédito, acervo da Biblioteca Nacional
Martius	Cônego Joaquim C. Fernandes Pinheiro	Munique, 12 de junho de 1865	ms. inédito, acervo da Biblioteca Nacional
Martius	D. Pedro II	Munique, 17 de julho de 1867	fac-símile, acervo da Biblioteca Nacional
Francisco José Fialho	Martius	Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1867	ms. inédito, acervo da Biblioteca Nacional
Francisco José Fialho	Martius	Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1867	ms. inédito, acervo da Biblioteca Nacional
Martius	Paulo Barbosa da Silva	Coletânea 1991	Coleção Varnhagen — Documentos e depoimentos. Rio de Janeiro: IHGB.

As cartas entre Martius e o Cônego Januário C. Barbosa, primeiro secretário do IHGB, versaram sobre a solicitação do IHGB para que o naturalista escrevesse a história do Brasil (Barbosa, 12 de agosto de 1843). Pela a correspondência com D. Pedro II e com o tabelião Francisco José Fialho, é possível acompanhar os trâmites políticos do pedido de auxílio para publicação de obras de Botânica (Martius, 17 de julho de 1867). Com Cônego Joaquim C. Fernandes Pinheiro e com Gonçalves Dias, Martius comentou suas idéias a respeito das línguas



indígenas brasileiras, especialmente a que era chamada de Tupi. Finalmente, para Paulo Barbosa da Silva, amigo brasileiro e mordomo da Casa Imperial, Martius narrou suas impressões pessoais a respeito de seu trabalho e das relações com o Brasil.

#### 4. Critérios de Estabelecimento do *Corpus*

Dada a natureza diversificada dos três materiais — um dicionário, uma lista de palavras e um dicionário de verbos —, o estabelecimento dos critérios de seleção dos *corpora* procurou tornar mais homogênea a natureza e a quantidade de dados a serem comparados. Para tanto, utilizou-se a lista de palavras da língua geral falada no Pará compilada por Spix e Martius como parâmetro de comparação entre os três materiais.

Como o DV<sub>XVIII</sub> apresenta apenas palavras registradas como verbos, a comparação entre os três materiais focalizou apenas os vocábulos compreendidos pelos descritores como verbo. Não se trata aqui de desprezar a complexidade da questão da existência ou ausência da distinção entre nome e verbo em línguas Tupi-Guarani, apenas se optou por respeitar o que os descritores registraram como verbo.

Primeiramente, foram levantadas todas as formas da Língua Geral Brasílica (séc. XIX) traduzidas como verbos latinos na lista de palavras coletada por Spix e Martius, GDVP<sub>XIX</sub>. Em seguida, utilizou-se as 73 formas latinas encontradas como *tercio comparationis* para buscar vocábulos ou expressões relacionadas nos dicionários setecentistas de Língua Geral Brasílica e de Tupi Austral. Por exemplo, para o verbo latino CANTARE, traduzido no GDVP<sub>XIX</sub> por *nheengár* foram encontrados os correspondentes *nheegár* no DLGB<sub>XVIII</sub> e *nheengá*, no DV<sub>XVIII</sub>, traduzidos como “cantar” em ambos.

cantare – *nheengár* (GDVP<sub>XIX</sub>: 7)  
*nheengár* – *cantar*, *singen* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 73)  
*cantar* – *nheengá*, *singen*. (DV<sub>XVIII</sub>: 104)

Não necessariamente as formas encontradas em cada um dos dicionários eram cognatas. Em geral, a relação entre o grupo de vocábulos selecionados no GDVP<sub>XIX</sub> não correspondia a apenas uma entrada no DLGB<sub>XVIII</sub> ou no DV<sub>XVIII</sub>, mas a um grupo de expressões. Por exemplo, para o verbo SICCO, ARE (1ª. pess. sg., secar), o GDVP<sub>XIX</sub> registra o vocábulo *motinîng*:

sicco, are – motinîng. (GDVP<sub>XIX</sub>: 10)

já o DLGB<sub>XVIII</sub> possui duas entradas relacionadas a esse conceito:

motenîng – *seccar, torrar*, trocknen, rösten. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 72)

tenîng – *seccar*, trocknen.

– cerâne – *murchar*, welken. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 90)

No DV<sub>XVIII</sub> também foram registradas duas entradas lexicais:

seccar – *bôpirú*, trocknen. DV<sub>XVIII</sub>: 120)

secar-se – *ipirúmani*, trocknen werden. (DV<sub>XVIII</sub>: 120)

Assim, chegou-se a três *corpora* — 243 formas do DLGB<sub>XVIII</sub>, 75 formas do GDVP<sub>XIX</sub> e 173 formas do DV<sub>XVIII</sub> — totalizando 491 formas das línguas gerais compiladas nos GLB registradas como verbos, que permitiram a análise dos modos de representação fonológicos e da morfologia verbal (cf. Anexo II).

## 5. Parâmetros de análise

Seguindo as diretrizes metodológicas compartilhadas pelo Grupo de Estudos em Historiografia da Linguística, os fatores relativos às línguas indígenas e ao julgamento das comunidades de falantes foram tratados separadamente daqueles que dizem respeito ao contexto de produção da obra analisada e ao seu autor. Essa divisão apresenta-se como uma etapa inicial do trabalho, de forma que ao final da pesquisa, parâmetros dessas duas naturezas são articulados, a fim de entender como um contexto sócio-político-cultural pode favorecer as políticas linguísticas de um período e estas, por sua vez, podem estar relacionadas ao próprio modo de representação das línguas naturais.

Os parâmetros externos visam ao mapeamento das motivações político-ideológicas da elaboração da proposta de difusão da Língua Geral Brasileira entre os indígenas, a partir da investigação da formação intelectual de Martius e de suas concepções sobre as línguas.

Por sua vez, os parâmetros internos permitem analisar o tipo de tratamento concedido aos dados linguísticos conferido pelo autor em estudo. No caso deste trabalho, são aqueles que permitem levantar hipóteses sobre a escolha da Língua Geral Brasileira como instrumento de civilização, em detrimento das demais línguas indígenas, incluindo o Tupi Austral.

## 5.1 *Parâmetros externos*

A Historiografia da Lingüística procura compreender os processos de produção do conhecimento sobre as línguas e linguagens, em suas mais diversas manifestações teóricas e práticas. Pressupõe-se que a ciência não se desenvolva alheia à cultura de uma sociedade, pelo contrário, parece haver uma contínua troca de idéias e experiências entre ciência e sociedade, por um lado; e entre aquela e filosofia, por outro.

A partir dessa concepção, procurou-se mapear o ‘clima de opinião’ em que Martius compilou os glossários de línguas indígenas e propôs a difusão da Língua Geral Brasileira. Cunhado por Becker (*apud* Koerner 1995), o termo livra o historiógrafo das amarras da idéia de ‘influência’, que, embora muito utilizada, carece de uma definição clara. Percebe-se que aspectos biográficos do autor, bem como os interesses comuns de uma comunidade, se correlacionam aos empréstimos e assimilações de idéias, conceitos ou teorias, muitas vezes de forma inconsciente, em oposição às influências conscientes.

Para evitar anacronismos, estabelece-se um conjunto de parâmetros ‘externos’ que permitem mapear o clima de opinião subjacente a uma obra. No caso desta pesquisa, considerou-se relevante observar: (1) formação intelectual do autor; (2) motivação do trabalho lingüístico; (3) sua visão sobre as línguas gerais, sobre sua origem e função social.

O estudo da **formação intelectual** levou em conta a formação acadêmica do autor, as expedições realizadas, suas ligações com a comunidade intelectual brasileira.

O segundo parâmetro, **motivação**, relaciona-se diretamente ao primeiro, mas incorpora-se a ele o conceito de utilidade dos GLB na visão do autor.

O parâmetro **visão sobre as línguas gerais** permitiu levantar as concepções de Martius sobre as línguas gerais, sobre sua função social e origem. Com base neste parâmetro, observou-se também como o naturalista classificava a Língua Geral Brasileira e o Tupi Austral dentro dos modelos tipológicos em voga da ciência européia. Por exemplo, observou-se se Martius conhecia as teorias sobre os tipos lingüísticos flexional, aglutinante e monossilábico e, se conhecia, em que tipo enquadrava as línguas gerais.

## 5.2 Parâmetros internos

No intuito de entender se havia razões lingüísticas para a escolha da Língua Geral Brasílica em detrimento do Tupi Austral, considerou-se relevante depreender dos textos (1) o modo de representação dos sons dessas línguas; (2) o modo de segmentação do *continuum* lingüístico e (3) o critério de classificação vocabular.

Para reconhecer como Martius e os descritores que ele editou representaram os sons das línguas gerais, esta pesquisadora procurou levantar (1.1) os grafemas utilizados e o seu valor nas notações; (1.2) os critérios de utilização de diacríticos e sua consistência; (1.3) a representação de segmentos complexos, entendidos aqui como sons consonantais alheios ao sistema das línguas européias.

No âmbito morfológico, foram observados (2.1) o registro ou não de marcadores de pessoa; e (2.2) o registro ou não de vocábulos funcionando como verbo cópula.

Por fim, no parâmetro (3), critério de classificação vocabular, observaram-se comentários de Martius sobre os vocábulos do *corpus* na edição dos materiais.

### 5.2.1 Ficha de análise

Nas fichas de análise para cada expressão ou vocábulo do *corpus*, foram levantadas informações a respeito do modo de notação, do recorte morfossintático e do critério de classificação, como é possível observar abaixo:

**Quadro IV: Exemplo de Ficha de Análise para Expressão ou Vocábulo**

<b>Referência:</b> DLGB <sub>XVIII</sub> : 69	<b>Entrada:</b> <i>momendár</i>
<b>Tradução (Português):</b> fazer casar	<b>Tradução (Alemão):</b> heirathen machen
<b>Transcrição:</b> m, o, e, n, d, á, r. ND em posição intervocálica; 'd' depois de nasal. CVC[final]: acentuada: <i>dár</i>	
<b>Recorte morfossintático:</b> <i>mo – mendár</i> (causativo – casar)	
<b>Verbetes relacionados:</b> <i>mendár</i> (DLGB <sub>XVIII</sub> : 64)	
<b>Classificação:</b> † (exógeno, criação missionária)	

## 6. Normas de Notação

Neste item, apresentamos algumas convenções de organização usadas neste trabalho:

- As formas latinas que serviram como *tercio comparationis* foram grafadas em maiúscula;
- As formas em língua indígena foram grafadas em itálico, respeitando a grafia do original;
- As traduções em Português dos vocábulos são exatamente as das obras lexicográficas analisadas. Foram grafadas em fonte simples, caixa baixa e aspas duplas;
- As versões em Alemão dos vocábulos são exatamente as das obras lexicográficas analisadas. Foram grafadas em itálico e aspas duplas;
- Expressões consideradas como agramaticais foram marcadas com \*\* para diferenciar de expressões reconstruídas na análise, identificadas com \*.
- As aspas simples marcam termos técnicos da Lingüística ou da Historiografia da Lingüística, na primeira vez em que eles ocorrem no texto;
- Quando possível, na primeira menção de um nome de personalidade histórica, apresentou-se as respectivas datas de nascimento e de falecimento.

### CAPÍTULO III

#### LÍNGUA GERAL BRASÍLICA:

#### UM ANTÍDOTO CONTRA A MALDIÇÃO BABÉLICA

*Desejaria, que nos lugares mais propios se formassem escolas da lingua geral Brazilica, para o uso daquelles Brasileiros, que tem de tratar com os Indios (Martius 1863: XVIII)*

Neste capítulo, investigou-se a concepção de Martius sobre a Língua Geral Brasílica, o que permitiu levantar hipóteses sobre as razões do naturalista ter considerado essa língua como superior às demais línguas indígenas brasileiras, inclusive ao Tupi Austral da mesma família e subgrupo (Tupi-Guarani, ramo III). Para situar o leitor nesta questão, primeiramente, foram apresentados alguns elementos dos contextos sociolingüísticos em que cada uma das duas línguas se desenvolveu. Em seguida, apresentou-se sucintamente a visão do naturalista sobre a origem dos tupis. Por fim, definiram-se os conceitos de *Rothwälsch* e de *‘colluvies gentium’*.

#### 1. As línguas gerais

A construção de uma ‘Nação brasileira’ apresentava problemas particulares em um país constituído por uma população multiétnica, em que o sonho de progresso esbarrava na escravidão africana. Associada à diversidade étnica, a diversidade lingüística aparecia como um entrave à ‘civilização’, como observou Martius na “Advertência aos philanthropos brasileiros que lerem este livro [GLB]”: “não era-me difficil observar, que os esforços saudaveis da Igreja eram quasi sempre **menos proficuos á proporção da multiplicidade das línguas** ali usadas pelos Catecumenos” (Martius 1969[1863]: X – XI).

Segundo Eco (2001: 28), no decorrer da tradição judaico-cristã, o episódio do *Gênesis* 11 tem chamado a atenção pela dramaticidade de sua interpretação literal — no início havia apenas uma língua e após uma maldição divina passaram a 70 ou 72 —, de modo que a pluralidade de

línguas tem sido sentida como um castigo. Martius compartilhava dessa visão: “Deus por maldição admittiu a confusão dos idiomas” (Martius 1969[1863]: X).

O problema da diversidade não era novidade do século XIX, pelo contrário, era herdado dos três séculos de colonização portuguesa em um território em que se falavam mais de mil línguas, de acordo com a estimativa de Rodrigues (1993: 90). Essa imensa diversidade lingüística era vista como elemento perturbador para a administração do território e para a catequização, o que poderia ser minimizado pela seleção de línguas de comunicação interétnica — as chamadas ‘línguas gerais’. Rodrigues (1996) chama atenção para que esse termo seja usado com valor técnico para designar

línguas de origem indígena, faladas [...] por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis [...] à qual foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão.

Na América Espanhola, foram escolhidas línguas utilizadas antes da colonização em vastos territórios para administração e comércio em detrimento das línguas vernáculas. Esse era o caso da Náhuatl (ou *lengua Mexicana*), cuja expansão devia-se ao Império Asteca; do Quéchuá (ou *lengua Peruana*), falado pelo Império Inca que se estendia aproximadamente do Equador até o norte do Chile; e também, em certa medida do Aymará, falado no que hoje se considera como Bolívia e Peru; e do Guarani, na região correspondente ao oeste do Paraná e ao Paraguai (Altman 2003).

Na América Portuguesa, considera-se a formação de duas línguas gerais, uma na região de São Paulo e outra no Maranhão e Grão Pará. A primeira, chamada por Martius de Tupi Austral, teria surgido do cruzamento entre tupis e portugueses entre os séculos XVII e XVIII; a segunda, que Martius designa como Língua Geral Brasílica, é produto do contato entre tupinambás e portugueses (Rodrigues 1996).

A título de sistematização, nesta pesquisa foram usados os seguintes termos:

- **Tupinambá** – língua falada na costa no século XVI, descrita por Anchieta (1595) e Figueira (1621);

- **Língua Geral Brasileira** – língua geral falada na província de Maranhão e Grão-Pará (séculos XVIII e XIX);
- **Tupi Austral** – língua geral falada em São Paulo e levada ao Rio Grande do Sul, Cuiabá e Minas Gerais pelos bandeirantes (século XVIII);
- **Tupi** – neutralização das diferenças entre essas línguas;
- **Nheengatú** – língua geral da Amazônia atual.

Esses conceitos foram mais bem desenvolvidos abaixo.

### 1.1 A Língua Geral Brasileira

Segundo Rodrigues (1997), quando os portugueses chegaram à costa do Brasil no século XVI, encontraram uma língua de uso generalizado em boa parte da costa brasileira — o Tupinambá, cuja primeira descrição teria sido a *Arte de Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* de Pe. José de Anchieta (1534 – 1597). De acordo com Rodrigues (1997), o jesuíta teria escrito uma gramática sobre Tupiniquim<sup>15</sup> utilizado em São Vicente por volta de 1560, entretanto após visitar outras regiões da colônia (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia), o missionário teria percebido o uso mais generalizado do Tupinambá em relação ao Tupiniquim. A partir dessa constatação, o missionário teria revisado o manuscrito de modo a focalizar não mais o Tupiniquim, mas o Tupinambá.

Embora tenha sido criticada por seus contemporâneos e pela primeira geração de lingüistas brasileiros, em especial por Mattoso Camara (1979[1965]: 105), essa gramática tem sido reconhecida entusiasticamente por especialistas em línguas indígenas, entre eles, Rodrigues (1997) e Leite (2004). Rodrigues (1997: 394) destaca o “*tratamiento de la fonología y de la morfología, inclusa de la compleja morfofonología*”<sup>16</sup>.

No século XVII, o Tupinambá foi descrito por Luís Figueira (ca. 1574 – 1643) em sua *Arte da Língua Brasileira*, publicada em Lisboa em 1621. Deve-se mencionar ainda o *Vocabulário na*

<sup>15</sup> Rodrigues (1997) chama o Tupiniquim também de Tupi. Preferi separar os dois termos, para que o leitor não confunda essa língua com um conceito geral de ‘Tupi’.

<sup>16</sup> “O tratamento da fonologia e da morfologia, incluindo a complexa morfofonologia, é quase completo” (tradução minha).



*língua brasílica*, obra anônima do mesmo ano que teria sido elaborada por missionários. Esses documentos registram o Tupinambá (séc. XVI) da costa do qual descende a Língua Geral Brasílica, como Martius designava a língua falada nos séculos XVIII e XIX na província do Grão-Pará. Atualmente, essa língua é reconhecida pelo nome de Nheengatú (séc. XX e XXI).

Borges (1994) e Barros (2003) ponderam que a Língua Geral Brasílica não é exatamente uma evolução do Tupinambá descrito pelos jesuítas, conhecido como ‘tupi jesuítico’, mas uma evolução de seu registro coloquial, transmitido entre indígenas de várias etnias nos aldeamentos. Como argumento, Barros (2003) acrescenta que o jesuíta João Daniel considerava que a língua documentada em gramáticas e catecismos dos séculos XVI e XVII não era compreendida pela maioria da população das missões no século XVIII. Trata-se de uma sutileza dos autores, semelhante a dizer que as línguas românicas não descendem do Latim, mas são originadas do ‘Latim vulgar’.

Os primeiros colonos e missionários que se estabeleceram na região no início do século XVII levaram índios aliados, falantes do Tupinambá da costa, que estava se estabelecendo como língua geral. Embora a região abrigasse índios de diferentes grupos lingüísticos, foi possível estabelecer contato com índios que falavam línguas aparentadas àquela trazida pelos forasteiros. Segundo Bessa Freire (2004: 114), de 1616 até 1686, a Língua Geral Brasílica — que o autor chama de Língua Geral Amazônica — expandiu-se pelos núcleos populacionais da Amazônia de forma assistemática; situação que se alterou em 1686, quando o *Regimento das missões* encarregou os missionários de organizarem aldeias de descimentos. Tratava-se de aldeamentos artificiais, em que se reuniam índios de diferentes grupos étnicos e lingüísticos, de modo que a única possibilidade de comunicação entre os membros fosse pelo aprendizado da Língua Geral Brasílica (Barros 2003: 93).

Em *Roman aus Brasilien*, Martius descreve de forma romanceada uma missão católica organizada nesses moldes:

[Hartoman] Correu à igreja e encontrou, reunida e de joelhos, toda a congregação de fiéis, centenas de índios de ambos os sexos.

[...]

[Frei] Apolônio encontrava-se no meio de seus paroquianos. Dirigia-se a eles com grande fluência na própria língua dos mundurucus, um dialeto do tupi. Suas palavras, dirigidas ora a uma, ora a outra família, causavam a mais profunda impressão possível (Martius 1992: 58)<sup>17</sup>

Transmitida pelos missionários e posteriormente pelos indígenas aldeados e até pelos próprios colonos, a Língua Geral Brasílica expandiu-se por regiões em que não havia anteriormente nenhuma língua da família Tupi-Guarani. É possível entendê-la como um mecanismo de controle da diversidade lingüística, uma vez que ela promovia a passagem do índio ‘selvagem’, monolíngüe em língua autóctone<sup>18</sup>, para índio ‘manso’ que, por falar também a Língua Geral Brasílica, podia ser incorporado às missões jesuíticas e ser utilizado como mão-de-obra (Bessa Freire 2004: 181)<sup>19</sup>.

Dessa forma, a língua de um povo indígena dominado serviu como veículo para o avanço da conquista territorial e cultural da região amazônica, uma vez que os portugueses dependiam dos índios em todas as instâncias da colonização. Cabia ao índio a função de decodificador da terra, de intérprete, de soldado e todos os serviços: remador, extrator, guia, agricultor, construtor de casas e de barcos etc. (Borges 1994). É interessante notar, como faz Bessa Freire (2004), que a língua geral brasílica era considerada pelos indígenas como língua de branco, pois tinham sido os missionários que a levaram para a Amazônia.

Diante das disputas com a Espanha acerca das fronteiras do território amazonense (cf. tratados de Utrecht (1715), Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777)), a metrópole lusitana decidiu alterar essa situação. Em 1727, uma carta régia proibiu o uso da Língua Geral Brasílica nas povoações da província de Maranhão e Grão-Pará e determinou que os missionários deveriam organizar o ensino do Português (Bessa Freire 2004: 119). Como a medida não surtiu efeito, em 1757, o Marquês de Pombal (1699 – 1782) expulsou os jesuítas, sob a acusação de que eles eram responsáveis pela expansão da Língua Geral Brasílica, em detrimento da portuguesa. Assim, essa língua passou de instrumento de planificação lingüística para a posição de mecanismo diabólico,

---

<sup>17</sup> Hartoman e Frei Apolônio são personagens do romance Frei Apolônio (Martius 1992[1831]).

<sup>18</sup> O relato de viagem de Martius sugere que os índios nas aldeias não eram necessariamente monolíngües, pelo contrário, havia índios bilíngües em línguas autóctones. Para efeito de colonização, entretanto, não fazia diferença se um índio falava uma ou mais línguas autóctones. Os índios deveriam falar a Língua Geral Brasílica para que pudessem ser compreendidos pelos missionários e colonos.

<sup>19</sup> Ainda segundo Bessa Freire (2004), os próximos estágios dessa escala ‘civilizatória’ seriam o ‘tapuio’, monolíngüe em língua geral brasílica, e, por fim, o ‘caboclo’, monolíngüe em Português.

devendo ser perseguida (e eliminada), assim como se passou a fazer com seus falantes e com seus divulgadores, os jesuítas.

Para banir a Língua Geral Brasileira da Amazônia, Pombal determinou que o ensino e a utilização do Português se tornassem obrigatórios na região. No âmbito econômico, a essa decisão, juntou-se o privilégio à agricultura em detrimento do extrativismo, tendo em vista que a primeira, ao fixar o homem na terra, deveria favorecer a criação de vilas e cidades. No plano administrativo, a escravidão indígena foi substituída pela africana, e a toponímia passou a incorporar nomes portugueses: Tapajós tornou-se Santarém, Mariuá virou Barcelos etc. (Borges 1994: 126-127).

Mesmo com toda a repressão, a Língua Geral Brasileira entrou no século XIX ainda como majoritária — dividindo seu espaço com o Português no baixo Amazonas e com as línguas autóctones no alto Amazonas (Bessa Freire 2004: 240). Essa situação só se alterou após a Cabanagem (1837 – 1838), revolução popular que deu ao governo imperial ensejo para exterminar a população indígena e cabocla. Também a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) teve conseqüências devastadoras para os falantes de Língua Geral Brasileira, haja vista que foram convocados 2.070 homens adultos — muitos deles, monolíngües nessa língua —, sendo que mais da metade não sobreviveu à guerra (Bessa Freire 2004: 242). Mesmo profundamente abalada pelos conflitos armados, a Língua Geral Brasileira continuava hegemônica, até que, em meados do século XIX, um grande contingente de migrantes nordestinos, falantes de Português, estabeleceu residência na Amazônia em virtude do Ciclo da Borracha (1840 – 1912), alterando para sempre o quadro lingüístico da região. Assim, a hegemonia do Português na Amazônia não foi conquistada pela suposta beleza da língua de Camões<sup>20</sup>, o que aconteceu, na realidade, foi o extermínio dos falantes da Língua Geral Brasileira e também daqueles que ainda mantinham suas línguas originais.

Apesar do declínio expressivo do número de falantes, a língua geral, sob o nome de Nheengatú, sobrevive no alto rio Negro e em 22 de novembro de 2002, foi declarada língua co-oficial em São Gabriel da Cachoeira. Há também falantes na terra indígena Andirá-Marau, em que

---

<sup>20</sup> Bessa Freire (2004: 31) vê essa postura em Serafim da Silva Neto (1917 – 1960), Barbosa Lima Sobrinho (1897 – 2000), Sílvio Elia (1913 – 1998) e Antônio Houaiss (1915 – 1999).

vivem os Sateré-Mawé, e no alto Solimões. O Nheengatú não se constitui uma língua homogênea, pelo contrário, cada uma dessas regiões tem sua própria variedade dialetal, cujo mapeamento ainda espera por ser feito (cf. Taylor 1985, Moore 1993, Borges 1994).

É preciso atentar para o fato de que Martius estabeleceu contato com a Língua Geral Brasílica durante sua expedição à colônia do Grão-Pará em 1819. Portanto, muitas das idéias defendidas pelo naturalista são baseadas no seu estágio às vésperas da Independência, quando essa língua, apesar de ter sido proibida por Pombal, continuava sendo majoritariamente falada pelos trabalhadores com os quais Martius manteve contato.

Nos GLB, dois documentos tratam da Língua Geral Brasílica: o *Dicionário da Língua Geral Brasílica: português e alemão* do século XVIII e o *Glossário do Dialeto Vulgar do Pará ou da língua geral brasílica* (GDVP) do século XIX. No GDVP, Martius estabelece a sinonímia Língua Geral Brasílica e dialeto vulgar do Pará, mas este último termo limita-se ao título da lista de palavra recolhida por Spix e Martius em 1819.

## 1.2 *O Tupi Austral*

Segundo Rodrigues (1996), o Tupi Austral é a língua geral que se formou dos casamentos entre homens portugueses e mulheres indígenas nos arredores do núcleo populacional de São Vicente, fundado em 1532 por Martim Afonso de Souza. No século XVI, essa população falava o Tupiniquim (ou Tupi), língua que Anchieta teria descrito entre 1550 e 1565, entretanto, os manuscritos do jesuíta se perderam.

No século XVII, os casamentos entre mulheres tupis e homens portugueses teriam originado uma população mameluca, que continuava a usar a língua de seus antepassados indígenas. Nessa famosa interpretação de Sérgio Buarque de Holanda (1971), os bandeirantes que devastaram os sertões escravizando indígenas, seriam eles mesmos descendentes de índios e falantes de uma língua da família Tupi-Guarani — o Tupi Austral. Mesmo no século XIX, Martius reconheceu nos paulistas traços fisionômicos que ele atribuiu à origem indígena:

Que os primitivos habitantes se cruzaram frequentemente com os índios da vizinhança, ninguém duvida, e, pela cor da cutis e formato do rosto, o povo daqui [de São Paulo] faz lembrar, mais do que

em outras cidades do Brasil, por exemplo Baía e Maranhão, êsse cruzamento. (Spix & Martius 1938[1823], v. I, 206).

A partir de 1611, as bandeiras paulistas iniciaram uma série de ataques intermitentes às missões jesuíticas espanholas, onde havia índios guaranis. Em 1632, Guairá, localizada no que hoje consideramos o oeste do estado brasileiro do Paraná, foi devastada por Raposo Tavares (1598 – ca. 1651). Martius acreditava que o contato estabelecido durante esse período de guerras teve como consequência a mistura de elementos lingüísticos do Espanhol e do Guarani no Tupi Austral.

O Tupi Austral teria se expandido juntamente com as bandeiras de modo que, na opinião de Martius, seria falado “por povos ordinarios nas provincias do sul do Brasil, nomeadamente em São Paulo, Cuiabá e Rio Grande do Sul” (Martius 1969[1863]: 99, trad. Beatriz Christino). Graças a essa expansão, o naturalista acreditava que o Tupi Austral apresentava maior influência do Português:

Sie weichen von der durch die Jesuiten literarisch festgestellten Lingua geral brazilica vielfach ab. Viele Worte beukunden durch Verkürzung, Zusammenziehung und andere Verstümmelungen, dass sie dem Munde des gemeinen Volkes entnommen sind. In manchen ist der Einfluss der portugiesischen Sprache nicht zu verkennen; wie denn überhaupt der Dialekt, welchem sie angehören, nicht sowohl von Tupi-Indianern im Zustande der Freiheit, sondern von solchen gesprochen wurde, und hie und da noch gesprochen wird, welche unter portugiesischen Einwanderern leben.

Elas [as palavras do Tupi Austral] se diferenciam recorrentemente da Língua Geral Brasílica literariamente apresentada pelos Jesuítas. Muitas palavras documentam por meio de abreviação, contração e outras supressões, que elas são retiradas da boca do povo ordinário. Em algumas é indiscutível a influência da língua portuguesa, como, afinal, sobretudo o dialeto, a qual elas pertencem, não era falado apenas por Índios Tupi em estado de liberdade, mas também era falado, pelos que vivem sob o domínio dos imigrantes portugueses. (Martius 1969[1863]: 99, trad. Beatriz Christino).

## 2. As Idéias de Martius sobre os tupis

As oposições lingüísticas e geográficas entre Língua Geral Brasílica, Tupi Austral e os ‘dialetos do Tupi’ parecem ser neutralizadas pelo *designatum* ‘Tupi’, que corresponde ora ao nome de um povo heróico, cuja história se pretendia recuperar; ora à língua falada por esse povo, que em decorrência das migrações teria se fragmentado nos vários dialetos encontrados quando os portugueses chegaram ao Brasil.

Entre os chamados dialetos do Tupi, Martius colocou línguas que hoje são consideradas da família Tupi-Guarani (Apiacás, Cayowás, Tupi Austral e Língua Geral Brasileira), mas também línguas que hoje são classificadas em outros grupos: Mundurucu da família Munduruku, tronco Tupi; Mura da família Mura; Bororo do Macro Jê, família Bororo, e Omaguá (Cocama), classificada como Tupi desde o século XVIII, quando o jesuíta espanhol Lorenzo Hervás (1735-1809) estabeleceu uma classificação lingüística a partir de dados dos jesuítas expulsos das colônias, até recentemente, quando Cabral (1995) observou que as semelhanças entre o Cocama e o Tupinambá podiam resultar de contato lingüístico anterior à colonização portuguesa. O quadro abaixo compara a classificação de Martius com a de Rodrigues (1984):

**Quadro V: ‘Dialectos do Tupi’ de Martius, comparada à classificação de Rodrigues (1984)**

Língua considerada Tupi para Martius (1863)	Classificação Atual (Rodrigues 1984)
Dialectus Vulgaris (Pará)	Tronco Tupi, família Tupi-Guarani
Apiacás	Tronco Tupi, família Tupi-Guarani
Cayowás	Tronco Tupi, família Tupi-Guarani
Bororôs	Tronco Macro-jê, Família Bororo
Omáguas, Campévas	sem classificação (Cabral 1995)
Araquajú, Uara-guaçú	
Mundrucûs	Tronco Tupi, família Munduruku
Muras	família Mura
Língua Geral Brasileira	Tronco Tupi, família Tupi-Guarani
Tupi austral	Tronco Tupi, família Tupi-Guarani

## 2.1 As origens dos tupis

O naturalista germânico acreditava que em um passado muito distante os indígenas do Brasil constituíam uma civilização próspera. Entretanto, uma catástrofe, provavelmente com causas naturais, teria provocado um grande choque nessa população, de modo que eles teriam entrado em decadência e estariam caminhando para a extinção antes mesmo da chegada dos colonizadores europeus.

Investigações mais aprofundadas porém provarão ao homem desprevidido que aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrário o triste e penível quadro, que nos oferece o actual Indígena Brasileiro, não é senão o *residuum de uma muito antiga, posto que perdida historia*. (Martius 1844: 385, ênfase no original)

Tendo em vista que na América portuguesa não se encontrou monumentos arquitetônicos ou outros vestígios de civilização que pudessem corroborar essa hipótese, Martius elegeu como

“documento mais geral e mais significativo” as línguas indígenas, em especial o Tupi. Para o naturalista, o fato de esse idioma ser compreendido em uma grande extensão territorial indicaria que todas as tribos que a falavam, pertenceriam a “um unico e grande Povo, que sem duvida possuiu a sua historia propria, e que de um estado florescente de civilização, decahiu para o actual estado de degradação e dissolução”.

Resgatar esse passado florescente de civilização tornou-se uma questão prioritária para os estudiosos reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois isso comprovaria a vocação do país para o progresso. Em outras palavras, era preciso argumentar que os índios tupis eram tão heróicos quanto os cavaleiros medievais, porque dessa forma se garantiria a posição do Brasil entre os grandes impérios.

No relato de viagem, *Reise in Brasilien* (1823 – 1831), Martius defendeu a hipótese de que a língua Tupi fosse um dialeto do Guarani, por conseguinte, seu território original seria o sul da América Latina, na região atual do Paraguai:

os tupinaês conquistaram, em guerras, as regiões da Baía, habitadas por outros tapuias (os guinimurás), até que, com o tempo, foram a seu turno expulsos por uma tribo aparentada dos tupinambás; não resta, pois, dúvida de que o berço dos tupis não é o extenso trecho ao longo do litoral, habitado aqui e ali por outras hordas, mas deve ser procurado alhures. **A língua guarani, que em muitos sentidos se mostra ser a pura raiz de todos os dialetos, indica-nos, por isso a pátria de origem dos tupis, no Paraguai,** o território entre esse rio e o Paraná. (Martius 1938[1831]: 202, ênfase acrescentada).

Anos mais tarde, Martius deslocou a origem dos tupis para oeste, junto aos incas na Cordilheira dos Andes: “*Die West-Tupis sind jedenfalls mit den Inca-Reich in Berührung gewesen*” [Os Tupis ocidentais estavam sem dúvida em contato com o reino Inca] (Martius 1867, vol. 1: 456, trad. Beatriz Christino). O estabelecimento de uma relação entre tupis e incas pode ser interpretado como uma tentativa do naturalista de assegurar um passado heróico aos índios do Brasil, uma vez que a primeira fase do Romantismo havia transformado os tupis em ícones da monarquia de D. Pedro II — o que podia ser reconhecido pelos artefatos indígenas mostrados nas Exposições Universais e na própria indumentária do monarca (Schwarcz 1999). Em carta para o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinto, membro do IHGB, Martius caracterizou os tupis como um povo guerreiro, cujo heroísmo permitiu que travassem guerras contra os incas:

Tenho argumentos, que os Tupis tinham contacto com os Indios, que a monarchia de Mancocapac havia unido n'um império. Creio, que estes Tupis se devem considerar como uma confederação grande formada contra e em luta com aquelle império, e que a sua emigração do versante leste da grande cordilheira dos Andes foi effeito das derrotas, qu'elles padeceram. Os Chiriguaios, que no kechua quer dizer rebeldes frios, são Tupis. Elles ficaram até hoje na vizinhança do antigo império inca (chamei-os: Tupis occidentaes). (Martius 1895[1861]: 64)

Embora tenham sido derrotados, os tupis, caracterizados como valentes 'rebeldes frios', foram apresentados como adversários de um grande império. O significado proposto por Martius para o termo 'chiriguaios' (ou chiriguanos) parece ser uma distorção de sua etimologia em Quéchuá, que seria mais propriamente 'esterco frio' (cf. <http://www.oni.escuelas.edu.ar/olimpi98/Chiwolla/actuales/guoc.htm>). Esta etimologia, no entanto, pode ter sido evitada pelo naturalista, porque, além de não possuir o caráter heróico do conceito privilegiado 'rebeldes', reveste-se de um valor disfórico, pejorativo.

É preciso notar ainda que Martius tinha uma grande admiração pelos incas, o que pode ser notado pela aura de superioridade com que apresenta a personagem Tsomei, índio descendente dos incas, em *Roman aus Brasilien*:

Sou o filho do Inca. Repudiado, perseguido, vivo sozinho com os meus filhos nesta montanha, onde o espanhol sanguinolento não me procura e onde o português usurário não me vai encontrar. Tudo, à exceção da parte herdada, que uso em cima do corpo, vossa raça pérfida me roubou! (Martius 1992[1831]: 142)

Expulsos da Cordilheira dos Andes pelos incas, os tupis teriam se espalhado por todo o território que séculos mais tarde seria conhecido como Brasil: "os Tupis derramaram-se sobre a mór parte do territorio, provavelmente da região entre o Uruguay e o Paraguay, chegando até o littoral da Bahia, Pernambuco e ás mattas do Amazonas." (Martius 1904[1838]: 541-542). A grande jornada dos tupis teria continuado, "marchando sempre á beira do Atlântico", até chegarem ao Amazonas, onde teriam encontrado os consangüíneos Omágua, que Martius sugere terem chegado à região por outro caminho.

A determinação da origem dos tupis no sul da América Latina era bastante recorrente nos textos dos séculos XVIII e XIX (cf. Altman 2004b). Essa hipótese, porém, é muito diferente da defendida pela Lingüística atual, segundo a qual "a aréa geral de dispersão dos povos Macro-Tupi, que teria ocorrido entre 3 e 5 mil anos atrás, situa-se provavelmente entre o Madeira e o Xingu, ao que tudo indica mais próximo das áreas de cabeceira do que das várzeas dos grandes



rios” (Urban 1998: 92). Rodrigues (2000) localiza o centro de dispersão da família Tupi-Guarani na área delimitada a oeste pelo alto rio Madeira e seu formador Guaporé e a leste pelo alto Aripuanã.

## 2.2 *As funções sociais da Língua Geral Brasileira*

Garantido um caráter mítico para o povo tupi, Martius pôde investir em sua campanha de difusão de sua descendente privilegiada, a Língua Geral Brasileira. Apesar dos esforços da Coroa para substituí-la pela portuguesa, quando Martius visitou a Amazônia em 1819, grande parte da população indígena ainda a falava ou mantinha línguas originais. Essa situação levou o naturalista a fazer observações sobre a importância da Língua Geral Brasileira para o desenvolvimento econômico do Brasil e a comparar seus falantes aos índios monolíngües em línguas vernáculas.

Em sua perspectiva, a função primordial da Língua Geral Brasileira era controlar as mutações das línguas indígenas, ou seja, minimizar a heterogeneidade lingüística, o que implicaria, segundo o raciocínio de Martius, a levar os indígenas a reconhecerem o valor do trabalho e do Cristianismo, ou seja, a se submeterem aos colonos e a cultuarem o Deus dos europeus, em detrimento de suas próprias crenças e costumes. Martius argumentava que a presença de ‘índios do Mato’ — concebidos como índios que se mantinham monolíngües em suas línguas vernáculas — tumultuava o trabalho, pois eles não se submetiam facilmente às suas ordens:

poucos dias bastavam para inspirar a esta gente, que **fallava uma sô língua, certa organização de officios**; reinava a ordem o socego e até a alegria nesta grande familia viajante — Mas, se por acaso nesta confraternidade entravam alguns **Índios do mato**, logo se escurecia o elemento límpido da nossa sociedade. Estes, que **não entendiam a língua dos outros, obedecendo de mâ vontade** aos signaes por mim feitos, lentos, inertes ou preguiçosos seguiam como arrastados... (Martius 1969[1863]: X)

Para o naturalista, a Língua Geral Brasileira era uma ‘filha artificial’ do Tupi, que, ao ser reduzida a um conjunto de regras gramaticais pelos missionários, teria estabilizado um pouco sua natureza instável, ou seja, afeita à mudança. Também teria contribuído para a fixação da língua o estabelecimento de um código de escrita:

E esta mudança teria tido dimensões ainda mais pronunciadas se não se lhe tivesse posto um termo pelas diligências de Jos. de Anchieta, Manoel da Vega e outros Jesuitas, que estabeleceram a língua dos Tupi por escripto, e que fixando as regras grammaticaes, augmentado e modificando-a puzeram os fundamentos daquela “Lingua geral ou franca”, que por mais de um seculo servia como vehiculo mais poderoso da civilização dos Indios, não só no Brazil, mas tambem em alguns dos territorios adjacentes. (Martius 1969[1863]: XIII)

Segundo Martius, os missionários teriam encontrado dificuldade em expressar conceitos abstratos, principalmente aqueles necessários à celebração de uma missa, uma vez que faltariam às línguas indígenas “muitas palavras para traduzir abstracções secundarias” (Martius 1904[1838]: 544). Em outras palavras, as línguas indígenas não possuíam, como era de se esperar, um vocabulário que pudesse contemplar conceitos alheios à sua cosmovisão.

Para solucionar esse problema, os missionários teriam ampliado o vocabulário da Língua Geral Brasileira com palavras portuguesas ou com criações a partir das palavras já existentes na língua indígena. Os empréstimos do Português foram identificados como (port.) por Martius na edição do material anônimo do século XVIII:

martéra (port.) – *martello*, Hammer. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 62)  
píta (port.) – *fita*, das Band (DLGB<sub>XVIII</sub>: 82)

Os demais mecanismos reconhecidos por Martius como formas de ‘enriquecimento’ vocabular, foram identificados apenas pelo símbolo (†):

çokendáb-ybý óca pepé † – *murar*, mauern (am Haus). (DLGB<sub>XVIII</sub>: 47)  
póro imboeçára † – *doutrinador*, der Lehrer, Beichtvater. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 83)

O aperfeiçoamento trazido pela introdução dessas novas expressões não teria ocorrido de forma abrupta ou traumática, mas, pelo contrário, de forma natural, uma vez que “pelo mesmo motivo, que instiga [o índio] de mudar com grande facilidade o material de expressões acostumadas e de variar o seu idioma, elle aceita de boa vontade o alheio, adaptando-o ao cabedal, que já possui” (Martius 1863: XV). Ademais, Martius admirava os missionários, pois esses teriam tido um entendimento ‘correto’ da cultura indígena que possibilitou sua suposta contribuição para o vocabulário da língua:

Dabei hatte der Orden nicht blos die Indianer vom Stamme der Tupi im Auge; er beabsichtigte vielmehr, eine gemeinsame Sprache für alle Indianer zu schaffen, eine Unternehmung, wobei ihm sowohl **die Weichheit und Bildarkeit der Tupi** als auch die Verwandtschaft im innern Organismus aller süd-amerikanischen Sprachen zu Statten kamen. Bei genaueren Eindringen in das Wesen dieser künstlichen Spracherweiterung muss man die richtige Einsicht in das Wesen des indianischen Geites

und seiner Sprache und das **Geschick in der Handhabung ärmlicher Mittel zur Bereicherung des sachlichen und abstracten Wortvorrathes bewundern.**

[Com isso, a Ordem considerava para a catequização não só os indígenas da tribo Tupi, mas também teve a intenção de formar uma língua geral, um projeto no qual lhe ajudou tanto **a suavidade e a volubilidade do Tupi**, como o parentesco no organismo interno de todas as línguas americanas. Se a gente for mais a fundo, na ampliação da linguagem artificial, deve-se admirar o entendimento correto da essência do espírito indígena e de sua língua e **a habilidade para o enriquecimento do vocabulário descritivo e abstrato com meios pobres**] (Martius 1969[1863]: 25, tradução de Iris Bachmann, ênfases acrescentadas).

Não se deve concluir desta afirmação que o naturalista tivesse uma visão inocente sobre os jesuítas, pelo contrário, no romance *Roman aus Brasilien*, eles foram retratados de forma pouco sacerdotal: homens ambiciosos e de caráter duvidoso. Nos GLB, Martius afirmou que a manutenção da Língua Geral Brasílica entre os indígenas era uma forma dos missionários deterem o conhecimento sobre a língua, de modo que o poder secular dependesse da Igreja para utilizar os índios como mão-de-obra:

Es geschah diess handschriftlich, nicht durch den Druck, nach dem Prinzip des Ordens, den Verkehr der Laien mit den Indianern nicht zu erleichtern und der weltlichen Macht nur die nöthigste Einsicht in di Verwaltung des Ordens zu gestatten, eine Massregel, die dur di Blüthe der abgelegensten Missionen gerechtfertigt erscheint.

Isso se fez em manuscritos e não foram impressos, segundo **o princípio das Ordens, de não facilitar a interação das pessoas leigas com os indígenas** e de só permitir ao poder secular uma informação mínima da administração das Ordens; uma regra que parece justificada considerando o florescimento das missões da periferia (Martius 1969[1863]: 26, trad. Iris Bachmann, ênfase acrescentada)

Mesmo desconfiando das intenções dos jesuítas, Martius criticou a decisão de Pombal, porque o esforço missionário garantia, pelo menos, a diminuição da diversidade lingüística, uma vez que as aldeias de descimentos serviam para transformarem índios ‘bravos’ — ou seja, aqueles monolíngües nas mais diversas línguas indígenas faladas na Amazônia — em falantes de Língua Geral Brasílica, que podiam ser usados como mão-de-obra barata pelos colonos (Bessa Freire 2004).

### 2.3 A Formação da *Rothwälsch*

Segundo Martius, o contato entre línguas faladas por povos que julgava provenientes de uma cultura inferior resultaria em um linguajar desprovido de ‘fundamento gramatical’ chamado de *Rothwälsch* nos textos em Alemão e de ‘geringonza corrompida’ nas versões em Português. Esses linguajares eram caracterizados pela mistura de “elementos muito diversos e sem regra

alguma” e pela ‘volubilidade’, ou seja, por uma tendência exacerbada à mudança, que acabaria por levá-los à extinção.

Die Urberwohner Brasiliens hatten keine Sprache mehr sondern nur Rothwälsch. (não tem lingua; fallão sô em geringonza). (Martius 1867: 331, em Português no original).

À comunidade formada pela reunião de povos em contato, cuja língua de comunicação interétnica seria a *Rothwälsch*, Martius chamou de ‘*colluvies gentium*’<sup>21</sup>. A expressão foi associada a características opostas à civilização: crueldade, belicosidade, ausência dos sacramentos religiosos e das leis seculares.

ist es wahrscheinlich, dass unter Bororós überhaupt feindliche Indianer, ohne bestimmte Stammesbezeichnung, ja vielleicht mitunter wohl auch eine **Colluvies gentium** begriffen werde, die ohne scharf ausgeprägte und festgehaltene Nationalität in Sprache, Sitten und körperlicher Erscheinung, bis auf kleine Banden ohne festen Wohnort zertheilt, plündernd und mordend umherschweifen. In Mato Grosso und Goyaz mögen allerdings solchen räberischen Gemeinschaften Individuen vom Tupistamme zu Grunde liegen. Indem sich aber denselben andere Indianer angeschlossen, haben sie **ihre Sprache gleichsam zu einem Diebs-Idiome umgeändert**.

[É possível que em Borôro se compreendam geralmente índios inimigos, sem determinação certa de nome, e até talvez, um “**colluvies gentium**” que, sem nacionalidade característica e conservada, em língua, costumes e aparência física, dividida em pequenos bandos e sem morada fixa, vagou roubando e matando. Tais hordas salteadoras talvez tenham tido por fundadores indivíduos de origem Tupí. Mas, tendo-se aliado com eles, outros índios, **transformaram a sua língua em uma gíria de ladrões.**] (Martius 1867: 209, tradução em Steinen 1940: 571, ênfases acrescentadas)

A formação de *colluvies gentium* seria uma das conseqüências das migrações dos Tupis, desde os Andes, onde haviam estabelecido contato com os Incas, até a costa do Atlântico. Durante essa travessia, teriam encontrado “tribus mais fracas ou de cultura inferior” — Goitacazes, Botocudos, entre outros — a quem teriam se unido. No período colonial, esse tipo de agrupamento teria abarcado também as classes menos favorecidas da população, passando a contar com “Mulatos, Cabras, Negros e Brancos” (Martius 1863: XI), igualmente falantes de *Rothwälsch*.

Algumas línguas consideradas como dialetos do Tupi, como o Mura e o Bororo, que não foram modificadas pelos missionários, foram consideradas como *Rothwälsch*. De forma mais

---

<sup>21</sup> O termo *colluvio* designa uma mistura de coisas grosseira, imundas. Segundo Saraiva (2000), em Titus Livius, encontra-se a expressão *colluvio gentium* como mistura, confusão de família.

espantosa, também o Tupi Austral, a língua geral que teria sido falada no sul do país pelas comunidades ligadas ao movimento bandeirante foi considerada como *Rothwälsch*:

Gemäss dieser Quelle trägt auch dieser südliche Dialekt mehr den Charakter eines Rothwälsch, in ähnlicher Weise wie jene Sprachweisen gebildet, welche sich die bunt durch einander gemischten Indianerhaufen von anderen Nationalitäten aneignen.

[Segundo aquela fonte [Figueira] traz aquele dialeto sulista mais o caráter de uma *Rothwälsch*, de uma maneira semelhante àquela variedade culta, que se apropria da colorida confusão dos montes de índios misturados de outras nacionalidades.] (Martius 1969[1863]: 100, trad. Beatriz Christino)

Os conceitos de ‘*colluvies gentium*’ e de ‘*Rothwälsch*’ foram duramente criticados pelos etnógrafos alemães que sucederam Martius na investigação dos indígenas brasileiros. Paul Ehrenreich (1855 – 1914), empenhado em desterrar da Etnografia sul-americana as ‘idéas antigas’, relegou as noções de *colluvies gentium* e da anarquia lingüística correspondente ao domínio do improvável, afastando-se explicitamente do pensamento de Martius:

Para Martius tem ainda valor o conceito de uma *colluvies gentium*, isto é, bandos agregados de Índios de tribus diferentes e linguas diversas, usando entre si uma especie de gíria. Formações destas em parte alguma se têm apurado com segurança, e caso tenham ocorrido, devem ter sido phenomenos inteiramente ephemerous, provocados pela influencia de aventureiros brancos. (Ehrenreich 1907: 285, ênfase acrescentada).

Observando que Martius exaltava a pretensa contribuição dos missionários para a língua geral e, ao mesmo tempo, condenava a linguagem resultante de agrupamentos interétnicos, constata-se que sua visão do contato lingüístico assumia uma feição bipartida. Por um lado, o convívio entre missionários e indígenas proporcionaria o melhoramento da língua indígena e, por conseguinte, a penetração dos valores ditos de ‘civilização’, principalmente, o trabalho e o Cristianismo. Por outro, o mesmo Tupi, que ele considera ter surgido entre os Incas, quando falado por indígenas e por tipos humanos marginalizados pela sociedade brasileira — a que Martius chamou de ‘*colluvies gentium*’ — foi considerado como *Rothwälsch* (cf. Christino & Cruz 2004).

## CAPÍTULO IV

### COMO REPRESENTAR OS SONS DAS LÍNGUAS GERAIS?

Este capítulo procura interpretar a forma como foram representados os sons nas três obras lexicográficas compiladas pelo GLB que registram línguas gerais faladas no Brasil. São elas: *Diccionario da Lingua Geral Brasílica: portuguez e alemão* (DLGB<sub>XVIII</sub>), que registra a Língua Geral Brasílica do século XVIII; *Diccionario de Verbos: portuguez tupi-austral e alemão* (DV<sub>XVIII</sub>) sobre o Tupi Austral do século XVIII e um Glossário do Dialeto Vulgar do Pará (GDVP<sub>XIX</sub>), cujas palavras foram coletadas por Spix e Martius durante a expedição à colônia de Maranhão e Grão-Pará em 1819.

#### 1. A Reconstrução Fonológica proposta por Monserrat (2003)

A Língua Geral Brasílica e o Tupi Austral são línguas da família Tupi-Guarani do subgrupo III (Rodrigues 1984). Não tenho conhecimento de nenhuma análise sobre o Tupi Austral do século XVIII, muito provavelmente, em virtude da escassez de dados sobre essa língua, haja vista que o DV<sub>XVIII</sub> é a principal fonte para o seu estudo (Rodrigues 1996).

A documentação sobre Língua Geral Brasílica é muito mais rica, o que possibilitou o estabelecimento, ainda que provisório do sistema fonológico da língua em suas diversas fases: Rodrigues (1958) propôs uma análise fonêmica do Tupinambá; Monserrat (2003) reconstruiu a Língua Geral Brasílica do século XVIII. Sobre o Nheengatú, há análises propostas por Taylor (1985), Grenard & Ferreira (1989), Borges (1991) e Moore (1993).

A partir da análise de obras dos jesuítas, Rodrigues (1958) propôs um quadro para o sistema fonológico do Tupinambá, em que reconhece seis vogais orais, seis vogais nasais, três oclusivas /p, t, k/, três nasais /m, n, ŋ /, que possuíam alofones prenasalizados [<sup>m</sup>b, <sup>n</sup>d, <sup>ŋ</sup>g], dois fonemas fricativos /β, s/, uma vibrante /r/ e duas semi-vogais, /w, y/<sup>22</sup>:

---

<sup>22</sup> Rodrigues (1958) organizou a apresentação dos fonemas por ponto de articulação e não por modo, como se faz neste trabalho.

**Sistema Fonológico do Tupinambá do século XVI  
(Rodrigues 1958: 121-125)**

Consoantes	Vogais Orais	Vogais Nasais
p t k	i ĩ u	ĩ ã ũ
m n ŋ	e o	ẽ õ
β s	a	ã
r		
w y		

Montserrat (2003), com base em manuscritos sobre Língua Geral Brasileira falada no século XVIII (Anônimo 1740, Anônimo 1795[1751], Anônimo 1750, Ferreira França 1859, Ayrosa 1950), percebe que já no século XVIII o sistema fonológico do Tupinambá havia se modificado. Para a autora, o fonema /s/ do Tupinambá teria se dividido em dois, /s/ e /ʃ/, e o fonema glotal /ʔ/ teria desaparecido, uma vez que não encontrou registro gráfico indicando sua presença. É preciso notar, entretanto, que o som glotal [ʔ] não foi considerado um fonema por Rodrigues (1958), pois não tinha valor distintivo — como também não tem em Nheengatú (Borges 1991). Abaixo, reproduzimos o sistema fonológico proposto por Montserrat (2003):

**Sistema Fonológico da Língua Geral Brasileira do século XVIII  
(Montserrat 2003: 188)**

Consoantes	Vogais Orais	Vogais Nasais
p t k	i ĩ u	ĩ ã
m n ŋ	e o	ẽ õ
s ʃ	a	ã
r		
w y		

Sobre a configuração da sílaba em Língua Geral Brasileira (XVIII e XIX), Martius afirmou que essa língua aceitava ditongos, hiatos, mas impedia a realização de “consoantes duplas” (*onset ramificado*). Assim, se percebe nessa língua as sílabas CV, V, CVV, CVC:

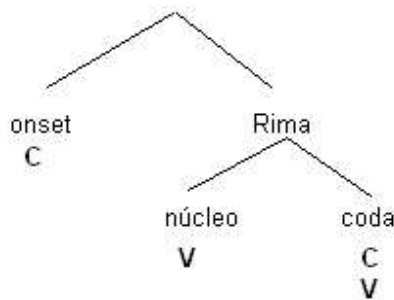


Figura III: Representação da Sílaba

Aparentemente, no Tupi Austral (XVIII) funcionava o mesmo sistema, como se pode perceber pela análise do vocábulo “amar”, *açaucub* [a.sau.sub], em que encontramos as sílabas V, CVV, CVC. Outros dados da língua permitem identificar também a sílaba CV, como o vocábulo, *cô*, traduzido no DV<sub>XVIII</sub> por “ir”.

Neste capítulo, parte-se da proposta de Monserrat (2003) para entender como os fonemas da Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX) e do Tupi Austral (séc. XVIII) foram representados em cada um dos vocabulários compilados por Martius. A análise procurou levantar:

- o valor dos grafemas e diacríticos utilizados nas notações, avaliando sua consistência;
- a representação de segmentos complexos.

## 2. Modo de representação dos sons consonantais

### 2.1 A questão dos segmentos em contorno

Entre as línguas da América do Sul é comum encontrarmos línguas em que não há uma oposição em três termos — consoantes surdas, sonoras e nasais. Esse tipo de configuração fonológica correlaciona-se com a realização de segmentos complexos, como [ᵐb], o que dificulta a decisão do lingüista sobre qual a oposição subjacente (surdas e sonoras) ou (oclusivas e nasais) (Wetzels 1995).

Monserrat (2003) identificou para a Língua Geral Brasileira (séc. XVIII) uma série de oclusivas surdas /p, t, k/ que se opõe a uma série de nasais /m, n, ŋ/ — sistema compatível ao reconstruído para o Proto-Tupi-Guarani e para o Tupinambá (Rodrigues 1958). Isso significa que os traços relativos aos articuladores ativos [labial], [coronal], [dorsal] e à abertura da cavidade



nasal [nasal] bastavam para distinguir esses fonemas, não sendo necessário recorrer à distinção de [± voz], como fazem as línguas em que [b, d, g] funcionam como fonemas. Embora não privilegiado pela fonologia da Língua Geral Brasílica, o traço [+ voz] ocorria em alofones, tanto é que os descritores dos séculos XVIII e XIX registraram oclusivas sonoras pelos grafemas <b>, <d>, <g><sup>23</sup>:

(1)	
<b>	gigno, ere – membyrar (GDVP <sub>XIX</sub> : 8)
<d>	audire – cendû (GDVP <sub>XIX</sub> : 7)
<g>	cantare – nheengár (GDVP <sub>XIX</sub> : 7)

<p>, <b>

Na introdução do DLGB<sub>XVIII</sub>, Martius, com base nos conhecimentos de Língua Geral Brasílica adquiridos na expedição pelo Brasil, comentou a notação efetuada no dicionário anônimo do século XVIII. Para o naturalista, o som [b], grafado como <b>, representava possíveis variações dos fonemas /p/ e /w/. Claro que ele não se expressou nesses termos, essa é apenas uma interpretação para o lingüista de hoje:

P wird vom Tupi-Indianer um so schärfer ausgesprochen, je mehr er in Emphase spricht; bei langsamer, leidenschaftsloser Rede wird es weicher, dem b annähernd. — U, der einfache Vocal, geht bisweilen in b über.

P se pronuncia por parte dos índios tupi tanto mais agudo quanto mais estão agitados; quando devagar, ou sem emoção o som se torna mais aspiração, quase como um b. — U, a vogal simples, torna-se b. (Martius 1969[1863]: 30)

Essa descrição sobre a realização do fonema /w/ como um fone que se aproximava do valor dado ao grafema <b> foi confirmada por Rodrigues (1996) que, ao comparar o Tupinambá (séc. XVI) à Língua Geral Brasílica<sup>24</sup>, percebe o desaparecimento da fricativa labial /β/, cujos alofones teriam sido incorporados ao fonema /w/. Nos três documentos, a representação <b> ocorre em posição final, ambiente favorável para a realização da semi-vogal /w/:

<sup>23</sup> Como Martius afirmou que a grafia segue os princípios da grafia do Português, é razoável admitir que os grafemas <b>, <d>, <g> representassem o som [b], [d], [g], salvo quando o autor indicava uma pronúncia especial. O mesmo raciocínio foi utilizado nesta dissertação para os demais grafemas dos materiais em análise. Claro que essa inferência é passível de contestação, mas o trabalho se tornaria impossível se não pudermos conviver com esse grau de incerteza.

<sup>24</sup> Rodrigues (1996) não especifica o século em que essa mudança teria ocorrido.

(2) Representação <b> em posição final:

amare – çauç**ub** (GDVP<sub>XIX</sub>: 7)  
çauçú**b** – *amar, estimar, lieben, schätzen* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 46)  
amar – *acauç**ub***, *lieben* (DV<sub>XVIII</sub>: 102)

Sobre a citação, é preciso observar ainda que, para Martius, a oclusiva surda /p/ tornava-se um “quase um b” (ou seja, [β]) em alguns contextos e não o contrário, o que permite nossa aproximação para o conceito de fonema, com duas variantes. É preciso, entretanto assinalar uma diferença fundamental entre a explicação do lingüista atual e a de Martius. Este entendia a variação [p] ~ [β] como uma variação pragmática, que poderia expressar o humor do falante — [p] quando em estado agitado; [β] quando falavam devagar, sem emoção. O lingüista atual, por sua vez, observa os ambientes lingüísticos que propiciam a realização de [β] ou de [p].

Sobre o uso do grafema <p> pode-se supor que ele representava sempre a oclusiva labial /p/ que ocorria como [p] em posição inicial ou intervocálica, tanto na Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX) quanto no Tupi Austral (séc. XVIII):

(3a) <p> em posição inicial e intervocálica

pópor – *saltar, springen* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 83)<sup>25</sup>  
salio, ire – **popór** (GDVP<sub>XIX</sub>: 10)  
saltar – *opô, tanzen* (DV<sub>XVIII</sub>: 120)

(3b)

jeupir – *subir, trepar, aufsteigen, klettern* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 58)  
ascendo (-dere) – **jeupyr** (GDVP<sub>XIX</sub>: 7)  
subir – *yúpi, hinausgehen, sich erheben* (DV<sub>XVIII</sub>: 121.)

<m>, <mb>

Em todos os ambientes lingüísticos, /p/ contrastava com /m/, grafado preferencialmente como <m>:

(4) <m> em posição inicial e intervocálica

videre – **maém** (GDVP<sub>XIX</sub>: 11)  
**maém** – *attentar, olhar, ansehen, erwägen.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 61)  
olhar – *ômadé, sehen* (DV<sub>XVIII</sub>: 114)

---

<sup>25</sup> Os dados apresentados nos exemplos são os próprios verbetes dos materiais analisados.

Embora a representação de /m/ antes de vogal como <m> fosse comum nos três documentos, é possível que esse grafema omita a realização do segmento em contorno [ᵐb]. O DLGB<sub>XVIII</sub> registra a realização de segmento em contorno, grafado como <mb>, embora sejam raros os dados do *corpus* que atestem esse fenômeno:

- (5)  
<mb>        **mbaacy** – *adoecer, erkranken.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 62)  
<mb>        nitíio **mbaé** – *nada, não ha nada, nichts, es ist nichts.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 62)

Nos dados do *corpus* referentes ao GDVP<sub>XIX</sub>, recolhidos e registrados por Martius, não se encontra o segmento complexo [ᵐb, ᵐd, ᵐg] em início de palavra, pois o naturalista optou, explicitamente, por não representar esse tipo de segmento:

Mb, mit geschlossenem Munde, hört man oft, weil das Wort mbae, Sache, in vielen Zusammensetzungen erscheint. **Auch bei zahlreichen andern Worten bemerkt man einen ähnlichen Zusammenschluss der Lippen, ohne dass jedoch diesem Laute in der Schreibung Rechnung getragen würde.**

[Mb, com a boca fechada, se ouve muito, porque a palavra mbae, coisa, aparece em muitas composições. **Também em muitas outras palavras se percebe um fechamento dos lábios semelhante, sem que isso se reflita na escrita.**] (Martius 1969: 29, trad. Íris Bachmann, ênfase acrescentada).

Quem decidiu o grafema de representação foi o próprio naturalista, tanto no GDVP<sub>XIX</sub> que ele mesmo escreveu, quanto no DLGB<sub>XVIII</sub>, em que fez “correções”. O segmento [ᵐb] aparece grafado como <mb> apenas quando ele não reconheceu a fronteira de palavra. É o caso de ESURIO (1ª. pessoa singular, ter fome) registrado como *j[e]mbaacy*. Se Martius tivesse feito o recorte morfosintático entre o marcador de primeira pessoa e o vocábulo que estava sendo registrado como verbo, teria percebido *mbaacy* no início e, talvez, tivesse a transcrito na forma *\*maacy*, evitando a grafia do segmento complexo.

No meio de palavra, os segmentos complexos [ᵐb, ᵐd, ᵐg] ocorrem frequentemente nos três materiais, mas jamais se encontra consoante nasal seguida por oclusivas surdas (\*\*mp, \*\*nt, \*\*nk). Os três dicionários analisados apresentam esse padrão de forma categórica, como mostra o quadro VI:

**Quadro VI: Exemplos de realização de [+ vozeamento] diante de nasal**

	<b>p → b / N</b>	<b>t → d / N</b>	<b>k → g / N</b>
<b>GDVP (XIX)</b>	membyrar (gigno, ere)	cendû (audire)	nheengár (cantare)
	J[e]mbaaçy (esurio, ere)	caâ-mondô (venari)	porançaba acanga (capite dolore)
<b>DLGB (XVIII)</b>	membýrár (parir)	cendû (escutar)	nheengár (cantar)
	oicó tembém (carecer)	mendár (casar)	acanga aeí (doer a cabeça)
<b>DV (XVIII)</b>	amboypêca (alcançar)	acendúb (ouvir)	nheengá (cantar)
	ômombaêú (sustentar)	Mendâ (cazar)	nónhanguêrú (não respirar)

Houve apenas duas exceções no *corpus*, identificadas em (6):

- (6)  
 <nt> cheirar – *centun*, riechen. (DV<sub>XVIII</sub>: 104)  
 <nt> [nheéng] çantám – *fallar alto*, laut reden (DLGB<sub>XVIII</sub>: 73)

A regularidade desse processo nos três materiais permite supor que atuava nas línguas analisadas uma regra fonotática para impedir a realização de segmento nasal diante de oclusiva surda, restrição que ocorre em muitas línguas naturais (Clements 2001). É possível que esse tipo de restrição — conhecida como \*NT — atuasse na Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX) e no Tupi Austral (XVIII):

<p>REGRA *NT</p> <p>a. *NT: *[+ nasal] [– contínuo], [– voz]</p> <p>b. INSERT ([+ voz])</p> <p><b>Lê-se:</b> quando encontrar um segmento nasal seguido de consoante oclusiva surda, insira o traço de vozeamento.</p>
--

Na minha interpretação, para não realizar oclusiva surda diante de consoante nasal, as línguas gerais estariam inserindo um traço [+ voz] na consoante oclusiva. Esse processo fica claro quando ocorre com formas relacionadas:

(7) [k] → [ng]

kér – *dormir*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 60)

mongér – *adormecer a outrem* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 70)

Na formação de *mongér*, *kér* ao receber o morfema causativo ‘*mo-*’ acaba formando *\*\*monkér*, proibido pela restrição \*NT. Para corrigir esse problema, acredito que a Língua Geral Brasílica (séc. XVIII) teria aplicado a regra de vozeamento da oclusiva, originando *mongér*.

Em Cruz (2005), analisei os empréstimos oriundos do Português nos dados do DLGB<sub>XVIII</sub>, o que possibilitou verificar que a restrição \*NT também atuava no processo de nativização, como se pode ver em (8):

(8) [nt] → [nd]

jandára (port.) – *jantar*, zu Mittag essen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 54)

Claramente, os dados de *input*, ou seja, os dados de língua portuguesa foram alterados para impedir o segmento \*NT:

<i>input</i> fonológico	J a n t a r
nasal	+
contínuo	-

<i>output</i> fonológico	J a n d a r a
nasal	+
contínuo	-
vozeado	+

Essa regra tem a vantagem de descrever de forma simplificada e elegante a realização categórica de [+ voz], [b, d, g], após nasal.

Uma segunda hipótese é entender a forma subjacente de um vocábulo como *membýrár*, como *\*memýrar*. Nesse caso, a inserção da oclusiva sonora [b] seria uma estratégia da língua para tornar mais perceptivo que a vogal devia ser pronunciada como oral, tendo em vista que essas línguas distinguem vogais orais de vogais nasais. A comparação entre os vocábulos *aroviâ*, “aprovar”, e sua forma negativa *ndaroviar*, “abominar”, extraídos do DV<sub>XVIII</sub>, permitem perceber mais claramente esse fenômeno:

(9) n-... + aroviâ → **ndaroviar**

aprovar – *aroviâ*, billigen. (DV<sub>XVIII</sub>: 102)  
abominar – *ndaroviar* - *neg.*, verwünschen (DV<sub>XVIII</sub>: 101).

O morfema de negação *n*-... precisa se juntar a *aroviâ* sem que a nasalidade do morfema afete a natureza da vogal *a*-, por sinal também um morfema, como veremos no próximo capítulo. Para que se preserve a oralidade de *a*-, o componente fonético acrescenta um segmento oral que mantém a propriedade [coronal] e se realiza com o traço [+ voz]: [d]. Os dados de nativização também se adequam a essa hipótese:

(10) [n] → [nd]

mandú (port.) – *manoel*, Emanuel. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 61)

Para bem marcar a realização oral da vogal /o/ do nome próprio “Manoel”, que provavelmente era pronunciado pela forma breve “Manu”, ocorre a inserção de uma consoante oclusiva, mantendo o mesmo ponto de articulação da nasal.

Na minha interpretação, é possível que a regra \*NT e a de inserção de oclusiva sonora entre consoante nasal e vogal oral atuassem em conjunto ou, talvez, seja preciso postular uma regra mais poderosa que dê conta de todos os dados. Uma investigação desse fenômeno, entretanto, escaparia aos domínios desta dissertação.

Independente da hipótese adotada, fica a questão de por que a oclusiva entre nasal e vogal deve ser vozeada? A explicação depende do entendimento do processo articulatorio que permite a realização de oclusivas vozeadas.

Piñeiros (2005) explica que a vibração das pregas vocais, que resulta no vozeamento da consoante, depende da diferença de pressão entre a cavidade oral e a região laringal. Para entender esse fenômeno, é preciso lembrar das aulas de física do colégio: “Quanto menor um espaço, maior sua pressão interna”. Quando a pressão na cavidade oral é superior à da região laringal, as pregas vocais não vibram, de modo que se produzem os sons desvozeados, como são [p, t, k]. Ao contrário, quando a pressão na cavidade oral é inferior à da região laringal, ocorre vibração, permitindo a realização de [b, d, g].

Assim, na pronúncia das consoantes nasais, como as da série [m, n, ŋ], a cavidade oral fica com uma pressão muito baixa, devido à abertura da cavidade nasal. Essa baixa pressão da cavidade oral facilita a pronúncia das consoantes sonoras [b, d, g] e de segmentos em contorno como [ᵐb, ᵑd, ᵑg]. Nas línguas que distinguem oclusivas surdas /p, t, k/ de sonoras /b, d, g/, após uma nasal, é imprescindível que se feche a cavidade nasal para que o próximo fonema seja realizado. Como em Língua Geral Brasílica (séc. XVIII e XIX) e em Tupi Austral (séc. XVIII), não havia essa distinção, a cavidade nasal permanecia aberta, de modo que se realizava uma oclusiva sonora [b, d, g] — vozeamento da oclusiva surda subjacente ou inserção de elemento para delimitar a fronteira entre uma consoante nasal e uma vogal oral. Dessa forma, explicam-se os segmentos em contorno [ᵐb, ᵑd, ᵑg] tanto em início de vocábulo quanto em posição intervocálica.

Nos materiais sobre a Língua Geral Brasílica (DLGB<sub>XVIII</sub> e GDVP<sub>XIX</sub>), os segmentos em contorno só foram registrados, quando ocorriam em meio de vocábulo, raramente em início. Em meio de palavra, os segmentos complexos [ᵐb, ᵑd, ᵑg] puderam ser representados, porque não causavam estranhamento, uma vez que em línguas européias ocorre o encontro de nasal com oclusiva, embora jamais na mesma sílaba. Em Português, por exemplo, temos *câm.bio*, *cam.po*, mas a silabificação como *\*câ.mbio* ou *\*ca.mpo* é impossível. Na escrita, porém, a grafia de <mb> em meio de palavra não provoca nenhum estranhamento, ao contrário do que ocorre quando em início, como em *mbaê* e em outros vocábulos da Língua Geral Brasílica (séc. XVIII e XIX). Do meu ponto de vista, o registro dos segmentos complexos em início de palavra foi evitado, como forma de preservar a suposta ‘superioridade’ dessa língua em relação às demais línguas ameríndias:

Die Tupi empfiehlt sich vor vielen andern amerikanischen Sprachen durch ihren Wohllaut und die verhältnissmässig grössere Leichtigkeit der Aussprache. Sie besitzt viele und reine Vocale und leidet nicht an jener Anhäufung von gutturalen oder zwischen de Zähnen gesprochenen und in einander überfliessenden, darum schwer aufzufassenden, noch schwerer wiederzugebenden., darum schwe aufzufassenden Consonanten, wie so viele andere.

O Tupi destaca-se entre muitas outras línguas americanas pela bela sonoridade e pronúncia relativamente mais fácil. Ela tem muitas e puras vogais e não é vítima de um amontado de **consoantes** guturais, ou de consoantes pronunciadas entre os dentes ou de outras **que não apresentam uma**

**fronteira precisa, e portanto são difíceis de perceber, e ainda mais difícil de representar**, como acontece em muitas outras línguas. (Martius 1969[1863]: 28, trad. Iris Bachmann, ênfase acrescentada).

Os segmentos em contorno, [ᵐb] e [ᵐd], em início de palavra só foram preservados quando seu registro estava de acordo com a tradição de estudos das línguas Tupi-Guarani, inaugurado por Anchieta (1990[1595]), assim TUUS é grafado como *nde mbaê*. Nesse caso, sua manutenção era uma forma de mostrar que, embora a Língua Geral Brasileira tivesse se modificado muito desde do século XVI, o fato da língua ter sido estabelecida por escrito, ajudava a fixar sua pronúncia (cf. Martius 1969[1863]: XIII).

No caso do Tupi Austral (séc. XVIII), a representação de segmentos complexos só confirmaria o caráter de *Rothwälsch* atribuído à língua indígena. Ou seja, como o Tupi Austral não teria passado por um ‘aprimoramento’ a partir do contato com os missionários, a existência dos segmentos em contorno [ᵐb, ᵐd, ᵐg] não afetava a tese de Martius, pelo contrário, poderia servir como argumento para demonstrar sua suposta ‘inferioridade’ em relação à Língua Geral Brasileira, considerada mais culta e refinada<sup>26</sup>.

- (11)  
<nb> aborrecer – *nboyarabo*, verabscheuen (DV<sub>XVIII</sub>: 101)  
<nb> adoecer – *nbaraâ*, erkranken (DV<sub>XVIII</sub>: 102)

A representação do segmento em contorno como <nb>, ao invés de <mb>, não pode ser considerada como diferença entre o Tupi Austral (séc. XVIII) e a Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX). Não é possível que se insira um segmento para facilitar pronúncia que possua um ponto de articulação diferente da consoante principal, como sugere a representação <nb>, em que <n> representa uma coronal e <b> uma labial, ao invés de <mb>, ambas labiais. Assim, o autor do DV<sub>XVIII</sub><sup>27</sup> cometeu um erro ao grafar <nb>, ao invés de <mb>. Não se trata aqui de um julgamento de um lingüista do século XXI que não reconhece as dificuldades de estudiosos do passado. O autor do DV<sub>XVIII</sub> tinha condições de corrigir esse problema, uma vez que na grafia da língua portuguesa se usa <m> antes de <p> e <b>, justamente para marcar a seqüência de fonemas

<sup>26</sup> “*die feiner augsbildete Lingua geral in den nördlichsten Provinzen Brasiliens*” (Martius 1969[1863]: 100, trad. Beatriz Christino).

<sup>27</sup> Neste caso, a representação <nb> parece ser uma criação do descritor do Tupi Austral no século XVIII. Martius, em sua função de editor, deve ter apenas mantido a representação setecentista.



labiais. Além disso, a tradição de estudos de línguas Tupi-Guarani, inaugurada por Anchieta (1990[1595]), já grafava o segmento como <mb>.

De uma perspectiva mais favorável ao descritor do DV<sub>XVIII</sub>, é possível argumentar que ele tenha grafado <nb> em alusão à iconicidade da escrita em que a letra <m> tem três perninhas e <n> tem duas — como aprendem de forma lúdica as crianças durante o processo de alfabetização. Assim, a representação <nb>, ao invés de <mb>, pode ter sido uma maneira de indicar que no segmento complexo [ᵐb], a nasal labial era percebida como um segmento mais curto que um [m] propriamente dito.

Além de <nb>, o descritor do DV<sub>XVIII</sub> também registrou um <b> em posição inicial. Provavelmente, tratava-se de sua forma de perceber a realização do segmento em contorno:

- (12)
- |      |  |
|------|--|
| #<b> | brincar – <i>boçarae</i> , spielen (DV <sub>XVIII</sub> : 104)   |
| #<b> | nadar – <i>bôvêvui u ára</i> , schwimmen, ( <i>fazer se leve em cima d'agoa</i> , sich leicht machen auf dem Wasser) (DV <sub>XVIII</sub> : 114) |
| #<b> | ocultar – <i>bônhômim</i> , verbergen (DV <sub>XVIII</sub> : 114)  |
| #<b> | pintar – <i>bôpinim</i> , malen. (DV <sub>XVIII</sub> : 116)   |

O fato dos vocábulos em (12) iniciarem por 'bo-' não é coincidência, trata-se do morfema causativo, registrado como 'mo-' na Língua Geral Brasileira. Compare, por exemplo, os vocábulos correspondentes a LUDO (1ª. pessoa do singular, brincar) no DLGB<sub>XVIII</sub> e no DV<sub>XVIII</sub>:

- (13) mo → bo
- jemoçárai → boçarae  
(DLGB<sub>XVIII</sub>) → (DV<sub>XVIII</sub>)

<t>, <n>

Quanto às demais consoantes oclusivas /t, k/ e nasais /n, ŋ/, uma análise semelhante pode ser proposta.

A representação das coronais /t, n/ é uniforme nos três materiais. A oclusiva é grafada como <t> em posição inicial e em intervocálica (14a). Não houve necessidade de checar a representação da oclusiva coronal em coda, porque ela não ocorre nesse contexto. Em (14b), os cognatos para

OLEO (1ª. pessoa do singular, cheirar) permitem que se identifique a nasal coronal /n/, sendo representada pelo grafema <n> nos três materiais:

- (14a)  
 <t> sibilo, are – tumunieá (GDVP<sub>XIX</sub>: 10)  
 <t> tomunhéng – *assobiar*, pfeifen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 91)  
 <t> parir – *moncem táyúra*, gebären (DV<sub>XVIII</sub>: 115)
- (14b)  
 <t>,<n> oleo, ere – **cetúna** (GDVP<sub>XIX</sub>: 10)  
 <t>,<n> **cetúna** – *cheirar*, *tomar o cheiro*, riechen, Geruch annehmen (DLGB<sub>XVIII</sub>)  
 <t>,<n> cheirar – **centun**, riechen. (DV<sub>XVIII</sub>: 104)

/k/, /ŋ/

A representação das dorsais /k, ŋ / foi um pouco mais complexa, refletindo a própria estruturação da grafia do Português. Assim, a oclusiva dorsal /k/ foi representada pelo grafema <c>, diante das vogais /a, o, u/:

- (15a)  
 <ca> occido, ere – je**ju**cá, **ju**ca (GDVP<sub>XIX</sub>: 9)  
 <ca> **ju**cá (aju**ca**) – *matar*, tödten (DLGB<sub>XVIII</sub>: 59)  
 <ca> *matar* – **yucá**, tödten (DV<sub>XVIII</sub>: 114)
- (15b)  
 <co> vivo, ere – sericóü, a**icobê** (GDVP<sub>XIX</sub>: 11)  
 <co> **aicobê** – *viver*, *ha*, leben, es ist. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 33)  
 <co> *viver* – **aicovê**, leben (DV<sub>XVIII</sub>: 122)
- (15c)  
 <cu> attingere – pu**cu**çû (GDVP<sub>XIX</sub>: 7)  
 <cu> [oicó] **pecú** – *deter-se*, *entreter-se*, *tardar*, *durar*, sich auf- unter- halten; säumen; andauern (DLGB<sub>XVIII</sub>: 76)  
 <cu> lavar – **yacuía**, waschen (DV<sub>XVIII</sub>: 113)

Martius, no GDVP<sub>XIX</sub>, não foi muito consistente ao representar o fonema /k/ pelo grafema <c>, pois utilizou também o segmento <ck>:

- (16)  
 <cka> lavo, are – e**ja**sú**cka** (GDVP<sub>XIX</sub>: 9)  
 <cko> dormio, ere – ker, ç**ackörü** (GDVP<sub>XIX</sub>: 8)

Se diante das vogais /a, o, u/ houve certa concordância entre os três materiais, diante de vogais médias, verifica-se o emprego de estratégias diversificadas. Na edição do GDVP<sub>XIX</sub> e o DLGB<sub>XVIII</sub> usou-se o grafema <k>, o que sugere um maior conhecimento da tradição de descrição

das línguas indígenas do período colonial. Na edição do DV<sub>XVIII</sub>, Martius parece ter mantido a opção do descritor do DV<sub>XVIII</sub> de se apoiar na grafia da língua portuguesa, <qu>. Compare, por exemplo, a representação do verbo DORMIO (1ª. pessoa sg., dormir) nos três materiais:

(17)  
**ker** ~okér/**ker** ~**querá**  
 (GDVP<sub>XIX</sub> ~ DLGB<sub>XVIII</sub> / DLGB<sub>XVIII</sub> ~ DV<sub>XVIII</sub>)

A oclusiva dorsal em final de palavra foi representada pelo grafema <c> no DLGB<sub>XVIII</sub>, como mostram os dados em (18):

(18)  
 <c>#        motác – *bater, rebater*, schlagen, zurückschlagen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 72)  
 <c>#        carúc – *urinar*, pissen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 38)

No GDVP<sub>XIX</sub>, não foi encontrado nenhum segmento que pudesse representar a dorsal antes de pausa. No entanto, em alguns verbos, observa-se a sílaba final <cki>, em que a vogal <i> pode ter sido introduzida como epêntese pelos informantes indígenas, ou por Spix e Martius, ao transcrever os dados coletados entre “caçadores e canoeiros no rio Amazonas”.

(19)  
 <cki>        traho, ere – **sücki** (GDVP<sub>XIX</sub>: 11)  
 <cki>        mingo, ere – **johacarúcki** (GDVP<sub>XIX</sub>: 10)

Monserrat (2003: 193) sugere que as consoantes em final de palavra, comuns em Tupinambá, estavam desaparecendo na variedade de Língua Geral Brasílica falada no século XVIII. De fato, Rodrigues (1996), ao comparar o Tupinambá com o Nheengatú, percebeu um acréscimo sistemático de vogais no final de verbos que terminavam em consoante (*pák* > *páka* “acordar-se”, *wasém* > *wasémo*, “achar”). A comparação entre os dados de Língua Geral Brasílica registrados no DLGB<sub>XVIII</sub> e no GDVP<sub>XIX</sub> indica que essa mudança teria ocorrido na passagem do século XVIII para o XIX. Veja, por exemplo, os verbos PERCUTERE (bater) e PINGO (1ª. pessoa do singular, pintar / escrever) no século XVIII (DLGB) e no XIX (GDVP):

(20) DLGB<sub>XVIII</sub> > GDVP<sub>XIX</sub>  
 [k] →[ka]    PERCUTERE: motác > motáca  
 [R] →[Ra]    PINGO: coatiár > jacoatiára

Uma particularidade importante da Língua Geral Brasílica em relação ao Nheengatú é o fato da variedade do século XVIII ainda preservar a nasal dorsal /ŋ / em posição final, identificada pelos dicionaristas da Língua Geral Brasílica pelo dígrafo <ng>:

M am Ende eines Wortes wird mit zusammengezogenen Lippen, n am Ende wird mit geöffneten Lippen gesprochen, so dass es oft wie ng lautet.

[M no final de uma palavra se pronuncia com os lábios contraídos, **n ao final, com lábios abertos assim que parece ng.**] (Martius 1969: 29, trad. Iris Bachmann, ênfase acrescentada)

Quanto ao DV<sub>XVIII</sub>, a multiplicidade de estratégias para representar a oclusiva dorsal em posição final sugere que o descritor não estava muito certo se deveria ou não indicar uma vogal epentética:

- (21)
- |        |   |
|--------|---|
| <ki>#  | affundir – <i>anboyki</i> , versenken (DV <sub>XVIII</sub> : 102)             |
| <k>#   | afogar n'agua – <i>oyopuk</i> , ertrinken (DV <sub>XVIII</sub> : 102)         |
| <que># | ourinar – <i>carúque</i> , [pissen] (DV <sub>XVIII</sub> : 115) <sup>28</sup> |

A escassez de dados representando a oclusiva dorsal em coda não foi nenhuma surpresa. Anchieta (1990[1595], cap. I, p. 2) já alertava que os tupis de São Vicente (séc. XVI), ou seja, a região em que se desenvolveu o Tupi Austral, “nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo”.

No DV<sub>XVIII</sub>, não houve uma tentativa de distinguir a nasal coronal /n/ da nasal dorsal /ŋ/, como se observa de pelos cognatos para LOQUOR (falar), em (22a), e para DO (1ª. pess. sg., doar) em (22b), que apresentam dados do GDVP<sub>XIX</sub>, do DLGB<sub>XVIII</sub> e do DV<sub>XVIII</sub>, respectivamente:

(22a) LOQUOR  
 nheéng ~ nheéng ~ nhêén  
 (GDVP<sub>XIX</sub> ~ DLGB<sub>XVIII</sub> ~ DV<sub>XVIII</sub>)

(22b) DO  
 meéng ~ meéng ~ meen  
 (GDVP<sub>XIX</sub> ~ DLGB<sub>XVIII</sub> ~ DV<sub>XVIII</sub>)

<sup>28</sup> Martius não colocou a versão em Alemão desse vocábulo.

Não se trata apenas de anular a oposição no DV<sub>XVIII</sub>, mas provavelmente de uma grande dificuldade em registrar a nasal dorsal, como se percebe pelo levantamento das expressões em que diversas grafias são apresentadas para o vocábulo *nhêén*:

(23)	
<n>	fallar – <i>nhêén</i> , sprechen. (DV <sub>XVIII</sub> : 111)
<ng>	dizer – <i>nheeng</i> , sagen. (DV <sub>XVIII</sub> : 109)
<e>	conversar – <i>nhe monguêá</i> , sich unterhalten (DV <sub>XVIII</sub> : 106)
<n>	descompor a alguém com palavras – <i>nheen áij</i> , Jemanden mit Worten bleidigen. (DV <sub>XVIII</sub> : 107)
<ê>	diffamar – <i>nheê ôpácatu</i> , verläumden, in üblen Ruf bringen. (DV <sub>XVIII</sub> : 109)
<m>	enganar – <i>do yapoi bae nheem</i> , betrügen, ( <i>não fazer coisa que fala</i> , nich thun die Sache, die er sagt).
<é>	infamar – <i>nheé ay ambôaé</i> , verleumden. (DV <sub>XVIII</sub> : 112)
<n>	justificar – <i>nhêen rêtê</i> , rechtfertigen (DV <sub>XVIII</sub> : 113)
<m>	patentear – <i>nheém ambôaé</i> , eröffnen. (DV <sub>XVIII</sub> : 115)

Observando apenas as formas em que o vocábulo ocorre sem a incorporação de morfemas, percebe-se uma grafia diferente para cada registro, variando a representação da vogal— <ê>, <ee>, <e>, <eé>, <êe>, <eê>, <eé> — e a da nasal dorsal: <n>, <ng>, <m> e até a sua omissão. É interessante notar que no DV<sub>XVIII</sub> parece ter havido uma tentativa de estabelecer no Tupi Austral oposições semânticas próprias do Português, ao grafar diferentemente “fallar”, *nhêén*, e “dizer”, *nheeng*.

Esta análise sobre a grafia de fonemas oclusivos e nasais é compatível com a análise de Monserrat (2003), segundo a qual uma série de fonemas oclusivos surdos /p, t, k/ contrastava com uma série de nasais /m, n, ŋ/ na Língua Geral Brasílica do século XVIII. Propomos que o mesmo sistema funcionava na Língua Geral Brasílica do século XIX e no Tupi Austral do século XVIII.

Quanto aos fones oclusivos sonoros [b, d, g], parece que sua realização está relacionada à formação de segmentos complexos [<sup>m</sup>b, <sup>n</sup>d, <sup>ŋ</sup>g]. Permanece a dúvida se a série /p, t, k/ se sonorizava diante de consoante nasal para evitar segmento \*NT ([nasal] [– contínuo], [– voz]) ou se havia a inserção de um som oclusivo sonoro entre consoante nasal e vogal oral.

## 2.2 Uma ou duas sibilantes?

Para Monserrat (2003: 193), a fricativa coronal alveolopalatal /ʃ/ é uma inovação da Língua Geral Brasílica do século XVIII em relação ao Tupinambá descrito no XVI, que apenas permitia

[ʃ], como alofone de /s/. A autora apresenta como argumento o contraste entre *caiçara* /kaisára/, “arraial”, e *sobaixara* /sowaiʃara/, “contrário”. Nesta pesquisa, investigou-se, por um lado, se a análise proposta para o Tupi do século XVIII condiz com os dados registrados no DLGB<sub>XVIII</sub> e no GDVP<sub>XIX</sub>; e, por outro, se a deriva do Tupi Austral ocorreu no mesmo sentido, ou se, pelo contrário, a língua não aceitou o som [ʃ] como fonema.

[ʃ]

Nos materiais sobre a Língua Geral Brasileira, o fone [ʃ], embora raro, pode ser identificado pelo grafema <x>:

- (24)  
ferio, ire – japixá (GDVP<sub>XIX</sub>: 8)  
japixá – *ferir, schlagen, treffen* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 54 )  
[oço] ixuí – *desacompanhar, weggehen, Gesellschaft verlassen* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 75)  
nheénga robaixára – *dar razões, replicar, Gründe geben, antworten.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 73)

Observe que, nos dados em (24), a fricativa coronal surda ocorre sempre antecedida ou seguida por vogais altas, representadas por <i>, <u> ou <y>. É possível que a articulação da sibilante em ambiente de vogal alta, favorecesse a articulação palatal de /s/ de modo a produzir o alofone [ʃ]. O contraste entre *caiçara* /kaisára/, “arraial”, e *sobaixara* /sowaiʃara/, “contrário”, encontrado por Monserrat (2003: 193) em documentos escritos do século XVIII não parece ser suficiente para a afirmação de que /ʃ/ já se constituísse como um fonema da Língua Geral Brasileira (séc. XVIII), uma vez que pode resultar de uma variação condicionada a ambiente de vogal alta, que acabaria por formar uma distinção fonológica no Nheengatú do século XX (Taylor 1985: 11; Borges 1991: 49 – 50 e Moore 1993: 98). Para verificar se o padrão identificado pela análise dos dados em (25) não era acidental, levantaram-se todos os vocábulos registrados como verbos do DLGB<sub>XVIII</sub> que apresentavam o grafema <x><sup>29</sup>:

- (25a)  
cemó ixupé – *ocorrer ao encontro, entgegenlaufen.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 40)  
çobaixára – *oppor, de frente, obstaculo, metade, banda, lado, entgegensetzen,*  
*gegenüber; Hinderniss, Hälfte, Seite.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 46).  
corai oáne ixuí – *aborrecer-se de alguma coisa, etwas verabscheuen.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 42)

<sup>29</sup> Uma outra possibilidade era que a fricativa palatal fosse representada por ‘ch-’, mas isso não ocorreu nos dados do meu *corpus*.

itýe **ixupé** – *imputar culpa*, Schuld zurechnen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 53)  
 jap**ixá**o – *acutillar*, mit Hieben verwunden. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 54)  
 jemom**oxí** – *envergonhar-se*, sich schämen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 57)  
 mix**í**re – *assar*, bruten. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 64)  
 moap**yxá**im – *encrespar*, kräussln (DLGB<sub>XVIII</sub>: 65).  
 mojap**ixá**im – *encrespar*, kräussln (DLGB<sub>XVIII</sub>: 68)  
 mop**yxú**ne – *tingir de preto*, schwarz färben. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 71)  
 p**ixá**me – *beliscar*, mit den Nägeln kneifen, zwacken (DLGB<sub>XVIII</sub>: 82).  
 p**yxí**b – *untar*, schmieren (DLGB<sub>XVIII</sub>: 86).

(25b)

mox**ovi** (port.) – *fechar com chave*, *aferroilhar*, mit Schlüssel verschliessen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 72).

(25c)

**xemocanhé**mo – *enfeitar*, putzen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 95).

Em (25a), percebe-se que o padrão de [j] em ambiente de vogal alta mantém-se. A exceção em (25b), *moxovi*, “fechar com chave”, é um caso de empréstimo, como o próprio Martius percebeu, pois identificou o vocábulo como (port.)

O dado em (25c), *xemocanhémo*, poderia ter sido grafado como *\*jemocanhémo*, uma vez que é esse o padrão de marcação da primeira pessoa em todo o DLGB<sub>XVIII</sub>, como será mostrado no próximo capítulo. Além disso, esse *xe* deriva de *ixé*, em que a vogal alta está presente. No próprio DLGB<sub>XVIII</sub>, admite-se a variação:

*ixé* (je) – *eu*, *ich*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 53)

Assim, os dados dos DLGB<sub>XVIII</sub> não permitem que se considere que o grafema <x> represente um fonema da Língua Geral Brasileira (séc. XVIII). O mesmo procedimento realizado no material recolhido por Martius no século XIX, GDVP, também não possibilita afirmar que a fricativa palatal surda fosse um fonema, pois ela sempre aparece diante de vogal alta ou em empréstimos.

**Quadro VII: Levantamento de vocábulos com o grafema <x> no GDVP do século XIX**

VERBETE	INTERPRETAÇÃO
clavis – <b>xabi</b> (chave port.) (GDVP <sub>XIX</sub> : 07)	Empréstimo
ego – je, <b>xe</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 08)	Provém da forma “ixé”, em que ocorre a vogal alta
foedos, a, um – <b>puxí</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 08)	Ambiente de vogal alta
a parte antica – soba <b>ixá</b> ra (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)	
egulus, capitaneus, dux – tupa <b>ixaba</b> , tuxaua, morub <b>ixaba</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)	

O mesmo procedimento de levantamento de vocábulos grafados com <x> foi realizado no DV<sub>XVIII</sub>, o que nos levou a um resultado muito semelhante. Há uma tendência ao uso de <x> em ambiente próximo a vogais altas (26a), ocorrendo apenas uma exceção, *xá*, em (26b).

(26a)

amarrar – *apunxy*, festbinden. (DV<sub>XVIII</sub>: 102)  
 amolar – *oipixu*, wetzen, schleifen. (DV<sub>XVIII</sub>: 102)  
 apertar – *apoxinverá*, zusammenziehen (DV<sub>XVIII</sub>: 102)  
 atirar com frexas – *arapi-ura-xirica*, mit Pfeilen schießen, (*atirei com vara fina*, ich habe geschossen mit dünnem Stock). (DV<sub>XVIII</sub>: 103)  
 contentar – *xipuaepe oicó*  
 envergonhar – *moonxin*, beschämen. (DV<sub>XVIII</sub>: 110)  
 escarrar – *acecun poxia ambu*, ausspucken. (DV<sub>XVIII</sub>: 110)  
 notar – *anheé xupé*, bezeichnen (DV<sub>XVIII</sub>: 114).  
 sacrificar – *ameein xipuâ tupan*. opfern, (*dar o coração a deos*, geben Gott das Herz). (DV<sub>XVIII</sub>: 120)

(26b)

experimentar – *cê xá*, versuchen, Probe machen. (DV<sub>XVIII</sub>: 111)

Assim como na Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX), as exceções no Tupi Austral (séc. XVIII) ocorrem justamente com o morfema de primeira pessoa do singular, *xe* (ou *che*), derivado de *ixé*:

(27)

<xe> apontar com o dedo – *xecoveem*, mit dem Finger zeigen (DV<sub>XVIII</sub>: 102)  
 <xe> apoderar-se – *oin xe pope*, sich bemächtigen, (*esta nas minhas mãos*, es ist in meinen Händen). (DV<sub>XVIII</sub>: 102)  
 <che> contemplar – *cheánga oicó mamu*, betrachten, (*meu sentido anda virando*, mein Sinn geht hin und her) (DV<sub>XVIII</sub>: 105)  
 <che> desconfiar – *che yaí*, misstrauen, (eu estou desconfiado, ich bin misstrauisch.) (DV<sub>XVIII</sub>: 107)  
 <chê> preferir – *chê momôrá vé ambôaé*, vorziehen, (*ser melhor do que o outro*, besser als das Andre seyn) (DV<sub>XVIII</sub>: 116)  
 <chê> prezar-se d'alguma couza – *chê rêrú etê amombâê rêcê*, sich einer Sache rühmen, (*me alegre de alguma couza*, ich erfreue mich über eine Sache) (DV<sub>XVIII</sub>: 116)  
 <chebo> [puxar] para si – *acecuí chébo*, an sich ziehen. (DV<sub>XVIII</sub>: 117)  
 <chê> testemunhar – *chêrenôin bonhêenga*, bezeugen, (*chamar para fallar*, rufen um zu reden). (DV<sub>XVIII</sub>: 121)

A variação entre a grafia <xe> e <che> para o marcador de primeira pessoa do Tupi Austral (séc. XVIII) pode resultar de uma interferência de uma maior proximidade ao Guarani, uma vez que na tradição de descrição dessa língua, o pronome é representado como <che> (cf. Aragona (1979[séc. XVII]), Montoya (1994[1640])).



Assim, tanto na Língua Geral Brasílica (séc. XVIII e XIX) quanto no Tupi Austral (séc. XVIII), o material disponível nos GLB não permite que se identifique um fonema /ʃ/, como propôs Monserrat a partir de outros documentos do século XVIII sobre o que chamou de ‘tupi médio’.

[s]

Quanto ao registro do fonema /s/ realizado pelo fone [s] propriamente dito, nota-se uma pluralidade de soluções. Na lista de palavras recolhidas pelo próprio naturalista, observa-se o uso de <ç> diante de das vogais /a/, /o/ e /u/, como em (28a), e de <c> diante das vogais médias (28b):

- (28a)
- |      |  |
|------|--|
| <ça> | amare – <b>çauçub</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 7)    |
| <ço> | eo, ire – <b>çô</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 8)      |
| <çu> | atingere – <b>pucuçû</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 7) |
- (28b)
- |       |  |
|-------|--|
| <ce>  | appellare – <b>cenoi</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 7)         |
| <cen> | audire – <b>cendû</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 7)            |
| <cyb> | lavare vestes – <b>jucyb-ôba</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 9) |

Esse sistema gráfico, no entanto, não foi consistente, uma vez que se encontrou também <ss> diante de /a/ e /e/, de <s> diante de /u/ e de /e/; e de <ç> diante de /y/:

- (29)
- |       |  |
|-------|--|
| <ssa> | gusto, are – <b>jassará</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 8)                                      |
| <sse> | salto, are – <b>jaborasséi</b> , <b>joraceya</b> , <b>popor</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 10) |
| <se>  | vivo, ere – <b>sericóü</b> , <b>aicobê</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 11)                      |
| <su>  | lavo, are – <b>ejasúcka</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 9)                                      |
| <su>  | traho, ere – <b>sücki</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 11)                                       |
| <cy>  | esurio, ire – <b>jnmbaaçy</b> [ <i>sic</i> ] (GDVP <sub>XIX</sub> : 8)                     |

Em DLGB<sub>XVIII</sub>, há consistência na representação de /s/ como <ç> diante de /a/, /o/, /u/, e de <c> diante das vogais médias:

- (30)
- |      |  |
|------|--|
| <ça> | <b>jemoçarai</b> – <i>brincar, jogar</i> , scherzen, spielen. (DLGB <sub>XVIII</sub> : 56)             |
| <ço> | <b>oço</b> – <i>ir, ausentar</i> , gehen, sich entfernen. (DLGB <sub>XVIII</sub> : 75)                 |
| <çu> | <b>çauçúb</b> – <i>amar, estimar</i> , lieben, schätzen (DLGB <sub>XVIII</sub> : 46)                   |
| <cy> | <b>jemaácy</b> – <i>fome, ter fome</i> , Hunger; hungern (DLGB <sub>XVIII</sub> : 56)                  |
| <ce> | <b>cetúna</b> – <i>cheirar, tomar o cheiro</i> , riechen, Geruch annehmen (DLGB <sub>XVIII</sub> : 41) |

De fato, o grafema <s> só aparece no dicionário para registrar empréstimos do Português. Observe, por exemplo, a parte dedicada ao ‘S’ no DLGB<sub>XVIII</sub>:

S. vide Ç

sabarú (port.) – *sábado*, Samstag, Sabbath.  
saca (port.) – *alforge*, Reisesack, Quersack.  
sae (conjunct.) – *se*, wenn.  
– oaraneýma – *se a caso*, wenn etwa.  
– nitio – *se não*, wenn nicht.  
saguim (sagoin) – *esp. de macaco*, Callithrix  
santo rerú (port. †) – *andor*, Tragbahre.  
sáya (port.) – *saya*, Unterrock, Schürze der Weiber.  
– membýra – *refego da saya*, Faltennaht am Unterrock.  
sorára (port.) – *soldado*, Soldat.  
– etá pycyronçára – *assalto dos soldados*, Angriff, Ueberfall der Soldaten.  
(DLGB<sub>XVIII</sub>: 86 – 87).

Martius chegou a afirmar que não ocorria a sibilante /s/ na Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX): “*eine Sprache, welcher vier Consonanten: f, l, s und z. fehlen*” [uma língua, a qual faltam quatro consoantes f, l, s e z] (Martius 1969: 28, tradução Iris Bachmann). De fato, o DLGB<sub>XVIII</sub> e o GDVP<sub>XIX</sub> não usam o grafema <s> em palavras autóctones, mas o próprio Martius descreve o fone representado pelo grafema <ç> como um ‘s suave’, o que contradiz a sua afirmação sobre a ausência da sibilante:

Ç entspricht einem weichen s ohne Zischlaut, und wird besonders vor e, i, y mit wenig geöffnetem Munde gesprochen.

[Ç representa um s suave sem muita fricção e se pronuncia especialmente antes de e, i, y, com a boca pouco aberta.] (Martius 1969: 29, trad. Iris Bachmann)

O grafema <ç> dos missionários causou problemas a Martius no processo de edição. O naturalista tinha dúvida sobre onde colocar as palavras começadas por <ç> no DLGB<sub>XVIII</sub>, uma vez que esse documento registra os vocábulos de Língua Geral Brasileira em ordem alfabética. A dúvida foi relatada em carta a Gonçalves Dias:

Não sei aonde por este ç, ( ) depois das consoantes [c] e d, [ou] depois do s (s. vogal) tomando ahi lugar entre s simples e o t. Julgo que seria o mais conveniente de propollo com C e não como ss ou sz, pois o [D]iccionarius tupi (Lisboa 1795), única obra portugueza, aonde eu vejo ç ao principio de palavras, tem aceitado esta ordem [Carta a Antonio Gonçalves Dias, 6 de abril de 1857. Acervo da Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos]

Martius optou por deixar os vocábulos grafados com <ç> entre os grafemas consonantais <c> e <d>.

No DV<sub>XVIII</sub>, a notação da sibilante foi completamente inconsistente. Percebe-se uma tendência a representar /s/ diante de vogal média pelo grafema <c>, como ocorre na grafia do Português:

- (31)
- |       |   |
|-------|---|
| <ce>  | assobiar – <i>boicenim</i> , pfeifen (DV <sub>XVIII</sub> I: 103)           |
| <ce>  | chamar – <i>cenôin</i> , <i>acenoï</i> , rufen. (DV <sub>XVIII</sub> : 104) |
| <céi> | dançar – <i>poracéi</i> , tanzen. (DV <sub>XVIII</sub> : 106)               |
| <cê>  | mostrar – <i>cêcôvêem</i> , zeigen. (DV <sub>XVIII</sub> : 114)             |

Esse padrão, no entanto, é violado para criar novos sentidos:

- (32)
- |       |  |
|-------|--|
| <sse> | escutar – <i>assendú</i> , anhören (DV <sub>XVIII</sub> : 111)   |
| <ce>  | ouvir – <i>acendúb</i> , hören (DV <sub>XVIII</sub> : 115)   |
| <ce>  | sentir – <i>acendú</i> , wahrnehmen, (sinto gente – <i>acendú avá</i> , ich höre Leute). (DV <sub>XVIII</sub> : 120) <sup>30</sup> |

Nos dados em (32), a distinção de grafia acrescida da representação de <b> em posição final, provavelmente efeito de variação, permitiu ao descritor do Tupi Austral (séc. XVIII) criar uma oposição semântica que não existia na língua indígena. As formas *assendú*, *acendúb* e *acendú* parecem ser apenas variações de grafia de um mesmo vocábulo, de modo que as diferenças semânticas atribuídas a elas podem ser consideradas como invenções do dicionarista. Ou, talvez, sejam resultado apenas de inconsistência nos critérios de representação. A mesma explicação pode ser dada para a distinção entre “brincar” e “divertir-se” no DV<sub>XVIII</sub>:

- (33)
- |       |   |
|-------|---|
| <ç>   | brincar – <i>boçarae</i> , spielen (DV <sub>XVIII</sub> : 104)              |
| <ssa> | divertir-se – <i>bossarái</i> , sich vergnügen. (DV <sub>XVIII</sub> : 109) |

Outra inconsistência do DV<sub>XVIII</sub>, é que o fonema /s/ antes da vogal /a/ podia ser grafado como <s> ou como <ç>:

- (34)
- |      |   |
|------|---|
| <sa> | doer – <i>bosasú</i> , schmerzen. (DV <sub>XVIII</sub> : 109)                       |
| <sa> | esperar – <i>ôsárâ</i> , hoffen. ( <i>oxalá</i> port.?) (DV <sub>XVIII</sub> : 111) |
| <ç>  | rezar – <i>ôçáá</i> tupá nheém, beten. (DV <sub>XVIII</sub> : 119)                  |
| <ça> | ver – <i>ceçá</i> , cepijaca, schen (DV <sub>XVIII</sub> : 122)                     |

<sup>30</sup> O verbete “sentir” não faz parte do *corpus* selecionado para esta pesquisa, mas resulta de uma busca por formas semelhantes a *cendu* no DV<sub>XVIII</sub> como um todo.

### 2.3 A vibrante

“O r é sempre brando, nunca vale rr: roy frio”.  
(Anchieta 1990[1595], cap. I, p. 1)

Nos três materiais, /r/ é representado pelo grafema <r> em qualquer dos contextos em que se apresente, como se pode observar no quadro comparativo abaixo. Na primeira coluna, registra-se o termo em Latim, seguido da tradução em Português. Nas três colunas seguintes, são apresentados os dados das línguas gerais: primeiro na Língua Geral Brasílica do século XVIII, em seguida na mesma língua no XIX e, por fim, os dados referentes ao Tupi Austral do século XVIII:

**Quadro VIII: Comparação da representação da vibrante em GDVP, DLGB e DV**

	GDVP – Latim	Português	DLGB (séc. XVIII)	GDVP (séc. XIX)	DV <sub>XVIII</sub>
1	SALIO, IRE	saltar	popór	popór	opô
2	ASCENDO (-ERE)	subir	jeupír	je-upyr	yúpi
3	CANTARE	cantar	nheengár	nheengár	nheengá
4	CONNUBO, ERE, COIRE	casar	mendár	menari, menu	mendâ
5	MINGO, ERE	urinar	carúc	johacarúcki	carúque
6	SALTO, ARE	dançar	poracé	jaborasséi, joraceya, popor	poracéi
7	VOLLO, VELLE	querer	potár	je-putari	eipotá

Observa-se que, enquanto muitos verbos da Língua Geral Brasílica (séc. XVIII e XIX) apresentam /r/ em final de palavra, as formas cognatas registradas no DV<sub>XVIII</sub> sugerem que no Tupi Austral, não se pronunciava a vibrante em final de palavra. De fato, Anchieta (1990[1595]), como vimos anteriormente, havia alertado que a língua falada no sul tendia a apagar as consoantes finais em verbos afirmativos. Essa tendência da língua falada no XVI parece ter se cristalizado no século XVIII, de modo que o único verbo que o DV<sub>XVIII</sub> registrou um <r> final estava na forma negativa:

(35)  
abominar – *ndaroviar* - neg., verwünschen (DV<sub>XVIII</sub>: 101)

### 2.4 As semi-vogais

Há duas semi-vogais no sistema previsto por Monserrat (2003: 188), /y/ e /w/. Tanto no GDVP<sub>XIX</sub> quanto no DLGB<sub>XVIII</sub>, o fonema /w/ é representado como <b> entre vogais, já no DV<sub>XVIII</sub>, apresenta-se como <v>, como se pode perceber comparando os cognatos para VIVO (1<sup>a</sup> pess. sg., viver):

(36)  
aicobê ~ aicobê ~ aicovê  
GDVP<sub>XIX</sub> ~ DLGB<sub>XVIII</sub> ~ DV<sub>XVIII</sub>

Já para identificar a semi-vogal em ditongo, os três materiais concordam no uso do grafema <u>, como no caso dos cognatos para AMARE (amar):

(37)  
<au>      çauçub ~ çauçúb ~ acauçub  
GDVP<sub>XIX</sub> ~ DLGB<sub>XVIII</sub> ~ DV<sub>XVIII</sub>

A diferença entre os materiais está por conta da representação da semi-vogal /w/ em início de vocábulo, pois o GDVP<sub>XIX</sub> marca como <v> (38a); e os materiais do século XVIII, DLGB<sub>XVIII</sub> (38b) e DV<sub>XVIII</sub> (38c), marcam como <u>:

(38a)  
<vû>      bibo, ere – jau, **vû** (GDVP: 7)  
<vi>      natare – **vitábo** (GDVP: 9)

(38b)  
<uú>      **uú** – *comer, beber; catarro, tosse, essen, trinken; Katarrh, Husten.*  
(DLGB<sub>XVIII</sub>: 95)  
<ui>      **uitábo** – nadar (DLGB<sub>XVIII</sub>: 94)

(38c)  
<ua>      correr o rio – **uaindú** unhan etê (DV<sub>XVIII</sub>: 106)

Quanto à semi-vogal /y/, os três materiais concordam em sua representação como <j> diante de vogal. Compare, por exemplo, os cognatos para DESCENDERE (descer) em GDVP<sub>XIX</sub>, em DLGB<sub>XVIII</sub> e em DV<sub>XVIII</sub>, respectivamente:

(38)  
goe**jy**b ~ moge**jý**b ~ uê**jú**  
GDVP<sub>XIX</sub> ~ DLGB<sub>XVIII</sub> ~ DV<sub>XVIII</sub>

Embora use o grafema <j> em algumas palavras, no DV<sub>XVIII</sub> a semi-vogal é preferencialmente registrada como <y>:

(39)  
<ya>      chorar – **yacioi**, weinen (DV<sub>XVIII</sub>: 104)  
<ya>      lavar – **yacuía**, waschen (DV<sub>XVIII</sub>: 113)  
<yu>      matar – **yucá**, tödten (DV<sub>XVIII</sub>: 114)  
<yu>      parir – **moncem táyúra**, gebären (DV<sub>XVIII</sub>: 115)

Nos contextos CVj e #Vj, a representação da semi-vogal privilegiada nos três materiais é <i>, embora o DV<sub>XVIII</sub> às vezes oscile, representando a vogal também como <e>:

**Quadro IX: Comparação da representação do ditongo Vj**

GDVP - latim	GDVP <sub>XIX</sub>	DLGB – Português	DLGB <sub>XVIII</sub>	DV – Português	DV <sub>XVIII</sub>
APPELLARE	cenoi	chamar	cenói	chamar	cenôin
LUDO, ERE	jemoçarái	brincar, jogar	jemoçarái	brincar	boçarae
				divertir-se	bossarái
SALTO, ARE	jaborasséi	dançar	poracé	dançar	poracéi
STO, STARE	oicô	ser, estar, jazer, resistir	oicó	estar	oím
SUM, ESSE				morar	ôicô

Nota-se ainda pela comparação dos cognatos que o Tupi Austral apresenta uma tendência à nasalização final. Por exemplo, *cenoi* da Língua Geral Brasílica ocorre como *cenôin* no Tupi Austral.

### 3. Modo de representação dos sons vocálicos

Nenhum dos três materiais apresentou uma estratégia clara de representação das vogais nasais, por isso, esta pesquisa focalizará apenas as vogais orais. Muito provavelmente, a vogal nasal era indicada pelo uso de consoante nasal após a vogal, como se pode inferir da seguinte afirmação de Martius em relação aos dados registrados no DLGB<sub>XVIII</sub>:

Ganz ähnlich lautet das a am Ende eines Worts, auf welches die Virgula (Til) gesetzt wird. (Deshalb die beiden Schreibarten Tupán und Tupã, Gott).

[Muito parecido é o som de a ao final de uma palavra em que se põe a virgula (til). (É por isso que existem as duas grafias de Tupán e Tupã, Deus).] (Martius 1969: 29, trad. Iris Bachmann)

Baseada nos estudos de Monserrat (2003) e Rodrigues (2005), esta análise procurará reconhecer como as vogais orais foram representadas no GDVP<sub>XIX</sub>, no DLGB<sub>XVIII</sub> e no DV<sub>XVIII</sub>. Diferentemente da análise realizada para as consoantes, a análise da representação dos fonemas silábicos focalizará um material de cada vez.

#### 3.1 As vogais no *Glossário do Dialeto Vulgar do Pará* (século XIX)

Martius, ao transcrever os dados coletados com Spix durante a expedição ao Grão-Pará, usou os grafemas <a>, <e>, <i>, <y>, <o> e <u> para registrar as vogais da variedade de Língua Geral Brasílica a que ele chamou de dialeto vulgar do Pará. Todos esses grafemas são registrados

em posição de núcleo silábico, de modo que se pode admitir que eles de fato representavam os fonemas /a/, /e/, /i/, /í/, /o/ e /u/, respectivamente, como se pode observar nos dados abaixo:

(40)		
<a>, <i>	ferio, ire – <b>japixá</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 8)	
<o>, <y>	iocor, ari – <b>mororyb</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 9)	
<e>, <a>	voló, velle – <b>je-putari</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 11)	

O problema está em relação ao uso de diacríticos. São três os sinais utilizados (¨), (´) e (^). Em geral, o uso de acento agudo marca a vogal mais forte de um encontro vocálico:

(41)		
<ái>	ludo, ere – jemoçar <b>ái</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 9)	
<iá>	pingo, ere – jacoati <b>á</b> ra (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)	
<éi>	salto, are – jaborass <b>é</b> i, joraceya, popor (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)	
<eá>	sibilo, are – tumunie <b>á</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)	
<áo>	solvo – jor <b>áo</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)	
<iá>, <aé>	videre – cepi <b>á</b> ca vel: ma <b>é</b> m (GDVP <sub>XIX</sub> : 11)	

Entretanto, no contexto CV.VN, o acento agudo deve ter sido utilizado para identificar separação entre as vogais, pois são identificadas como hiatos<sup>31</sup>, as formas correspondentes no DLGB<sub>XVIII</sub> e no DV<sub>XVIII</sub>. Observe a análise comparativa das formas para de LOQUOR (falar) em (42a) e VIDERE (ver) em (42b) no GDVP<sub>XIX</sub>, no DLGB<sub>XVIII</sub> e no DV<sub>XVIII</sub>, respectivamente:

(42a) LOQUOR (falar):
nheéng ~ <b>nheéng</b> ~ nhêén
(GDVP <sub>XIX</sub> ~ DLGB <sub>XVIII</sub> ~ DV <sub>XVIII</sub> )
(42b) VIDERE (ver):
maém ~ <b>maém</b> ~ ô <b>maé</b>
(GDVP <sub>XIX</sub> ~ DLGB <sub>XVIII</sub> ~ DV <sub>XVIII</sub> )

Além do vocábulo *nheéng*, Martius registra a forma *nheengár*, CANTARE (cantar). É possível que neste vocábulo as vogais médias também formassem um hiato, mas, respeitando o critério de usar o acento agudo apenas uma vez em cada palavra, Martius preferiu identificar que a sílaba mais forte era a final, *nheenGÁR*.

O uso dos diacríticos (´) e (^) em vogais que eram núcleo de sílaba, como os exemplos em (43), só podem ter sido utilizados para identificar a sílaba tônica. De fato, o autor afirma que o

<sup>31</sup> A separação das vogais médias em *nheéng* ocorria no Tupinambá por uma consoante glotal. Monserrat (2003: 193) sugere que no século XVIII essa consoante havia desaparecido, entretanto, na descrição do Nheengatú proposta por Borges (1991), a glotal ainda aparece, mas não como fonema.

“[acento (˘)] sempre serve para marcar a sílaba acentuada e enfatizar a vogal” (Martius 1969: 29, trad. Iris Bachmann).

(43)

<pî>	iaculor, ari – <b>japî</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 9)
<tú>	oleo, ere – <b>cetúna</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)
<mú>	spuo, ere – <b>motumúne</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)
<çá>	sternuo, ere – <b>oçámo</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 11)
<cô>	sum, esse – <b>oicô</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 11)

Em alguns casos, o uso do diacrítico é usado por Martius para criar oposições semânticas inexistentes na língua indígena. Por exemplo, a forma *popór*, com acento na segunda vogal <ó>, foi traduzida como SALIO (1ª. pess. sg., saltar), enquanto, a mesma forma *popor*, desprovida de acento, foi registrada como SALTO (1ª. pess. sg., dançar).

(44)

POPÓR X POPOR
salio, ire – <b>popór</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)
salto, are – jaborasséi, joraceya, <b>popor.</b> (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)

Martius também parece ter criado oposições semânticas inexistentes na Língua Geral Brasílica (séc. XIX), como, por exemplo, nos pares em (45):

(45)

CADERE (cair) X DECUMERE (deitar-se na cama)
cadere – oár (GDVP <sub>XIX</sub> : 7)
decumbere – oar (GDVP <sub>XIX</sub> : 8)
FATIGARI (estar fatigado) X LUGEO (1ª. pess. sg., chorar a morte de alguém)
fatigari – jemocaneon (GDVP <sub>XIX</sub> : 8)
lugeo, ere – jemocaneón (GDVP <sub>XIX</sub> : 9)
SEDEO, RE (sentar) X CONSIDERE (sentar com alguém)
sedeo, re – oapyca (GDVP <sub>XIX</sub> : 10)
considere – oapýca (GDVP <sub>XIX</sub> : 8)

Essas oposições construídas por Martius podem ser interpretadas como uma tentativa do naturalista de aproximar a Língua Geral Brasílica (séc. XIX) das línguas européias, criando distinções semânticas que provavelmente não existiam na língua indígena. Não se pode deixar de contar também com a possibilidade dessas inconsistências serem apenas acidentais.



### 3.2 As vogais no *Dicionário da Língua Geral Brasileira*

Assim como o GDVP<sub>XIX</sub>, o DLGB<sub>XVIII</sub> representa o sistema de seis vogais pelos grafemas <a>, <e>, <i>, <y>, <o>, <u>. Todas podendo ocupar posição de núcleo silábico, o que atesta sua existência como fonemas /a/, /e/, /i/, /ɨ/, /o/, /u/, respectivamente, como se observa pelos exemplos em (46):

- (46)
- |               |   |
|---------------|---|
| <a>, <ú>      | <b>carúc</b> – <i>urinar, pissen.</i> (DLGB <sub>XVIII</sub> : 38)                                      |
| <i>           | <b>japixá</b> – <i>ferir, schlagen, treffen</i> (DLGB <sub>XVIII</sub> : 54)                            |
| <o>, <e>, <y> | <b>mogejýb</b> – <i>fazer descer alguém, Jemanden herabsteigen lassen.</i> (DLGB <sub>XVIII</sub> : 67) |

O uso de diacríticos parece estar relacionado à marcação de acento de intensidade, uma vez que ocorre no máximo uma vez em cada palavra, podendo figurar na última, como mostram os exemplos da coluna A, ou na penúltima sílaba, coluna B<sup>32</sup>:

#### Coluna A: Acento na última sílaba

**jucá** (ajuca) – matar  
**pocoçú** – alcançar, apanhar, colher de repente  
**cendú** – escutar, ouvir, entender, perceber  
**uú** – comer, beber; catarro, tosse  
**mbaacý** – adoecer  
**oçó** – ir, ausentar,  
**japixá** – ferir  
**aicobê** – viver, há  
**japí** – atirar, topada  
**manó** – morrer  
**oicó** – ser, estar, jazer, resistir  
**ceký** – atrahir, puxar, tirar por força

#### Coluna B: Acento na penúltima sílaba

**cepiáca** – ver  
**tumúne** – cuspir  
**jotýme** – dispor, plantar, semear, enterrar, sepultar  
**pitucéme** – evaporar, respirar, suspirar  
**oapýca** – assentar-se, pousar a ave  
**jamotareýma** – ódio, ter ódio, aborrecer  
**cetúna** – cheirar, tomar o cheiro  
**jumíne** – negar, occultar  
**moakýme** – regar, molhar, humedecer  
**jemaácy** – fome, ter fome  
**nháne** – correr

Na primeira linha da coluna A, nota-se uma inconsistência de notação. Por que *jucá* apresenta o diacrítico na última sílaba e a mesma forma, acrescida do morfema pessoal, não apresenta? Muito provavelmente, essa diferença decorre de problemas na edição dos dados.

É possível interpretar os dados das colunas A e B como índices de que a Língua Geral Brasileira do século XVIII apresentava um sistema de acentuação lexical. Todavia, havia uma tendência a acentuar sílabas pesadas em posição final (CVC#), como demonstrou o levantamento de sílabas pesadas acentuadas no *corpus*, apresentado em (47):

<sup>32</sup> Para facilitar a visualização dos dados, não foram copiados a versão em Alemão nem o número da página.

(47a)

**carúc** – *urinar*, pissen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 38)

**çauçúb** – *amar, estimar*, lieben, schätzen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 46)

**coa meéng** – *mostrar, apresentar, declarar, dar a saber, inculcar, expôr, offerecer, representar*, zeigen, vergegenwärtigen, vorstellen, zu wissen thun, erklären. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 42)

**çarón** – *esperar*, warten (DLGB<sub>XVIII</sub>: 45)

**jaceón** – *chorar*, weinen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 53)

**jemocaneón** – *afadigar-se, affligir-se, desarranjar-se*, sich ermüden, sich betrüben, in Unordnung kommen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 56)

**jeupír** – *subir, trepar*, aufsteigen, klettern (DLGB<sub>XVIII</sub>: 58)

**jucýb** – *lavar, limpar*, waschen, reinigen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 59)

**kér** – *dormir*, schlafen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 61)

**okér** – *dormir*, schlafen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 78)

– *mirím mirím*. – *toscanear*, einschlummern. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 78)

**maém** – *attentar, olhar*, ansehen, erwägen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 61)

**meéng** – *dar, conceder*, geben, gestatten (DLGB<sub>XVIII</sub>: 63)

**membyrár** – *parir*, gebären (DLGB<sub>XVIII</sub>: 63)

**mendár** – *casar*, heirathen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 64)

**mocaneón** – *afadigar, affligir, atribular, desarranjar, estufar*, ermüden, betrüben, quälen, auseinander bringen, in Schweiß versetzen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 66)

**mogeyýb** – *fazer descer alguem*, Jemanden herabsteigen lassen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 67)

**mororýb** – *alegrar*, erfreuen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 72)

**motác** – *bater, rebater*, schlagen, zurückschlagen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 72)

**moteníng** – *seccar, torrar*, trocknen, rösten. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 72)

**nheéng** – *fallar, responder*, reden, antworten (DLGB<sub>XVIII</sub>: 73)

**nheengár** – *cantar*, singen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 73)

**papár** – *contar, numerar*, zählen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 79)

**poçauçúb** – *sonhar*, träumen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 83)

**popór** – *saltar*, springen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 83)

**potár** – *querer, dezejear*, wollen, verlangen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 84)

**teníng** – *seccar*, trocknen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 90)

**tomunhéng** – *assobiar*, pfeifen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 91)

(47b)

**cenói** – *chamar*, rufen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 40)

**coatiár** – *pintar, escrever*, malen, schreiben (DLGB<sub>XVIII</sub>: 42)

**jabáo** – *ausentar, fugir, escapar*, entfernen, fliehen, entweichen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 53)

**jemoçarái** – *brincar, jogar*, scherzen, spielen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 56)

**joráo** – *soltar, desamarrar, coser, desfiar, destorcer, desembaraçar*, loslassen, losbinden, auftrennen, aufzasern, aufdrehen, entwirren (DLGB<sub>XVIII</sub>: 59)

As três exceções encontradas no *corpus*, não comprometem, em princípio, minha hipótese de análise:

(48)

**ar** – *nascer, queda, cair, tropeçar*, geboren werden, Sturz, das Fallen, Straucheln (DLGB<sub>XVIII</sub>: 35)

[çoryb] **oicó** – *estar alegre, lustin seyn*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 47)

**jebyr** – *repetir, tomar, voltar, resolver o apostema*, wiederholen, wieder - um - kehren; vom Geschwür: sich ängstigen (DLGB<sub>XVIII</sub>: 55)

Observe, no entanto, que do vocábulo *çoryb*, “alegre”, deriva *mororýb*, “alegrar”, pela incorporação do morfema causativo ‘*mo-*’. A não acentuação do vocábulo registrado como adjetivo<sup>33</sup> pode ser resultado de inconsistência na notação.

A predominância de palavras oxítonas está de acordo com a descrição de Anchieta (1990[1595], cap. III, p. 7) sobre o sistema de acentuação verbal em Tupinambá e também com a descrição do Nheengatú (Grenard & Ferreira 1989):

Os verbos, pela maior parte, têm o acento na última, em qualquer consoante ou vogal que acabem, como *ajuká* eu mato, *amonbéb* eu meto etc.

Os mais acabados em i, precedendo vogal, têm o acento na penúltima ou se não de chamar contratos ou ditongos, como *akái* eu ardo, *ajuséi* eu desejo comer, beber. (Anchieta 1990[1595], cap. III, p. 7)

O número expressivo de paroxítonos, listados na coluna B, pode decorrer da incorporação de vogais átonas finais. Rodrigues (1986) identificou o acréscimo sistemático de vogais no final de verbos que terminavam em consoante (*pák* > *páka* “acordar-se”, *wasém* > *wasémo*, “achar”) na passagem do Tupinambá para a Língua Geral Brasílica. Na minha interpretação, embora os verbos tenham recebido uma vogal final para evitar sílaba pesada, parece que no nível supra-segmental, o acento permanecia em seu lugar de origem, provocando uma mudança no padrão acentual da língua.

A consistência na notação dos dados, faz do DLGB<sub>XVIII</sub> um documento relevante para o estudo da Língua Geral Brasílica no século XVIII. É preciso, contudo, fazer um estudo filológico para descobrir se esse padrão de acentuação está presente nos manuscritos relacionados ao original dessa obra, guardados na Biblioteca Nacional e na Biblioteca de Coimbra (Monserrat 2003: 187), ou se foram criados pelos editores Velloso em 1795 ou por Martius, ao reeditar o documento para o incorporar aos *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (1969[1863]).

### 3.3 As vogais no *Dicionário de Verbos*

O sistema de seis vogais proposto por Monserrat (2003) aplica-se à Língua Geral Brasílica (séc. XVIII), mas não necessariamente é o mesmo para o Tupi Austral (séc. XVIII), apesar da

---

<sup>33</sup> O registro de *coryb* como adjetivo deve-se à interferência do modelo de descrição do dicionarista, uma vez que as línguas ativas não apresentam essa categoria (Séki 1990).

proximidade entre as línguas. No DV<sub>XVIII</sub> é possível distinguir cinco vogais em núcleo silábico, /a/, /e/, /i/, /o/, /u/, grafadas como <a>, <e>, <i>, <o>, <u>:

- (49)
- |               |  |
|---------------|--|
| <a>, <u>      | amar – <i>acauçub</i> , lieben (DV <sub>XVIII</sub> : 102)       |
| <i>, <o>, <e> | ferir – <i>imbó pêré</i> , verwunden (DV <sub>XVIII</sub> : 111) |

Isso não quer dizer que o fonema central não-arredondado, /i/, não ocorresse em Tupi Austral. Para descrever sons inexistentes na língua européia que lhe serviu de parâmetro, os estudiosos podem utilizar as mais diferentes estratégias. No GDVP<sub>XIX</sub> e no DLGB<sub>XVIII</sub> a representação do fonema /i/ ocorre pelo grafema <y>. Como /i/ era compreendido como um som entre [i] e [u], é possível que o descritor do DV<sub>XVIII</sub> tivesse optado por registrar o fonema desconhecido pelos mesmos grafemas que usou para descrever os fones que existiam no Português.

Y, ein Guttural-laut, zwischen i und u, kommt dem deutschen ü am nächsten, wird jedoch mehr durch die Beugung der Zungenspitze nach Unten, als durch vorgeschobene Lippen gebildet und stets mit einer dumpfen Aspiration ausgesprochen.

Y, uma gutural, entre i e u, é mais próximo do ü alemão, mas se produz mais virando a língua para baixo mais que com os lábios formando um bico, e sempre com uma grande aspiração e com pouca sonoridade. (Martius 1969[1863]: 30, trad. Iris Bachmann)

Para reconhecer que grafema pode ter sido usado para descrever o fonema /i/, buscou-se formas que, no DLGB<sub>XVIII</sub>, apresentavam o grafema <y> e que apresentavam cognatos em Tupi Austral (séc. XVIII). Considerou-se apenas o DLGB<sub>XVIII</sub>, porque esse dicionário foi elaborado na mesma época que o DV<sub>XVIII</sub>. No quadro abaixo, os vocábulos grafados com <y> em Língua Geral Brasílica são comparados a seus correspondentes em Tupi Austral:

**Quadro X: Correspondência de vocábulos grafados no DLGB com <y> em relação ao DV, século XVIII**

Português	DLGB <sub>XVIII</sub>	DV <sub>XVIII</sub>
descer	mogejýb	úêjú
humidecer	moakýme	môácúm
sentar	oapýca	aopûca

Observa-se no quadro acima, que vocábulos grafados com <y> no DLGB<sub>XVIII</sub> tinham formas cognatas no DV<sub>XVIII</sub> grafadas por <u> acentuado. Portanto, é razoável admitir que no Tupi Austral, havia um sistema de seis vogais orais e que a representação da vogal /i/ se dava pelo uso de algum diacrítico — (˘) ou (^) no grafema <u>.

Os diacríticos foram utilizados no DV<sub>XVIII</sub> para marcar a diferença entre hiatos e ditongos. Os ditongos são identificados pela presença do sinal para acento agudo na vogal que ocupa a posição de núcleo silábico, como mostram os exemplos em (50):

(50)	
<ôi>	chamar – <i>cenôin</i> , <i>aceno</i> i, rufen (DV <sub>XVIII</sub> : 104)
<uá>	cuspir – <i>puá ymoneen</i> , speien, (faço sahir agoa do meu estomago, ich mache ausgehen Wasser aus meinem Bauche) (DV <sub>XVIII</sub> : 106)
<éi>	dançar – <i>poracéi</i> , tanzen. (DV <sub>XVIII</sub> : 106)
<êo>	fatigar – <i>canêom</i> , ermüden. (DV <sub>XVIII</sub> : 111)
<úi>	puxar – <i>ocicúu</i> , stossen, reissen. (DV <sub>XVIII</sub> : 117)

A representação dos hiatos segue a mesma regra — as vogais que ocupam posição de núcleo silábico são acentuadas, de modo que se registra duas vogais acentuadas em seqüência:

(51)	
<úê>	descer – <i>úêjú</i> , herabsteigen (DV <sub>XVIII</sub> : 107)
<ôâ>	humedecer – <i>môâcúm</i> , befeuchten (DV <sub>XVIII</sub> : 112)
<áé>	olhar – <i>ômáé</i> , sehen (DV <sub>XVIII</sub> : 114)
<áá>	recahir – <i>ááyêvú</i> , zurückfallen, ( <i>cahiou outra vêz</i> , <i>erist wieder gefallen</i> ) (DV <sub>XVIII</sub> : 117)
<áá>	rezar – <i>ôçáá tupá nheém</i> , beten (DV <sub>XVIII</sub> : 119)
<êó>	sepultar – <i>nhôtú avá têó</i> , begraben (DV <sub>XVIII</sub> : 120)
<êú>	sustentar (comer) – <i>ômombaêú</i> , Nahrung geben. (DV <sub>XVIII</sub> : 121)

Assim, o vocábulo *ômombaêú* devia ser pronunciado como um ditongo seguido de hiato: [\*o.mo.mbaê.ú]<sup>34</sup>.

No DV<sub>XVIII</sub>, o uso de diacríticos não se restringe a um por vocábulo como se faz na grafia do Português e nos dicionários de Língua Geral Brasílica (séc. XVIII e XIX) incorporados aos *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Martius 1969[1863]), pelo contrário, algumas formas chegam a ter todas as vogais acentuadas:

(52)	
	esperar – <i>ôsarâ</i> , hoffen. (oxalá, port.?) (DV <sub>XVIII</sub> : 111)
	ferir – <i>imbó pêré</i> , verwunden (DV <sub>XVIII</sub> : 111)
	haver – <i>icôvé</i> , haben (DV <sub>XVIII</sub> : 112)
	mostrar – <i>cêcôvêem</i> , zeigen (DV <sub>XVIII</sub> : 114)
	respirar – <i>anguêrú</i> , athmen; – não respirar – <i>nónhanguêrú</i> , nicht athmen. (DV <sub>XVIII</sub> : 119)
	seccar – <i>bôpírú</i> , trocknen (DV <sub>XVIII</sub> : 120)

Esse uso irrestrito dos diacríticos dificulta a elaboração de qualquer hipótese sobre o sistema acentual do Tupi Austral falado no século XVIII com base apenas no DV<sub>XVIII</sub>. Entretanto, na

<sup>34</sup> Em *ômombaêú* se coloca a questão da silabificação vista acima. Pode ser também [\*o.mom.baê.ú]

minha interpretação, o Tupi Austral devia ter uma tendência à pronúncia oxítona dos verbos, como ocorria em Língua Geral Brasileira. De fato, dentre os vocábulos transcritos com apenas um diacrítico, a maioria parecia representar oxítonos:

(53)

adoecer – *nbaraâ*, erkranken (DV<sub>XVIII</sub>: 102)  
cantar – *nheengá*, singen (DV<sub>XVIII</sub>: 104)  
cazar – *mendâ*, heirathen (DV<sub>XVIII</sub>: 104)  
dançar – *poracéi*, tanzen. (DV<sub>XVIII</sub>: 106)  
doer – *bosasú*, schmerzen. (DV<sub>XVIII</sub>: 109)  
dormir – *querá*, schlafen (DV<sub>XVIII</sub>: 109)  
escutar – *assendú*, anhören (DV<sub>XVIII</sub>: 111)  
matar – *yucá*, tödten (DV<sub>XVIII</sub>: 114)  
morrer – *manó*, sterben (DV<sub>XVIII</sub>: 114)  
ouvir – *acendúb*, hören (DV<sub>XVIII</sub>: 115)  
querer – *eipotá*, wollen (DV<sub>XVIII</sub>: 117)  
saltar – *opô*, tanzen (DV<sub>XVIII</sub>: 120)  
viver – *aicovê*, leben (DV<sub>XVIII</sub>: 122)  
voltar – *oyeré*, umkehren (DV<sub>XVIII</sub>: 122)

## CAPÍTULO V

### COMO SEGMENTAR AS LÍNGUAS GERAIS?

Este capítulo busca nos três materiais em análise explicitar como os descritores anônimos do século XVIII e Martius no século XIX se colocaram diante das questões morfossintáticas intrínsecas ao processo de dicionarização. Para tanto, foram eleitos alguns contextos lingüísticos, em que fosse possível identificar interpretações diferentes para um mesmo fenômeno. Os ambientes selecionados para análise foram o sistema de marcação de caso e sua relação com a existência ou não de um verbo cópula.

#### 1. Um sistema ativo-estativo

Muitas línguas da família Tupi-Guarani possuem uma estrutura ativo-estativo (Klimov *apud* Leite 2004), também chamada na literatura de línguas de ergatividade cindida, embora alguns autores não reconheçam essa designação, porque ela sugere que as línguas ativas sejam apenas um tipo de língua ergativa, que se opõe às línguas nominativo-acusativo. Séki (1990), por exemplo, prefere entender essa tipologia sintática como uma oposição em três termos: línguas ergativas, línguas ativas e línguas acusativas. Neste trabalho, faremos uma oposição entre línguas ativas e acusativas, uma vez que não se tratou de nenhuma língua ergativa propriamente dita.

Em linhas gerais, as línguas ativas são caracterizadas por uma cisão morfológica no sistema de marcação de caso. Nos verbos transitivos, o sujeito é marcado pelo caso ativo para se diferenciar do objeto, identificado pelo caso estativo. Nos verbos intransitivos, a marcação depende do papel temático do argumento externo. O sujeito ‘proto-agente’ é identificado pelo caso ativo; já o sujeito ‘proto-paciente’ recebe o caso estativo, o mesmo empregado nos objetos de verbos transitivos. Os conceitos de ‘proto-agente’ e de ‘proto-paciente’ são definidos com base no grau de controle que o sujeito tem da ação (Reich 2003, Séki 1990). O proto-agente seria caracterizado pelo controle da ação, enquanto o proto-paciente pela falta de controle. Como cada língua recorta esse *continuum* de maneira particular, nem sempre as intuições de um falante do

Português sobre o que deva ser considerado como agente ou como paciente correspondem aos casos ativo ou estativo das línguas gerais.

Dixon (1979) elaborou um código para se referir às funções sintáticas de línguas ergativas, em que ele classificou as línguas ativas:

- A – Sujeito de verbo transitivo
- Sa – Sujeito de verbo intransitivo ativo
- So – Sujeito de verbo intransitivo estativo
- O – objeto de verbo transitivo

Em uma língua nominativo-acusativo como o Português, as funções A, Sa e So são marcadas pelo mesmo caso nominativo em oposição à O (acusativo); em uma língua ativa, A e Sa são identificados pelo caso ativo, enquanto O e So são identificados pelo caso estativo.

Segundo Leite (2004), é possível identificar pelos dados da gramática de Anchieta (1990[1595]) que o Tupinambá era um típico representante de línguas ativas. Nessa língua, havia duas séries de marcadores utilizados para referência de pessoa, além de uma série de pronomes livres.

**Quadro XI: Marcadores de pessoa em Tupinambá**  
(adaptado de Reich 2003: 171)

	Marcadores		Pronomes Livres
	Série I	Série II	
1ª. pessoa singular	a-	xe-	ixé
2ª. pessoa singular	ere-	nde-	endé, jepé
1ª. pessoa inclusiva	îa-	îande-	iandé
1ª. pessoa exclusiva	oro-	oré-	oré
2ª. pessoa plural	pe-	pe	pee
3ª. pessoa	o-		

No Tupinambá, os marcadores de pessoa da série I (ativa) eram utilizados para identificar sujeito de verbo transitivo (A) e de verbo intransitivo ativo (Sa), enquanto os prefixos da série II (estativa) identificavam o sujeito de verbo intransitivo estativo (So) e o objeto de verbo transitivo (O):

- Série I – A, Sa;
- Série II – So, O.

Assim, a escolha entre o morfema ‘a-’ e o ‘xe-’ garantia a diferença entre o assassino e a vítima nos exemplos em (1), retirados de Reich (2003: 172):

- (1)
- a-jucâ (Pedro) – “eu mato Pedro”
- (Pedro) xe-jucâ – “Pedro me mata”.



Reich (2003), ao comparar o sistema do Tupinambá com dados de Nheengatú (séc. XX), interpreta que a língua geral falada atualmente na Amazônia parece ter perdido as características de sistema ativo-estativo, transformando-se em um sistema nominativo-acusativo. O autor mostra como exemplo que o verbo *maenduár*, registrado pelos autores do período colonial como estativo, *xemaenduár*, “eu me lembro”, ocorre em Nheengatú como *a-mãndu*. Os marcadores de pessoa da série estativa teriam sido limitados no Nheengatú à função de objeto de verbos de dois argumentos e ao papel de pronome possessivo, como mostram os exemplos (2a) e (2b) adaptados de Reich (2003: 175):

(2a)  
ixé **neraisu**<sup>35</sup>  
1ps. **2ps**.amar  
Eu te amo

(2b)  
**che** meriareru  
**1p.sg** neto  
meu neto

Reich (2003) argumenta ainda que a presença do verbo cópula *ikó* no Nheengatú (séc. XX) seria um indício de que a língua atual teria se transformado em um sistema nominativo-acusativo, uma vez que línguas ativas não possuem verbo cópula. De fato, esse verbo cópula não existia na língua do século XVI:

Os nomes conjugados como verbos incluem em si o verbo ser em duas significações, a saber, *ser* e *ter*. [...] Quanto à primeira significação *ser*, com substantivos e adjetivo se faz assim por exemplo, com *katú* bom: *xe katú* eu sou bom (Anchieta 1990[1595], Cap. XI, p. 46)

Se realmente houve uma passagem do sistema ativo-estativo para nominativo-acusativo entre o Tupinambá do século XVI e o Nheengatú do XXI, é razoável imaginar que já se pudessem flagrar estágios dessa mudança na Língua Geral Brasileira dos séculos XVIII e XIX. No intuito de verificar essa possível mudança, busquei identificar no *corpus*, a presença de marcadores de pessoa no registro dos verbos no DLGB<sub>XVIII</sub> e no GDVP<sub>XIX</sub> e ainda a presença de verbo cópula. O mesmo procedimento foi feito em relação aos dados do DV<sub>XVIII</sub>, com o intuito de perceber se o Tupi Austral mantinha o sistema ativo-estativo ou se também estava ocorrendo um processo de mudança.

---

<sup>35</sup> Segundo Reich (2003: 175) a forma ‘ne-’ deriva de ‘nde-’ (marcador de 2ª. pessoa do singular da série II)

Pretendeu-se com esta investigação, observar se havia uma oposição muito grande entre o sistema verbal da Língua Geral Brasílica e o do Tupi Austral, que justificasse a afirmação de Martius sobre a “grande volubilidade da linguagem dos antigos Tupis” (Martius 1969[1863]: XIII). Ou se, pelo contrário, apesar da distância geográfica entre as duas línguas e da separação no tempo, essas línguas mantinham estruturas semelhantes, o que sugeriria um caráter estável das línguas gerais de base Tupi-Guarani.

## 2. A representação das unidades lingüísticas da Língua Geral Brasílica

Nos dois materiais que registram a Língua Geral Brasílica, o DLGB<sub>XVIII</sub> e o GDVP<sub>XIX</sub>, há uma coincidência quanto à identificação dos marcadores de pessoa. Em ambos, percebe-se uma tendência a registrar os verbos ativos pela forma de base (sem morfemas pessoais); enquanto os verbos estativos ocorriam, em geral, na primeira pessoa do singular.

### (3a) ATIVO

çaron – *esperar, warten* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 45)  
expectare – çaron (GDVP<sub>XIX</sub>: 8)

### (3b) ESTATIVO

jepoi – *alimentar, sustentar, cervar, ernähren, unterhalten, mästen*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 58)  
volo, velle – je-putari (GDVP<sub>XIX</sub>:11)

Vejamos como esse sistema funcionava.

### 2.1 O regular e o arbitrário no registro dos marcadores de pessoa

Na Língua Geral Brasílica, os morfemas da série I (ativa) identificavam o argumento externo de verbos transitivos e de intransitivos ativos, A e Sa. O verbo *çauçub*, AMARE (amar) se comportava como transitivo e, portanto, aceitava morfemas da série ativa como argumento externo. Na documentação sobre o Tupi Austral, essa configuração morfossintática foi explicitada, pois o morfema ‘a-’, que indica a primeira pessoa da série ativa, foi registrado incorporado ao verbo:

### (4)

amar – *çauçub*, lieben (DV<sub>XVIII</sub>: 102)

Nos materiais sobre a Língua Geral Brasílica, editados e até modificados por Martius, os verbos de estrutura ativa foram registrados sem nenhum morfema de pessoa, como mostram os verbetes *çauçub* do DLGB<sub>XVIII</sub> e AMARE do GDVP<sub>XIX</sub>, reproduzidos abaixo:

- (5)  
 çauçúb – *amar, estimar, lieben, schätzen* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 46)  
 amare – çauçub (GDVP<sub>XIX</sub>: 7)

Essa forma verbal desprovida de morfema pessoal foi o padrão de registro do DLGB<sub>XVIII</sub> e do GDVP<sub>XIX</sub>. Em alguns casos, o DLGB<sub>XVIII</sub> escapa a essa sistematização, identificando formas ativas pelo morfema ‘o-’, marcador de terceira pessoa:

- (6)  
 kér – *dormir, schlafen*.  
 – aýba – *pesadêlo, Alp im Schlaf*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 61)  
 okér – *dormir, schlafen*.  
 – mirím mirím – *toscanejar, einschlummern*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 78)

Embora as traduções de *kér* e *okér* coincidam, como aliás era esperado porque são respectivamente a forma de base e a forma flexionada de um mesmo lexema, o editor do DLGB<sub>XVIII</sub> registra expressões diferentes para cada uma das formas. No verbete *kér*, registrou-se *kér aýba*, “pesadelo”, literalmente “o dormir mal”. No verbete *okér*, por sua vez, a expressão registrada foi *okér mirím mirím*, “toscanejar”<sup>36</sup>, literalmente “ele dorme pouco pouco”. A reduplicação, nesse caso, parece estar ligada à idéia de aspecto continuativo. O registro da forma (o-VERBO) constitui-se em uma das poucas exceções entre os registros do DLGB<sub>XVIII</sub>.

Ao contrário dos verbos ativos, os verbos, cujos sujeitos deveriam ser marcados pelo caso estativo, foram registrados em primeira pessoa do singular, sob a forma (je-VERBO). No quadro XII, são apresentados alguns exemplos comuns entre os dois materiais:

**Quadro XII: Comparação de registro de formas estativas no DLGB<sub>XVIII</sub> e no GDVP<sub>XIX</sub>**

Português	DLGB <sub>XVIII</sub>	Latim	GDVP <sub>XIX</sub>
subir, trepar	je-upyr	ascendo (-dere)	jeupír
fome, ter fome	j[e]mbaaçy	esurio, ire	jemaácy
brincar, jogar	jemoçarái	ludo, ere	jemoçarái
repetir, tornar, voltar, resolver o apostema	jeb'yr	vertere	jebyr
afadigar-se, affligir-se, desarranjar-se	jemocaneón	fatigari	jemocaneon

Martius, ao transcrever dados coletados entre os índios do Pará e editar o DLGB<sub>XVIII</sub>, preferiu não identificar a forma ativa pela incorporação do morfema de pessoa (série I). Apenas os verbos cujos sujeitos deviam ser marcados pelo caso estativo (série II), foram registrados pela forma em primeira pessoa do singular. O DLGB<sub>XVIII</sub> e o GDVP<sub>XIX</sub> diferem no que concerne à

<sup>36</sup> “[Do cruz. de pestanejar com toscó, ‘informe, rude’]. v. *int*. Cabecear com sono, abrindo e fechando os olhos repetidamente; cochilar” (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Aurélio Buarque de Holanda)

tradução dos vocábulos autóctones. Este traduz as formas (je-VERBO) por verbos latinos em primeira pessoa do singular do presente do indicativo e na forma infinitiva; aquele traduz os mesmos por uma série de verbos no infinitivo, tanto no Português quanto no Alemão:

(7)  
TRADUÇÃO  
infinitivo                                    **jeupír** – *subir, trepar*, aufsteigen, klettern. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 58)  
1pess.sg. + infinitivo ascendo (-dere) – **je-upyr** (ego: je) (GDVP<sub>XIX</sub>: 7)

Na minha interpretação, ao dispensar o morfema de pessoa no registro dos verbos ativos, Martius deixa implícito que sua utilização era considerada regular, regida pela gramática, cuja descrição mereceria um estudo “segundo os princípios da sciencia moderna” (Martius 1969[1863]: XVII). Em contrapartida, a decisão de identificar os verbos estativos, pela incorporação do morfema de primeira pessoa do singular *je-*, sugere que o uso dos marcadores da série estativa foi considerado como excepcional, o que implicou sua identificação no dicionário.

## 2.2 *Oicó / oicô: Um verbo cópula entre as construções ativas?*

Na proposta por Reich (2003: 172), o Nheengatú foi considerado como uma língua de sistema nominativo-acusativo, porque, entre outros fatores, apresentava verbo cópula, inexistente em Tupinambá. Rodrigues (1996) confirma que na passagem do Tupinambá para o Nheengatú, verbos locativos da língua antecedente passaram a exercer função de cópula, embora o autor não interprete esse dado como uma mudança tão profunda no sistema. Nesta pesquisa, observou-se se na Língua Geral Brasílica dos séculos XVIII e XIX, já havia a presença de verbo cópula.

No DLGB<sub>XVIII</sub> e no GDVP<sub>XIX</sub>, encontraram-se os verbetes para os verbos cópulas prototípicos do Português:

(8)  
oicó – *ser, estar, jazer, residir*, seyn, liegen wohnen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 76)  
sto, stare – oicô. (GDVP<sub>XIX</sub>: 11)  
sum, esse – oicô. (GDVP<sub>XIX</sub>: 11)

Cada exemplo em (9) foi analisado de acordo com os dados que se pode retirar dos próprios dicionários. Na primeira linha, efetuaram-se recortes morfossintáticos, seguidos pelas explicações sobre os constituintes. Na terceira linha, apresenta-se uma tradução literal:

(9a)  
çoryb – *alegre, lustig*.  
– oicó – *estar alegre, lustig seyn*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 47)

çoryb o-icó  
alegre 3ps.-cópula  
(ele) Está alegre

(9b) ceçápe catú oicó – *estar bem a vista*, gut sichtbar seyn. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 39)

ceçá-pe catú o-icó  
olho-locativo bem 3ps.-cópula  
(ele) Está bem no olho

(9c) amó rupi oicó – *estar fora de seu direito*, ausser seinem Rechte seyn. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 34)

amó rupi o-icó  
outro posposição (pelo) 3ps.-cópula  
(ele) Está pelo outro ~  
(ele) Está no lugar do outro

(9d) [jemoapeçýca] oicó – *estar satisfeito*, zufrieden seyn. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 56)

je-mo-apeçýca o-icó  
Refl.-causativo-deleitar 3ps.-cópula  
(ele) Está em deleite

(9e) [çobá] cý oicó – *estar triste*, traurig seyn. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 46)

çobá cý o-icó  
rosto, cara ? 3ps.-cópula  
[carrancudo, malencarado,  
soturno, tristonho, trambudo]  
(ele) Está tristonho...

Os dados em (9) refletem a complexidade de traduzir para a língua indígena expressões cada vez mais ligadas a um universo europeu e, por conseguinte, mais afastadas das relações próprias das comunidades autóctones. A passagem de *oicó* de um verbo pleno para um verbo cópula, desprovido de sua autonomia sintática e semântica, sugere um processo de ‘gramaticalização’. Castilho (1997) define esse fenômeno como um *continuum* em que vocábulos plenos, identificados por sua autonomia lexical, passam a exercer funções gramaticais, perdendo muitas das propriedades originais.

Çoryb *oicó*, “estar alegre” (9a) é um ótimo exemplo de que *oicó* estava funcionando na Língua Geral Brasílica do século XVIII como cópula, categoria que, segundo Anchieta (1990[1595]), não existia na língua falada no século XVI. Trata-se, portanto, de uma inovação, que deve ter ocorrido no século XVII, quando a Língua Geral Brasílica se expandiu pela bacia amazônica. Essa inovação permitiu a criação dos sintagmas entre (9a) e (9e).

Em (9d), entretanto, a interpretação de *jemoapecýca* como adjetivo, “satisfeito”, causa um certo estranhamento. Séki (2000a: 53 – 54), ao analisar o Kamaiurá (família Tupi-Guarani, ramo VII), propõe uma distinção entre ‘nome’ e ‘verbo’, levando em consideração a possibilidade de ocorrência dos elementos de uma classe com certos afixos. Para a autora, nomes, diferentemente de verbos, não podem receber morfemas causativos. Se utilizarmos esse critério também para a Língua Geral Brasília, *jemoapecýca* será interpretado como verbo, como aliás o próprio descritor do DLGB<sub>XVIII</sub> considerou, ao registrar o vocábulo isolado:

- (9d’)  
*jemoapecýca* – *deleitar-se*, sich ergötzen.  
 – *oicó* – *estar satisfeito*, zufriedenen seyn. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 56).

Uma das conseqüências da gramaticalização é a convivência de funções gramaticais distintas para um mesmo vocábulo em um mesmo recorte sincrônico (cf. Castilho 1997). Dessa forma, *oicó*, além de funcionar como cópula, podia manter, em outras construções, características de verbo pleno. A polissemia de *oicó* foi percebida pelo autor do DLGB<sub>XVIII</sub> que traduziu a expressão tanto por “ser, estar” quanto por “jazer, residir”. Em (10), reproduziu-se o verbete *oicó* para que o leitor pudesse apreciar as diversas construções em que o vocábulo foi registrado:

- (10)  
*oicó* – *ser, estar, jazer, residir*, seyn, liegen, wohnen.  
 – *aýba* – *estar mal*, sich übel befinden.  
 – *bebé* – *estar vivo*, lebendig sein.  
 – *catú* – *proceder bem*, gut handeln, gut fortkommen.  
 – *cecé* – *aplicar-se, pretender*, sich befleissigen, beanspruchen.  
 – *çoçópe* – *hospede*, Gast.  
 – *eté cecé* – *profiadamente*, mit Ernst, fleissig.  
 – *éte morauký recé* – *lidar*, mit Ernst sich bemühen, schaffen.  
 – *ninhé* – *habitar, assistir*, wohnen, anwohnen.  
 – *pecú* – *deter-se, entreter-se, tardar, durar*, sich auf- unter- halten; säumen; andauern.  
 – *tembém* – *haver mister, carecer, ter necessidade*, nöthig haben.  
 – *tenhé cecé oaráma* – *promptidão*, Schnelligkeit  
 (DLGB<sub>XVIII</sub>: 76)

Em algumas dessas expressões, *oicó* ocupa posição nuclear no sintagma — propriedade que define vocábulos plenos. É o caso de *oicó cecé*, “aplicar-se, pretender”, em que *oicó* é acompanhado da posposição *cecé*<sup>37</sup>.

<sup>37</sup>“ *cecé* – (praep. dativ.) – *á, ás, der, dem, denen*”. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 39)

O vocábulo *oicó* também foi registrado junto a outras expressões consideradas como verbais pelo DLGB<sub>XVIII</sub>, caso em que parece funcionar como ‘auxiliar’:

(11) [oicó] ninhé – *habitar, assistir, wohnen, anwohnen.*

o-icó	ninhé
3s.-auxiliar	actualmente, a cada passo, quotidianamente, de continuo, sempre; continuação; <b>frequentar</b> habitar, assistir

A gramaticalização é um processo dinâmico, em que as “formas vacilam entre palavras plenas de conteúdo e palavras esvaziadas, com funções gramaticais” (Castilho 1997: 27). Os registros da forma *oicó* no DLGB<sub>XVIII</sub> permitem que o linguísta atual levante a hipótese de que havia um fenômeno desse tipo ocorrendo na Língua Geral Brasileira, mas não é possível identificar com precisão a função e a carga semântica do vocábulo em cada uma das expressões.

Parece não haver consenso entre os linguístas atuais sobre a interpretação do vocábulo *ikó* em línguas Tupi-Guarani. Mônica Borges (2005), em comunicação sobre a sintaxe da língua Ava-Canoeiro (família Tupi-Guarani, subgrupo IV), identificou os verbos *ikó* e *eko*, funcionando como cópula, embora seu uso não seja considerado pelos seus informantes como obrigatório. O verbo *ikó*, no Ava-Canoeiro, também seria usado com o valor de “morar”, “criar [um animal]”. Séki (2000a: 70) analisa a forma *e-ko* do Kamaiurá como um verbo locativo, que funciona também como cópula e como auxiliar. Para Rodrigues (1996), a forma *ikó* deriva do verbo existencial – *ekó/-ikó*, “estar em movimento”, do Tupinambá.

No registro que efetuou no século XIX, Martius não atentou para as expressões formuladas com *oicô*, simplesmente traduziu o vocábulo como equivalente aos verbos cópula do latim:

(12)  
sto, stare – oicô. (GDVP<sub>XIX</sub>: 11)  
sum, esse – oicô (GDVP<sub>XIX</sub>: 11)

A análise da representação do sistema de marcação de caso nos dados da Língua Geral Brasileira dos séculos XVIII e XIX, registrados no DLGB<sub>XVIII</sub> e no GDVP<sub>XIX</sub>, sugere que essa língua possuía uma estrutura morfossintática complexa. Por um lado, ela tinha características do tipo nominativo-acusativo — a presença de verbo cópula *o-icó* e a predominância de verbos ativos —; por outro, ela mantinha a marcação do caso estativo em alguns verbos intransitivos, vistos como excepcionais pelos descritores. Essa dualidade do sistema pode ser entendida como

um primeiro passo para a transformação de um sistema ativo-estativo, como era o Tupinambá, para um sistema nominativo-acusativo, como Reich (2003) classifica o Nheengatú. A mudança estrutural ainda não havia ocorrido plenamente no início do século XIX e somente uma pesquisa de campo com falantes do Nheengatú (séc. XXI) permitirá que se verifique se realmente houve uma transformação tão profunda na língua geral<sup>38</sup>.

### 2.3 *Em busca de conceitos abstratos: fontes de inovação lexical*

Como vimos no capítulo III, um dos argumentos de Martius para incentivar a difusão da Língua Geral Brasileira, provinha da tese de que essa língua permitia a criação de palavras e expressões para designar conceitos abstratos. Muito difundida no século XIX, a idéia de que os índios não podiam expressar conceitos abstratos justificava a hierarquia estabelecida entre línguas européias e indígenas. A Língua Geral Brasileira, ao apresentar elementos que permitiam expressar abstrações, colocava-se, na visão do naturalista, acima das demais línguas indígenas brasileiras, embora ainda abaixo das línguas européias. Já na *Viagem pelo Brasil*, observa-se em Martius a preocupação de investigar a existência de vocábulos para designar ‘conceitos abstratos’:

Ocupámo-nos, durante horas, a obter dèsses filhos das selvas vocabulários das suas línguas, o que nos proporcionou ocasião para verificar a extrema variabilidade e imprecisão das mesmas. **Conceitos abstratos, êles sòmente nos-los significavam de modo incerto e duvidoso, e continuamente saíam da dificuldade, dando terminação indígena às palavras portuguesas.** Como a maioria dos idiomas indígenas, as línguas dos cariris e dos sabujás não têm um termo para designar “amigo”, razão por que só se podem servir da palavra “camarada”; e quanto essa particularidade bem caracteriza a natureza dessa gente! Êsses embaraços da própria língua e a necessidade de se servirem do português assinalam de sobra quanto estas pequenas tribus já perderam de sua independência. (Spix & Martius 1938[1824], v.2, 267, ênfase acrescentada)

Para mostrar a superioridade da Língua Geral Brasileira em relação às demais (exemplificada acima pelo Kiriri), o naturalista chegou a postular uma hipótese sobre os mecanismos utilizados pela língua geral para o ‘enriquecimento’ vocabular, como ele chamava as inovações lingüísticas decorrentes do contato com os missionários:

Worte, die für den Verkehr nöthig waren, aber fehlten, wurden durch [1] **portugiesiche** ersetzt, welche man nach dem Genius der Indianersprache umwandelte. Dem Bedürfnisse der Katechetisation wurde durch [2] **Zusammensetzung** und [3] **Neubildung von Phrasen** [4] **und Worten** Rechnung getragen.

---

<sup>38</sup> A análise de Reich (2003) foi baseada em dados coletados entre 1890 e 1993 por diversos autores.



[Palavras que se precisava para a interação então foram [1] **substituídas por portuguesas**, as quais se mudavam segundo o gênio da língua indígena. Para as necessidades da catequização, usou-se [2] **palavras compostas** e [3] **formou-se novas frases** [4] **e palavras.**] (Martius 1863: 25, tradução de Bachmann, ênfases acrescentadas)

Esses processos não foram explicados por Martius, nem foram oferecidos exemplos, a não ser para os empréstimos portugueses, identificados por (port.) no DLGB<sub>XVIII</sub> (cf. Anexo III, lista de empréstimos portugueses com análise sucinta). Nos demais processos, o uso dos morfemas de caso estativo e o uso de *oicó* foram determinantes para a criação de novos sentidos.

### 2.3.1 O Jogo com os Marcadores de Pessoa

No DLGB<sub>XVIII</sub>, o morfema ‘*je-*’ foi adequadamente compreendido como uma estratégia para transformar verbos ativos em reflexivos:

(13) MEÉNG X JEMEÉNG

jemeéng – *dar-se, entregar-se, sich hin – übergeben.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 56)

meéng – *dar, conceder, geben, gestatten.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 63)

Em (13), o morfema ‘*je-*’ transforma o verbo de estrutura ativa *meéng* “dar” em reflexivo, ou seja, um verbo que pede dois argumentos passa a pedir apenas um. Essa transformação sintática tem uma contraparte semântica, enquanto *meéng*, “dar, conceder” descreve um evento objetivo, *jemeéng* “dar-se, entregar-se” contem um componente mais abstrato, ligado à idéia de caridade. Para a cultura judaico-cristã, a maior das virtudes é a caridade (Coríntios 13), que consiste em se dispor a servir sem esperar nada em troca — o que convinha muito aos missionários na catequização dos autóctones.

Em (14), o mesmo processo evidencia esse caráter mais abstrato que se incorpora ao vocábulo indígena pela transformação de verbo de estrutura ativa para reflexivo:

(14) JUCÁ X JEJUCÁ

jucá (ajuca) – *matar, tödten.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 59)

jejucá – *consumir-se, sich abzehren.* (DLGB<sub>XVIII</sub>: 56)

A marcação do ‘*a-*’ em *ajuca* parece enfatizar a necessidade de usar o marcador da série ativa para não confundir com o sentido de *jejucá*. A interpretação de *jejucá* como “consumir-se” é bem mais abstrata do que a feita por Anchieta (1990[1595], Cap. V, p. 11), para quem *ixé xe juká* devia ser traduzido por “a mim me matam”. Na descrição do missionário quinhentista, o ‘pronomes’ *xe* era somente objeto de *juká*, enquanto na proposta do DLGB<sub>XVIII</sub>, o *je* foi entendido como exercendo a dupla função de sujeito e de objeto, própria dos reflexivos. No GDVP<sub>XIX</sub>,

registrado por Martius no século XIX, o verbo OCCIDO (1ª. pess. sg., matar) também ocorre nas duas formas, mas o registro não permite inferir como o naturalista compreendia o vocábulo *jejucá*:

(15)  
occido, ere – jejucá, juca (GDVP<sub>XIX</sub>: 09)

Além dos vocábulos variarem de significado pela incorporação do marcador de pessoa (estativo), no DLGB<sub>XVIII</sub> também foi usada a estratégia de combiná-los com o morfema causativo ‘*mo-*’, de modo a registrar até quatro possíveis combinações como ocorre com os derivados de *caneón*:

(16) CANEÓN X JECANEÓN X MOCANEÓN X JEMOCANEÓN  
caneón – *atribular-se, sich ängstigen*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 37)  
jecaneón – *atribular-se, sich ängstigen*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 55)  
mocaneón – *afadigar, affligir, atribular, desarranjar, estufar, ermüden, betrüben, quälen, auseinander bringen, in Schweiß versetzen*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 66)  
jemocaneón – *afadigar-se, affligir-se, desarranjar-se, sich ermüden, sich betrüben, in Unordnung kommen*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 56)

Entre a forma de base, *caneón*, e a forma reflexiva, *jecaneón*, em que ocorre o morfema reflexivo, não se registrou nenhuma diferença, uma vez que ambos são traduzidos por “atribular-se”<sup>39</sup>. Nas formas registradas com o morfema causativo, ‘*mo-*’, foi estabelecida uma distinção: *mocaneón* corresponde aos verbos “afadigar, affligir, atribular, desarranjar, estufar” do Português; e em *jemocaneón*, a tradução ocorre pela forma reflexiva dos mesmos verbos: “afadigar-se, affligir-se, desarranjar-se”.

No GDVP<sub>XIX</sub>, Martius traduziu *jemocaneon* por FATIGARI (infinitivo presente passivo do verbo FATIGO), apesar de ter afirmado anteriormente que a Língua Geral Brasílica não possuía passiva (Martius 1969[1863]: 28):

(17)  
‘*mo-*’        *fatigare* – *mocaneon* (GDVP<sub>XIX</sub>: 08)  
‘*je-mo-*’    *fatigari* – *jemocaneon* (GDVP<sub>XIX</sub>: 08)

Mesmo não possuindo um referencial teórico que desse conta da diferença entre *mocaneon* e *jemocaneon*, Martius, em sua prática descritiva, mostrou que a ausência *versus* presença do prefixo ‘*je-*’ estava ligada ao entendimento do sujeito como paciente. É possível que o naturalista não tenha reconhecido em *jemocaneon* uma construção passiva propriamente dita, mas a analogia

---

<sup>39</sup> Para o Prof. Waldemar Ferreira Netto, em conversa informal, parece não haver mesmo diferença entre *caneón* e *jecaneón*, como não há no português entre “ele cansou” e “ele se cansou” (2005).

com FATIGARI permitiu que comunicasse ao leitor, falante de línguas indo-européias, que o sujeito deveria ser entendido como aquele que sofre a ação de *ser fatigado*.

Também se verificou o registro de várias formas para o item lexical *mombeú*:

- (18)
- |                 |  |
|-----------------|--|
|                 | <i>mombeú</i> – <i>dizer, referir, relatar</i> , sagen, erzählen DLGB <sub>XVIII</sub> : 69) |
| <b>‘je-’</b>    | <b>jemombeú</b> – <i>confessar-se</i> , beichten. (DLGB <sub>XVIII</sub> : 57)               |
| <b>‘mo-je-’</b> | <b>mojemombeú</b> – <i>confessar</i> , beichten. (DLGB <sub>XVIII</sub> : 68)                |

A princípio, as traduções de *jemombeú* e *mojemombéu* para o Português e para o Alemão parecem mostrar que não foi percebida uma diferença significativa entre os dois vocábulos. Entretanto, na Língua Geral Brasílica parece que havia uma distinção. Em *jemombéu*, temos uma forma reflexiva ‘*je-*’ e *mombéu*, “narrar”, de modo que a tradução literal seria “narrar a si próprio”. Em *mojemombeú*, o causativo ‘*mo-*’ deixa implícita a obrigatoriedade da confissão: “alguém me faz narrar”.

### 2.3.2 As Expressões Jesuíticas

O ápice do processo de criação vocabular seria o que Martius considerou como invenção de expressões pelos missionários, identificado pelo o símbolo (†), como o exemplo em (19)

- (19)
- epyá* – *coração*, das Herz.  
 [...]
   
 – *rojebir* – *penitencia*, Reue.  
 – – *oáne oicó †* – *estar compungido*, Gewissensbisse haben. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 48)

No verbete acima, são registradas as expressões *epyá rojebir* e *epyá rojebir oáne oicó*, marcada como criação dos missionários (†). É preciso de nossa parte realizar um exercício de abstração para reconstruir, mesmo que de forma hipotética, o processo de criação de *epyá rojebir oáne oicó*:

<b>Etapa 1: epyá rojebir – penitência.</b>					
<i>epyá</i>	+	r-o- <i>rojebir</i>		=	<i>epyá rojebir</i>
<i>coração</i>		relacional-3s.-repetir			“penitência”
<b>Etapa 2: epyá rojebir oáne oicó † – estar compungido</b>					
<i>epyá rojebir</i>	+	<i>oáne</i>	<i>o-icó</i>	=	<i>epyá rojebir oáne oicó</i>
<i>penitência</i>		<i>já</i>	3s.-cópula		[o que já está penitente]

Na Etapa 1, a forma nominal *epyá*, “coração”, se junta por meio do relacional ‘r-’ a *ojebir*, (o-jebyr), vocábulo registrado no DLGB<sub>XVIII</sub> como:

jebyr – *repetir, tornar, voltar, resolver o apostema*, wiederholen, wieder – um – kehren;  
vom Geschwür: sich zertheilen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 55)

O sentido de “penitência” atribuído à expressão *epyá rojebir* causa estranhamento, se levarmos em conta que em línguas da família Tupi-Guarani atual, a expressão é compreendida como “vômito” / “refluxo das entranhas”<sup>40</sup>. Bem diferente da idéia de “penitência”, que seria uma abstração em que *epyá* abandona seu sentido biológico (coração – órgão do sistema circulatório) e passa a designar o centro metafórico dos sentimentos. Só pela acepção denotativa de “coração”, pode-se entender a tradução de *epyá rojebir* por “penitência”, ou seja, aquilo que sempre volta ao coração. Dada essa primeira alteração semântica, *epyá rojebir* torna-se constituinte de *epyá rojebir oáne oicó* (etapa 2), criando uma expressão para explicar aos indígenas e demais falantes da Língua Geral Brasília, a necessidade de se arrependem dos pecados — “estar compungido”. Gimenes (2005: 139), ao analisar gramáticas e dicionários do Tupinambá e do Guarani dos séculos XVI e XVII, observou que “as traduções têm orientação concretizante, com sentido material, literal e visual forte”. A mesma tendência parece ter sido seguida na expressão *epyá rojebir oáne oicó*.

Acredito que a formação da expressão *epyá rojebir oáne oicó* serve como exemplo do que Martius chamou de *Neubildung von Phrasen*, criação de novas expressões. O mesmo mecanismo pode ser observado na formação de *mombeú tupána nheénga* para explicar o conceito inerente ao verbo “evangelizar” do Português.

(20)

mombeú – *dizer, referir, relatar*, sagen, erzählen [...]

– tupána nheénga † – *evangelizar*, das Evangelium predigen. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 69)

A tradução de *mombeú tupána nheénga* (†) por um único item lexical “evangelizar” adequava-se à tese de Martius de que, enquanto nas línguas européias seria possível designar conceitos abstratos com apenas um vocábulo; nas línguas indígenas, seria preciso combinar vocábulos, em virtude de uma suposta ‘escacez infantil’ do vocabulário indígena. Entretanto, a tradução mais adequada para expressão *mombeú tupána nheénga* seria “narrar a palavra de Deus”,

---

<sup>40</sup> Agradeço ao Prof. Dr. Waldemar Ferreira Netto pela informação.

o que evidencia que as duas línguas usam, muitas vezes, expressões analíticas para designar conceitos abstratos.

Apenas a título de curiosidade, *tupána nheénga* (†) também foi registrada no verbete *tupán*, *tupána*, como “evangelho”, embora a tradução mais apropriada seria “palavra de Deus”.

(21)

tupán, tupána – *Deos, hostia consagrada*; trovão, Gott, geweihte Hostie; Donner. [...] – nheénga † – *evangelho, Evangelium*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 91)

É possível que *tupána nheénga* (†) exemplificasse o que Martius considerou como *Zusammensetzung* (composição).

### 3. A Representação das unidades lingüísticas do Tupi Austral

#### 3.1 O regular e o arbitrário no registro dos marcadores de pessoa

O DV<sub>XVIII</sub> constitui-se de uma lista de 971 verbos em Português, traduzidos para o Tupi Austral. Essas traduções foram feitas, em geral, por uma forma desprovida de referência de pessoa, como nos exemplos em (22):

(22)

parir – *moncem táyúra*, gebären. (DV<sub>XVIII</sub>: 115)  
beber – *cayg, cay*, trinken. (DV<sub>XVIII</sub>: 104)

Em outros casos, a expressão verbal em Tupi Austral recebeu o morfema pessoal ativo ‘a-’, embora as versões em Português e em Alemão se mantivessem no infinitivo:

(23)

comer – *áú*, essen. (DV<sub>XVIII</sub>: 104)  
alegrar – *anborora*, erheitern. (DV<sub>XVIII</sub>: 102)

Alguns vocábulos foram registrados nas duas formas, com e sem o morfema pessoal. Em expressões, no entanto, a identificação da marca de pessoa (‘a-’, ‘o-’ ou ‘je-’) é constante:

(24a) CÔ X ACÔ

ir – *cô, acô*, gehen. (DV<sub>XVIII</sub>: 113)  
partir (ir-se) – *acô*, davon gehen. (DV<sub>XVIII</sub>: 115)

(24b) NHEENG X ANHEENG

fallar – *nhêén*, sprechen. (DV<sub>XVIII</sub>: 111)  
dizer – *nheeng*, sagen. (DV<sub>XVIII</sub>: 109)  
blasfemar – *anheemg-ay-tupa recé*, lästern, (*falar mal de Deos*, sprechen schlecht von Gott (DV<sub>XVIII</sub>: 104)

A expressão *anheemg-ay-tupa recé*, provavelmente uma inovação resultante do contato com a cultura européia, é formada pelo verbo *nheeng* na primeira pessoa em composição com outros vocábulos da língua, como apresentado abaixo:

(25)

anheemg-ay-tupa recé				
a	nheemg	ay(ba)	tupa	recé
1p.sg (ativo)	falar	mal	Deus	posição
[falo mal de Deus] = BLASFEMAR				

Embora a expressão tenha sido registrada na primeira pessoa do singular, o autor do DV<sub>XVIII</sub> optou por traduzi-la pelo infinitivo: “falar mal de Deos”. A partir dessa tradução para o Português, que ignora o morfema de pessoa, Martius fez a tradução para o Alemão, também no infinitivo: “*sprechen schlecht von Gott*”.

Além das formas ativas em primeira pessoa do singular, o DV<sub>XVIII</sub> registra formas com o morfema ‘o-’, marcador de terceira pessoa (ativo), como ocorre nas expressões registradas junto ao verbete “puxar”: *ocicúí*, “puxar” e *ô’bôcecúie*, “puxar pela voz”. Além das formas com o morfema ‘o-’, o dicionarista também registrou expressões em primeira pessoa do singular (ativo):

(26)

‘o-’	puxar – <i>ocicúí</i> , stossen, reissen.
‘a-’	– para si – <i>acecúí chébo</i> , na sich ziehen.
‘a-’	– pela espada – <i>acecúí guasú</i> , den Degen ziehen.
‘o-’	– pela voz – <i>ô’bôcecúí</i> , die Stimme anstrengen. (DV <sub>XVIII</sub> : 120)

Em alguns casos, o registro dos morfemas de pessoa parece contribuir para criar oposições semânticas na língua indígena que de fato não existiam. Em (27), o mesmo vocábulo *meen*, com pequenas alterações de grafia, corresponde a “dar” ou a “offerecer”, conforme se acrescenta ou não o morfema ‘o-’. Também é registrado com o morfema de primeira pessoa (ativo) ‘a-’ como “sacrificar”:

(27)

	dar – <i>meen</i> , geben. (DV <sub>XVIII</sub> : 106)
‘o-’	offerecer – <i>ômêem</i> , darbieten. (DV <sub>XVIII</sub> : 114)
‘a-’	sacrificar – <i>ameein xipuâ tupan</i> . opfern, ( <i>dar o coração a deos</i> , geben Gott das Herz). (DV <sub>XVIII</sub> : 120)

A expressão *ameein xipuâ tupan* pode ser uma expressão criada pelos missionários para explicar o conceito “sacrificar”, entretanto, no DV<sub>XVIII</sub>, Martius não fez nenhuma marcação, como

as feitas no DLGB<sub>XVIII</sub>, em que os vocábulos e expressões usadas na catequese foram identificados pelo símbolo (†).

a-meein	xi-puâ	tupan
1p.sg (ativo)-dar	1p.sg.poss. – coração	Deus
Eu dou meu coração (para) Deus.		

O registro de um mesmo vocábulo do Tupi Austral em diversas entradas lexicais do Português pode indicar também processos polissêmicos na língua indígena. Veja o que acontece com o item lexical *icovê*:

(28)

haver – <i>icôvé</i> , haben (DV <sub>XVIII</sub> : 112)
‘a-’           viver – <i>aicovê</i> , leben (DV <sub>XVIII</sub> : 122)
‘o-’           residir – <i>ôicôvé qui</i> , wohnen, sich aufhalten. (DV <sub>XVIII</sub> : 119)

Note que para um mesmo item lexical *icôvé*, foram registradas três formas. A primeira, *icôvé*, traduzida por “haver”, é a forma de base<sup>41</sup>. A segunda, *aicovê*, deve ser segmentada como *a-icovê* (1ª. pess. sg. (A), *icovê*), registrada como “viver”. O mesmo raciocínio deve ser mantido na interpretação morfossintática de *o-icove* (3ª. pess. sg. (A), *icovê*), registrado como “residir”. A forma *qui*, provavelmente derivada do Português “aqui”, funcionava como um locativo, embora o DV<sub>XVIII</sub> não dê informações suficientes sobre o vocábulo. No quadro abaixo se resume essa análise:

a-	icôve
1p.sg. (A, Sa)	
ô-	verbo
3p.sg. (A, Sa)	

Em (28), parece que estamos novamente diante de um problema de tradução. As três possibilidades de interpretação registradas pelo DV<sub>XVIII</sub> — “haver”, “viver” e “residir” — deviam conviver no Tupi Austral, refletindo um processo comum nas línguas do mundo em que o significado básico de um vocábulo permite a construção metafórica de novos sentidos derivados, geralmente do concreto para o abstrato (cf. Castilho 1997). Em Português, “haver”, “viver” e “residir” tem em comum uma carga semântica de verbo existencial, variando o grau de abstração (residir > viver > haver). No Tupi Austral, o recorte da ‘substância do conteúdo’ é naturalmente

---

<sup>41</sup> Embora seja possível, pelo menos hipoteticamente, uma segmentação do tipo \*i-cove, \*o-i-cove, \*a-i-cove, não há dados nos documentos que atestem o funcionamento de ‘i’ como morfema, de modo que o item lexical deve ser interpretado como *icove*.

diferente daquele efetuado no Português, de modo que é possível que *icove* recobrisse o que na língua européia se faz com três verbos. Ao registrar essa diferença entre as línguas, o descritor do DV<sub>XVIII</sub> ora usa “residir”, ora “viver”, ora “haver” — como fazemos ao verter o vocábulo “carneiro” para o inglês, *mutton* ou *sheep*.

De fato, parece que qualquer uma das traduções — “O passarinho reside em cima da árvore”<sup>42</sup>, “O passarinho vive em cima da árvore”, e “Há um passarinho em cima da árvore” — seria adequada para a oração abaixo:

(29)

pouzar em alguma arvore, fallando de aves – *gúrá mirim oycôvé uvá, têco*, sitzen: von einem Vogel auf dem Baum, (*o passarinho esta em cima d’arvore*, der Vogel ist oben im Baum). (DV<sub>XVIII</sub>: 116)

O item lexical *oycôvé*, “residir”, talvez seja etimologicamente relacionado ao vocábulo *ôycô*, traduzido no DV<sub>XVIII</sub> por “morar” e cognato à forma interpretada nos materiais sobre a Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX) como verbo cópula, além de ser cognato ao vocábulo *iko* do Ava-Canoeiro, utilizado tanto como verbo “morar” quanto como cópula. Embora não tenhamos elementos para comprovar esta hipótese, é possível que *oycôvé* seja uma derivação etimológica de *\*oyco-pe*, “estar em”. As formas *oycô / oycové* (DV<sub>XVIII</sub>) e *oycô / oycôbé* (DLGB<sub>XVIII</sub>) são registradas como itens lexicais diferentes.

### 3.2 *Ôycô e Oím: Formas concorrentes para a função de cópula*

Para verificar se no Tupi Austral, *ôycô* também funcionava como cópula, levantei e analisei, outros contextos em que o vocábulo aparecia:

(30a) contemplar – *cheánga oicó mamu*, betrachten, (*meu sentido anda virado*, mein Sinn geht hin und her) (DV<sub>XVIII</sub>: 105)

che-ánga	o-icó	mamu
1p. sg. poss. – sentido/alma	3sg.–cópula	? (virar)
	? Meu sentido está virado	
	“meu sentido anda virado”	

(30b)

contentar – *xipuarepe oicó*, befriedigen, (*de meu coração está*, es steht nach meinem Herzen) (DV<sub>XVIII</sub>: 105)

xi-pua-r-e-pe	o-icó
1p.sg. poss.– coração – relacional – e– posp. (locativo)	3sg.–cópula

<sup>42</sup> A tradução “O passarinho reside em cima da árvore” parece estranha, porque em Português este verbo parece exigir Sujeito [+humano]





Valéria Faria Cardoso (2005) em comunicação sobre a morfossintaxe nominal do Kaiowá, uma língua Guarani falada em Dourados – MS, interpretou *ĩ* como cópula. No dicionário Guarani-Português e Português-Guarani, compilado por Roberto Dooley (1998), sobre o Mbyá-Guarani, *im*, é classificado como um (1) verbo transitivo, cujo significado seria “estar localizado (em certo lugar)”, “estar sentado”, “investir-se (num cargo)”, “apossar-se”, ou (2) como verbo intransitivo, traduzido por “acontecer”, “caber”, “ficar”. Trata-se, portanto, de um vocábulo comum a línguas Guarani faladas no Brasil.

Embora no verbete “estar” só conste o vocábulo *oím*, os exemplos (27) e (29) sugerem que *ôycô* e *oím* funcionavam como cópula. Confirma-se a intuição de Martius de que o Tupi Austral compartilhava com o Guarani algumas características, inexistentes na Língua Geral Brasílica, o que, de forma alguma, resultava em uma ‘geringonça corrompida’ como propôs o naturalista.

O uso de *ôycô* e *oím* não era obrigatório, demonstrando que sua introdução não significava necessariamente que as construções estativas tivessem sido banidas do Tupi Austral:

(33a)  
desconfiar – *che yaí*, misstrauen, (*eu estou desconfiado*, ich bin misstrausisch) (DV<sub>XVIII</sub>: 107)

che	yaí
1p.sg. (estativo)	?

(33b)  
soffrer – *puá púca*, leiden, Kummer haben, (*coração está oprimido*, Herz ist gedrückt) (DV<sub>XVIII</sub>: 121)

puá	pucá
coração	?

Nos exemplos acima, não foi possível reconstruir a expressão completamente, porque o DV<sub>XVIII</sub> não registra “desconfiado” e “oprimido” como entradas lexicais. As formas verbais correspondentes, “confiar” e “oprimir”, não parecem estar relacionadas aos vocábulos *yaí* e *pucá*:

confiar – *asaron*, stärken. (DV<sub>XVIII</sub>: 105)  
oprimir – *xurúbique*, unterdrücken. (DV<sub>XVIII</sub>: 114).

Em (33a), temos uma expressão típica de línguas ativas. Os vocábulos *yaí* e *pucá* podem ser interpretados como verbos intransitivos que regem a forma estativa, o que Séki (2000a: 68) chamou de verbo ‘descritivo’.

Observei também se (e como) foram registrados morfemas de marcação de caso estativo. Em (34), são apresentadas expressões diferentes em Tupi Austral para o conceito básico de OSTENDERE (mostrar):

- (34)  
 ‘xe-’ apontar com o dedo – *xecoveem*, mit dem Finger zeigen (DV<sub>XVIII</sub>: 102)  
 indicar – *côvêém*, anzeigen. (DV<sub>XVIII</sub>: 112)  
 ‘cê-’ mostrar – *cêcôvêém*, zeigen (DV<sub>XVIII</sub>: 114)

A análise comutativa, opondo *côvêém* a *cêcôvêém* e a *xecoveem*, permitiu reconhecer o morfema ‘xe-’, grafado também como ‘cê-’. Este morfema podia funcionar como possessivo como ocorre em (30b) e (32a), reproduzidos abaixo para facilitar a leitura, como (35a) e (35b), respectivamente:

- (35a)  
 contentar – *xipuarepe oicó*, befriedigen, (*de meu coração está*, es steht nach meinem Herzen) (DV<sub>XVIII</sub>: 105)

<b>xi-pua-r-e-pe</b> 1sg. poss.– coração – relacional – e– posp. (locativo) de meu coração está	<b>o-icó</b> 3sg. - cópula
---	-------------------------------

- (35b)  
 apoderar-se – *oin xe pope*, sich bemächtigen, (*esta nas minhas mãos*, es ist in meinen Händen). (DV<sub>XVIII</sub>: 102)

<b>o-in</b> 3sg.-cópula	<b>xe</b> minha	<b>pope</b> mão esta nas minhas mãos = <b>APODERAR-SE</b>
----------------------------	--------------------	--

O morfema ‘xe-’ não tinha apenas a função de possessivo, permitia também marcar o papel do sujeito como paciente. O verbo “chamar”, *cenôin*, de estrutura ativa *acenoï* em sua realização não-marcada, foi registrado como *chêrenôin* na expressão registrada como “testemunhar”. A comparação entre os verbetes “chamar” e “testemunhar” ilustra a possibilidade do verbo *cenôin* ser realizado de forma ativa ou estativa:

- (36)  
 ATIVO chamar – *cenôin, acenoï*, rufen. (DV<sub>XVIII</sub>: 104)  
 ESTATIVO testemunhar – *chêrenôin bonhêenga*, bezeugen, (chamar para fallar, rufen um zu reden) (DV<sub>XVIII</sub>: 121)

A expressão *chêrenôin bonhêenga* pode ser decomposta da seguinte maneira:

<b>chêrenôin</b> 1sg. (O) –relacional–chamar chamar-me para fallar / “chamar para fallar” = TESTEMUNHAR	<b>bonhêenga</b> bo-nhêenga causativo–fallar
--	--

Não se trata de uma passiva, mas de uma construção própria de línguas do tipo ativo-estativo. Enquanto em *acenoï*, literalmente “eu chamo”, o sujeito de primeira pessoa tem um papel agentivo; em *chêrenôin bonhêenga*, “testemunhar”, ‘*che*’ funciona como objeto.

A documentação do Tupi Austral por um autor anônimo no século XVIII revela a complexidade de um sistema ativo-estativo perante os olhos de um falante do Português. Por um lado, conviviam duas formas, *oicô* e *oím*, que foram interpretadas como cópula, embora apenas a segunda tenha sido traduzida como “estar”. Por outro lado, as construções estativas continuavam produtivas.

## CAPÍTULO VI

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oriundo de uma tradição de pesquisa que entendia a língua como reflexo do grau de evolução biológica e social de um povo, Karl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868) acreditava que a Língua Geral Brasileira poderia contribuir para transformar os povos autóctones do Brasil em trabalhadores rurais e em bons cristãos. Por isso propôs na “Advertencia aos Philanthropos brasileiros que lerem este livro [*Glossaria Linguarum Brasiliensium*]” (Martius 1969[1863]: IX - XVIII), dirigida principalmente aos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, propôs uma política lingüística que previa “a difusão da lingua geral Brazilica entre todos os Indios”.

Tratava-se de uma maneira de resgatar o trabalho feito pelos missionários jesuítas, que, até meados do século XVIII, incentivaram o uso da Língua Geral Brasileira como forma de minimizar a diversidade lingüística das colônias portuguesas. Para Martius, o ‘bem intencionado reformador’ Marquês de Pombal (1699 – 1760) teria cometido um erro ao expulsar os jesuítas em 1757, interrompendo com essa medida o ‘processo civilizatório’, iniciado pelos missionários. Ao cientista-filantropo do século XIX, cabia preencher essa lacuna pelo estudo do ‘Tupi’, tanto em seus aspectos gramaticais quanto pela coleta de vocabulário. O mais importante, porém, era que se promovesse um ‘augmento no grau de civilização’ dos autóctones por meio da criação de “centros de instrução e industria”, em que se deveria ensinar a Língua Geral Brasileira.

O leitor contemporâneo talvez se questione sobre a razão de utilizar a Língua Geral Brasileira como meio de comunicação supra-étnica e não o Português. A resposta do naturalista tinha um caráter biológico:

Pois em quanto a experiencia demonstra que estes selvagens oppoem ao influxo das linguas europeas toda a indolencia refractaria do seu carater, os sucessos dos antigos fundadores da lingua geral Brazilica provam o valor de um expediente adequado ao genio dos Indios. É verdade que alguns destes obedecem com presteza às ordens, que lhes forão dadas em portuguez, mas nunca penetram na verdadeira intelligencia desta lingua, não apprendem falla-la correctamente e com facilidade, e, forçallos a pensar nesta lingua seria o mesmo, que forçallos a tomar um natural alheio desfazendo-se do seu proprio. (Martius 1969[1863]: XVIII).

Para Martius, a Língua Geral Brasílica era passível de ser aprendida por todos os grupos indígenas, porque o ‘gênio’ dessa língua era compatível com a inteligência dos autóctones. Por sua vez, as línguas européias — consideradas como topo da escala evolutiva — deviam representar para os índios um esforço muito grande de decodificação. Como homens acostumados ao ‘monossilabismo’ poderiam aprender línguas flexionais? O naturalista ficaria surpreso se soubesse que no século XXI, Manaus e outras cidades da região reúnem uma grande população descendente de índios que fala Português como língua materna e que isso é possível sem que tenha havido nenhuma mutação drástica na constituição genética de cada um de seus habitantes.

A política de difusão da Língua Geral Brasílica implicava no abandono das ‘outras’ línguas faladas no Brasil que, embora tenham sido classificadas por Martius em Gês, Goyatacas, Cren ou Gueren, Guck ou Coco e em ‘gentis de afinidade incerta’, eram mantidas em separado daquelas que provinham do chamado ‘Tupi’. Assim, se, por um lado, é válido reconhecer em Martius o primeiro a tentar classificar os povos considerados no período colonial como ‘tapuias’; por outro, não se pode deixar de notar que ele manteve a distinção entre tupis e tapuias, privilegiando o primeiro grupo. A preferência pelo Tupi, considerada como uma ‘tupimania’, foi duramente criticada pelo o grupo de etnógrafos que sucedeu Martius nos estudos sobre as línguas indígenas brasileiras — entre os quais podemos citar Conde Ermano Stradelli (1852 – 1926), Karl von den Steinen (1855 – 1929), Paul Ehrenreich (1855 – 1914), Theodor Koch-Grünberg (1872 – 1924) e Paul Rivet (1876 – 1958) (cf. Sampaio 1855; Christino e Cruz 2004).

Uma das concepções de Martius mais criticadas por esses estudiosos foi a idéia de que uma horda de ladrões teria se originado do cruzamento entre um grupo lendário, chamado de ‘Tupi’, e os povos considerados como de ‘cultura inferior’ — Goyatacas, Gês, etc. A essa ‘*colluvies gentium*’ corresponderia uma mistura de linguajares, sem uma gramática definida, chamada por Martius de *Rothwälsch*, em alusão ao Romani falado nos territórios germânicos. Como vimos no capítulo III, o termo *Rothwälsch* servia para caracterizar os ‘dialetos do Tupi’, que teriam surgido da degenerescência de uma língua flexional, extinta há milhares de anos por uma catástrofe natural. Esse Tupi mítico, cujas raízes se encontrariam junto aos Incas, assegurava ao Império do Brasil uma história heróica e, conseqüentemente, um futuro como potência hegemônica na América do Sul.

Um dos idiomas considerados como *Rothwälsch* foi o Tupi Austral — língua considerada atualmente como muito próxima à Língua Geral Brasileira. O naturalista desprezava essa língua porque a considerava como uma mistura de elementos do Português, do Guarani e do Espanhol.

Sobre a interferência do Português no Tupi Austral e não na Língua Geral Brasileira, supostamente mais pura, nota-se uma certa contradição de Martius. Ao editar o *Diccionario da Lingua Geral Brasileira* (DLGB<sub>XVIII</sub>), Martius identificou 60 empréstimos do Português. Mesmo levando em consideração que na maioria dos casos houve certa adaptação fonológica, não se pode dizer que a Língua Geral Brasileira era mais pura (“*der reineren Lingua geral*”) que o Tupi Austral (cf. Anexo III).

Acredito que a afirmação de Martius sobre a maior influência do Português no Tupi Austral, tenha resultado do critério de notação utilizado no *Dicionário de Verbos: português, tupi-austral e alemão* (DV<sub>XVIII</sub>), mais próximo à grafia da Língua Portuguesa. Nesse material, a grafia da oclusiva dorsal /k/, por exemplo, é <qu> e a da vogal /y/ é um <u> acentuado. No quadro abaixo se sistematiza os critérios de notação dos três materiais, conforme análise exposta no capítulo IV desta dissertação:

**Quadro XIII: Síntese do Modo de Notação do Glossário do Dialeto Vulgar do Pará, no Dicionário da Língua Geral Brasileira e no Dicionário de Verbos**

	Fonema	Contexto	DLGB <sub>XVIII</sub>	GDVP <sub>XIX</sub>	DV <sub>XVIII</sub>
Oclusivas	/p/	todos	<p>	<p>	<p>
		/VN__V (?)	<mb>	<mb>	<nb>
		/#N__V	----	----	<nb>, <b>
	/t/	todos	<t>	<t>	<t>
		/VN__V (?)	<nd>	<nd>	<nd>
	/k/	/__a,o,u	<c>	<c>, <ck>	<c>
		/__e, i, ï	<k>	<k>	<qu>
/__##		<c>	<cki> (?)	<ki>, <k>, <que>	
/VN__V (?)		<ng>	<ng>	<ng>	
Nasal	/m/	todos	<m>	<m>	<m>
	/n/	todos	<n>	<n>	<n>
	/ŋ/	/__#	<ng>	<ng>	<n>, <m>, <ng>
Sibilante	/s/	/__a,o,u	<ç>	<ç>, <ss>, <s>	<ç>, <ss>
		/__V[média]	<c>	<c> <ss>, <ç>	<c>, <ss>
		/__V[alta]	<x>	<x>	<x>, <ch>
		/V[alta]__	<x>	<x>	<x>, <ch>
	/r/	todos	<r>	<r>	<r> (tendência a apagamento)
Glides	/w/	/V__V	<b>	<b>	<v>
		/V__C	<u>	<u>	<u>
		/#__	<v>	<u>	<u>
	/y/	/__V	<j>	<j>	<j>, <y>
/CV__		<i>	<i>	<i>, <e>	
Vogais	/a/	todos	<a>	<a>	<a>
	/e/	todos	<e>	<e>	<e>
	/i/	todos	<i>	<i>	<i>
	/ï/	todos	<y>	<y>	<ú>, <û>
	/o/	todos	<o>	<o>	<o>
	/u/	todos	<u>	<u>	<u>

Vale lembrar que o *status* fonológico de [ʃ] como fonema, proposto por Monserrat (2003: 193) não estava bem definido nem na Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX) nem no Tupi Austral (séc. XVIII), pelo menos nos materiais que analisamos.

Observamos que segmentos complexos, [ᵐb, ᵐd, ᵐg], que existiam nas duas línguas, foram omitidos nos materiais que registravam a Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX), quando ocorriam em posição inicial, mas foram mantidos no material sobre o Tupi Austral (séc. XVIII) com a grafia <nb>. Essa contradição do editor dos *Glossaria Linguarum Brasiliensium*, intencional ou não, pode ter contribuído para o desprezo ao Tupi Austral, uma vez que, no contexto evolucionista da Linguística Histórico-Comparativa, a suposta beleza e superioridade de



uma língua era medida pelo grau de semelhança com as línguas européias, que não possuem esse tipo de segmento.

Um segundo fator para que Martius tenha considerado o Tupi Austral como *Rothwälsch* é a proximidade geográfica com os territórios em que se fala Guarani:

Je näher den Grenzen der argentinischen Landschaften und Paraguay, um so häufiger mischen sich spanische Ausdrücke ein und nähert sich der Dialekt dem eigentlichen Guarani, wie es ehemals in der Reductionen der Jesuiten gesprochen wurde, und in den Schriften von Ant. Ruiz de Montoya (*Tesoro de la Lingua Guarani*, Madr. 1639. kl. 4<sup>o</sup>. u.s.w.) fixirt worden war.

Quanto mais perto da fronteira das paisagens argentinas e do Paraguai, mais frequentemente se misturam expressões espanholas e mais se aproxima o dialeto do verdadeiro Guarani, como ele outrora foi falado nas Reduções dos Jesuítas, e foi fixado nos escritos de Ant. Ruiz de Montoya (*Tesoro de la Lingua Guarani*, Madri, 1639. kl 4 etc.). (Matius 1969[1863]: 100, trad. Beatriz Christino).

Novamente, Martius pode ter levado em conta as inconsistências do *Diccionario de Verbos: portuguez tupi-austral e alemão* (DV<sub>XVIII</sub>) como indício de mistura de elementos. Chama atenção, por exemplo, que no registro da forma estativa de primeira pessoa do singular, este dicionário oscile entre a grafia *xe* e *che*. A primeira forma, *xe*, é comum na tradição iniciada por Anchieta (1990[1595]) de descrição do Tupinambá; a segunda, por sua vez, está ligada a tradição de estudos do Guarani, iniciada por Montoya (1640). Essa inconsistência sugere que o autor do DV<sub>XVIII</sub> pode ter tido contato com as duas tradições de pesquisa — o que é muito diferente de uma ‘mistura’ de elementos gramaticais.

É preciso ponderar, entretanto, que o Tupi Austral (séc. XVIII) apresentava elementos gramaticais que não existiam na Língua Geral Brasileira (séc. XVIII e XIX), mas que existem no Guarani Moderno. É o caso da forma *oím*, registrada como “estar” no DV<sub>XVIII</sub>. Rodrigues (1996) reconhece em *ikó* a forma de cópula que se estabeleceu em Língua Geral Brasileira e em *ín*, a que se estabeleceu no Guarani Moderno — ambas originadas de verbos existenciais do Tupinambá e do Guarani Antigo. No Tupi Austral, pelo menos nos dados registrados pelo DV<sub>XVIII</sub>, as duas formas conviviam

A convivência das duas formas no Tupi Austral poderia ter sido interpretada como uma manutenção das estruturas antigas que o Guarani Moderno e a Língua Geral Brasileira perderam ou como um indício de contato do Tupi Austral com essas duas línguas. Entretanto, na visão de

Martius, a presença de elementos do Guarani Moderno e da Língua Geral Brasileira era um indício de mistura ‘sem fundamento gramatical’ (*Rothwälsch*).

Pelo menos em relação às estruturas aqui analisadas, as diferenças gramaticais e lexicais entre Tupi Austral e Língua Geral Brasileira não justificam a tese de Martius de que “como toda a vida do selvagem passa-se em movimento e agitação, suas gírias estão sujeitas a continua mudança e variação” (Martius 1969[1863]). Pelo contrário, apesar da distância geográfica, observam-se muitas semelhanças entre a Língua Geral Brasileira e o Tupi Austral. Pode-se citar como exemplo da estabilidade dessas línguas, a produtividade nos séculos XVIII e XIX do morfema ‘*je-*’ (‘*xe-*’/ ‘*che-*’) em construções estativas:

jejúcá – *consumir-se, sich abzehren*. (DLGB<sub>XVIII</sub>: 56)  
testemunhar – *chêrenôin bonhêenga, bezeugen, (chamar para falar, rufen um zu reden)*  
(DV<sub>XVIII</sub>: 121)

Pelo menos no século XVIII, a presença de vocábulos funcionando como cópula nas línguas gerais, não é suficiente para afirmar que houve uma transformação de um sistema ativo-estativo para um sistema nominativo-acusativo, como propôs Reich (2003) para o Nheengatú.

O principal argumento de Martius para postular a ‘superioridade’ da língua Língua Geral Brasileira em relação ao Tupi Austral e às demais línguas indígenas, era a interpretação de que essa língua teria sido enriquecida pelos missionários católicos, podendo dessa forma expressar conceitos abstratos, tão caros às análises que advogavam uma hierarquia lingüística em que as línguas flexionais estariam no topo de uma escala evolutiva.

No DV<sub>XVIII</sub>, também foram registradas expressões do Tupi Austral para explicar conceitos alóctones. Entretanto, Martius não identificou essas expressões pelas categorias (port.) e (†) como fez com os dados do *Diccionario da Lingua Geral Brasileira: portuguez e alemão* (DLGB<sub>XVIII</sub>). Essa diferença de tratamento dos materiais sugere que Martius, ao editar os materiais, ou não percebeu que no Tupi Austral também havia maneiras de expressar conceitos abstratos; ou, preferiu não identificar as expressões de caráter abstrato para manter seu argumento sobre a ‘superioridade’ da Língua Geral Brasileira em detrimento das ‘outras’ línguas faladas no Brasil, inclusive línguas de origem Tupi.

O apreço pela Língua Geral Brasileira não é uma especificidade do trabalho de Martius, pelo contrário, desde Anchieta (1990[1595]), a documentação sobre a língua mais falada na costa do Brasil — o Tupinambá no XVI e a Língua Geral Brasileira, a partir da implantação na Amazônia em 1616 — foi muito estudada no Brasil, em um esforço filológico a que Mattoso Camara (1965: 99) chamou de ‘Tupinologia’.

Atualmente, a maioria dos lingüistas concorda que a ampliação dos estudos sobre línguas indígenas deve se fazer tanto em extensão para abarcar línguas das mais diferentes famílias e troncos lingüísticos; quanto em profundidade, de modo a se conhecer os processos fonológicos, morfológicos, sintáticos e discursivos de cada uma das línguas indígenas, além da interface entre esses níveis de análise.

Nesses novos horizontes almejados pela Lingüística, o estudo da Língua Geral Brasileira em sua forma Nheengatú não deve ser deixado de lado. A documentação dessa língua, desde o século XVI, não deve ser vista como obstáculo para a pesquisa, pelo contrário, uma análise em perspectiva diacrônica, tentando entender as modificações do Tupinambá (séc. XVI) até o Nheengatú (séc. XXI) pode trazer informações preciosas sobre como o contato lingüístico atua na mudança lingüística. Um estudo desse tipo não deve prescindir da coleta de dados entre os falantes de Nheengatú nas regiões em que a língua é falada.

No nível fonológico, uma análise diacrônica deverá permitir que se identifique se traços fonológicos do Português foram incorporados à língua indígena, o que implicaria na existência de novos fonemas. Além disso, os segmentos complexos, [<sup>m</sup>b, <sup>n</sup>d, <sup>ŋ</sup>g], carecem de uma análise mais acurada, para que se determine de maneira precisa as regras envolvidas em sua realização. Esse estudo deverá ser seguido por uma análise das línguas indígenas que mantiveram contato com o Nheengatú, como é o caso do Sateré-Mawé, na Terra Indígena do Andirá-Marau (cf. Silva 2004), para saber até que ponto essas línguas sofreram alguma influência da Língua Geral Brasileira.

No nível morfossintático, urge analisar a realização do verbo cópula tanto em Nheengatú, quanto em outras línguas da família Tupi-Guarani, de modo a se promover um estudo comparativo dessa inovação lingüística. Desse estudo, surgirão novas interpretações sobre as línguas ativas e de suas relações com os sistemas do tipo nominativo-acusativo.

O estudo do Nheengatú, por meio de trabalho de campo e da comparação com as descrições feitas desde o século XVI, parece ser fundamental para que se resgate a história de colonização desse país, lembrando o papel dos elementos indígenas nesse processo. Ninguém mais defende políticas como as Martius de incentivar a difusão da língua geral, entretanto, deixar essa língua se perder seria mais um descaso com a história do país e, pior, seria perder a oportunidade de conhecer uma língua que serviu de contato para falantes nativos de línguas das mais variadas filiações genéticas.

Como se pode perceber, meu interesse pelas línguas indígenas foi despertado pela Historiografia da Linguística, mas não se encerra nesta dissertação. Pelo contrário, acredito que seja imprescindível articular o estudo de textos elaborados em outras tradições de pesquisa com as aproximações das teorias modernas, reinterpretando os dados e procurando estabelecer os caminhos pelo qual essa língua passou de Tupinambá (séc. XVI) para Língua Geral Brasileira (séc. XVII até XIX) e, por fim, para Nheengatú (séc. XX e XXI).

## BIBLIOGRAFIA

### *Fontes Primárias*

#### *Seleção de Títulos do autor*

- Martius, Karl Friedrich Philipp von. 1969. *Glossários de diversas lingoas e dialectos, que fallao os índios no imperio do Brazil. Wörtersammlung brasilianischer Sprachen*. Wiesbaden: Martin Sandig. [Reimpressão do Segundo volume de *Beitraege zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens*, publicado em 1867 em Leipzig pela Friedrich Fleischer; o documento de 1867 é, por sua vez, cópia de *Glossários de diversas lingoas e dialectos, que fallao os índios no imperio do Brazil. Wörtersammlung brasilianischer Sprachen*. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863].
- , 1992[1831]. *Frei Apolônio: um romance do Brasil*. [Trad. e apresentação de Erwin Theodor do original *Roman aus Brasilien*]. São Paulo: Brasíliaense.
- , 1845. “Como se deve escrever a História do Brazil”. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* IV: 381-403.
- , 1904. “O passado e o futuro do homem americano”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* 9: 534-562.
- , 1939. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. [Trad., prefácio e notas de Pirajá da Silva de *Das Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Urbewohner Brasiliens*. Munique: Druck der Dr.C. Wolfschen Buckdruckere]. São Paulo: Nacional.
- , 1938. *O direito entre os indígenas do Brasil*. [Trad. coord. por Amaral Gurgel, com prefácio do prof. Spancer Vampré]. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, Coleção Nacionalista 1, Ministério das Relações Exteriores.
- , 1938a. “Dialectos dos chavantes, cherentes, carajás e caiapós”. [Trad. resumida de *Glossaria Linguarum Brasiliensium* feita pelo padre Pio Joaquim Marques].
- , 1840 – 1906. *Flora Brasiliensis*. Monachii: F. Fleischer, 15 volumes, ill.
- Spix, Johann Baptist von e Karl Friedrich Philipp von Martius. 1938. *Viagem pelo Brasil*. [tradução promovida pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro do original *Reisen in Brasilien* 1823, 1824 e 1831]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 4 v

## Correspondências

- Destinatário: Martius

Barbosa, Januário C. “Carta a Martius”. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1843, 3 folhas. [Acervo do IHGB].

Fialho, Francisco José. 1867. “Carta a Carlos Frederico de Martius”. Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1867. [Acervo da Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos].

Ministro do Interior. “Carta do Ministro do Interior do Brasil a Martius”. Rio de Janeiro: 1855, 14 p., fac-símile [Sessão de Manuscritos — Biblioteca Nacional]

- Remetente: Martius

*Cartas de Karl Friedrich Philipp von Martius a Paulo Barbosa da Silva*. Coleção Varnhagen — Documentos e depoimentos. [Organização e notas de Américo Jacobina Lambe]. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

1895[1861]. “Carta do Dr. Carlos F. de Martius contendo observações sobre Botânica, Vocábulo Tupis e origem das tribus americanas”. *Revista Trimestral do Instituto Histórico*, tomo 58, parte 1, vol. 91, 59-68.

“Carta a D. Pedro II, agradecendo a ajuda e interesse por seus trabalhos e oferecendo um livro sobre Ethnographia da América e a linguagem dos indígenas, principalmente do Brasil”. Munique, 17 de julho de 1867, 3p., fac-símile. [Acervo Biblioteca Nacional].

“Carta a D. Pedro II”. Munique, 17 Julho 1867, 3p., fac-símile. [Acervo Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos].

“Carta a um amigo lamentando a guerra no Sul do Brasil”. Munique, 4 de março de 1865, 4p., autógrafo. [Acervo Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos].

“Carta a Gonçalves Dias”. 6 de abril de 1857. [Acervo Biblioteca Nacional – Sessão de Manuscritos].

“Carta de Martius a D. Pedro II”. Munique, 25 de abril de 1848.

“Carta de Martius ao Cônego Januário C. Barbosa”. Munique, 8 de março de 1844. [Acervo do IHGB, Lata 138, doc. 34].

## Bibliografia de apoio teórico e analítico

Altman, Cristina et al. 2005. *Diálogo com o Lingüista do Presente*. Projeto do Grupo de Estudos em Historiografia da Lingüística para o quinquênio 2005-2010, ms. inédito.

----- . 2004a. “Tupi, Guarani and the Search for the mother tongue”. Comunicação proferida em *II International Conference on (Missionary-) Colonial Linguistics (1492 – 1850)*. Universidade de São Paulo, 10 a 13 de março.

- . 2004b. “Tupi and Guarani: war and linguistic typology in nineteenth century south Brazil”. [Comunicação de Pesquisa]. Colóquio anual da *Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas*. Universidade de Oxford, UK, entre 13 e 16 de setembro.
- . 2003. “As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII”. In: Bessa Freire & Rosa, 57 – 83.
- ; Aline Cruz e Luciana Gimenes. 2003. “Critérios & critérios de classificação das línguas do Brasil”. [Comunicação de Pesquisa]. *IV Colóquio sobre Lingüística Missionária: Textos e Edições*, 10 e 11 de dezembro.
- (coord.). 2000. “Nossa língua e as outras: uma Historiografia da Diversidade Lingüística”. Projeto Integrado de Pesquisa. São Paulo: CEDOCH-DL/USP, ms. inédito.
- Anchieta, Pe. José de. 1990[1595]. *Artes de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*. [Edição fac-similar. Apresentação Prof. Dr. Carlos Drummond, aditamentos Pe. Armando Cardoso]. São Paulo: Loyolla. (1<sup>a</sup>. ed. Coimbra: Antônio Mariz, 1595).
- Aragona, Alonso de. 1979. *Breve introducción para aprender la lengua guaraní. Ameríndia. Revue d’etnolinguistique amérienne* 4, 23 – 61.
- Araújo, Carlos da Silva. 1941. *Von Martius e o Cristo que ofertou ao Brasil*. [Desenvolvimento das conferências pronunciadas no Instituto de Estudos Brasileiros (Rio de Janeiro), em 16 de maio de 1941, e na Sociedade Paulista de História da Medicina (São Paulo), em 20 de junho de 1941, respectivamente sob os títulos “Um Cristo a que devemos brasileiros, dobrada devoção — Oferenda de von Martius” e “Um grande e sábio amigo do Brasil: von Martius”].
- Auler, Guilherme. 1956. “Martius e D. Pedro II”. *Jornal do Comércio*, Pernambuco, 11 de março de 1956 [Acervo do Instituto Martius-Staden].
- Auroux, Sylvain. 1992. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. [Trad. Eni Orlandi]. Coleção Repertórios. Campinas: Editora da UNICAMP.
- . 1990. “Representation and the Place of Linguistic Change before Comparative Grammar”. In: De Mauro, Tulio & Lia Formigari, 213 – 238.
- . 1987. “The first use of the french word ‘linguistique’ (1812 – 1880)”. Aarsleff et al. (eds.). *Papers in the History of Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 447 – 459.
- Ayrosa, Plínio. 1967. *Estudos tupinológicos*. São Paulo: IEB.
- Baldus, Herbert. 1940. “A Viagem pelo Brasil de Spix e Martius” [Apresentação]. *Revista do Arquivo* (tiragem especial).
- Barata, Mário. s/d. “A obra de Martius e sua presença na Cultura Brasileira”. Separata do *II Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros*, Recife. [Acervo do Instituto Martius-Staden]
- Barros, Maria Cândida Barros. 2003. “Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII)”. In: Bessa Freire e Rosa, 85 – 109.
- Bessa Freire, José Ribamar. 2004. *Rio Babel — a história das línguas na Amazônia*. Coleção Brasilis. Rio de Janeiro: Ed. UERJ & Atlântica Editora.

- e Maria Carlota Rosa (orgs.). 2003. *Línguas Gerais — Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Biblioteca Nacional do Brasil. 1968. “Exposição comemorativa do centenário de morte de Karl Friedrich Philipp von Martius, 1868-1968. Homenagem ao sesquicentenário do Museu Nacional”.
- Brandenburger, Clemente. 1918[1917]. “Spix e Martius — Um Centenário”. *Revista do Instituto Histórico* 83: 445 – 451. [Publicado anteriormente em *Deutsche Post*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 3 e 4 de agosto de 1917 e *Revista Americana* em agosto de 1917].
- Bopp, Franz. 1889[1820]. *Analytical Comparison of the Sanskrit, Greek, Latin, and Teutonic Languages*. [Edição Konrad Koerner, com nota bio-bibliográfica de Joseph Daniel Guigniaut e introdução de Friedrich Techmer]. Coleção Amsterdam Classics in Linguistics (1800 – 1925). Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Borges Neto, José. 2004. “História da Lingüística no Brasil”. [Conferência ministrada no 52º *Seminário do GEL*]. Campinas: UNICAMP, 29 a 31 de julho.
- Borges, Luís Carlos. 1994. “O Nheengatú na construção de uma identidade amazônica”. Belém: *Boletim do MPEG*, Série Antropologia, v. 10, n. 2, 107 – 35.
- 1991. *A língua geral amazônica: aspectos de uma fonêmica*. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: UNICAMP.
- Borges, Mônica Veloso. 2005. “Considerações preliminares sobre as orações independentes do Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani)”. [Comunicação proferida no Simpósio “Estudos sobre Línguas Ameríndias”, resumo na p. 40]. 53º. *Seminário do GEL*. São Carlos, 28 a 30 de julho.
- Cabral, Ana Suelly. 2000. “En qué sentido el Kokáma no es una lengua Tupí-Guaraní”. *Actas I Congreso de Lenguas Indígenas de Sudamérica*. Lima: Universidad Ricardo Palma, 237 – 251.
- 1995. *Contact-induced Change in Western Amazon: the Non-genetic Origin of the Kokama Language*. [Tese de doutorado]. Univ. de Pittsburgh.
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso. 1979[1965]. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 3ª. ed.
- Campbell, Lyle 2003. “How to Show Languages are Related: Methods for Distant Genetic Relationship”. Brian D. Joseph & Richard D. Janda (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*, Blackwell Publishing, 262 – 282.
- Cardoso, Valéria Faria. 2005. “Estudo preliminar da Morfossintaxe nominal do Kaiowá”. [Comunicação proferida no Simpósio “Estudos sobre Línguas Ameríndias”, resumo p. 40]. 53º. *Seminário do GEL*. São Carlos, 28 a 30 de julho de 2005.
- Carvalho, José Murilo de. 1980. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus.
- Castilho, Ataliba Teixeira de. 1997. “A gramaticalização”. *Estudos Lingüísticos e Literários* 19: 25 – 64.



- Chomsky, Noam. 1997. “Knowledge of History and Theory Construction in Modern Linguistics”. *DELTA* 13 (especial): 103 –122.
- , 1972[1966]. *Lingüística Cartesiana: Um capítulo da história do pensamento racionalista*. (= Perspectivas Lingüísticas 4). [Trad. Francisco M. Guimarães do original *Cartesian Linguistics: A Chapter in the History of Rationalist Thought*]. Petrópolis: Editora Vozes & São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Christino, Beatriz. 2004. *Estratégias de segmentação e categorização de unidades lingüísticas do Caxinauá (Pano) na obra de Capistrano de Abreu (1853 – 1927): uma abordagem historiográfica do método*. [Relatório de qualificação para tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, ms. inédito.
- & Aline Cruz. 2004. “O contato lingüístico para Martius (1794-1868), Steinen (1855-1929) e Ehrenreich (1855–1914)”. [Comunicação de Pesquisa] *III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. Universidade de São Paulo, 13 e 15 de outubro.
- Clements, G. N. 2001. “Representational economy in constraint-based phonology”. Hall (ed.). *Distinctive Feature Theory*. Berlin: Mouton de Greyter.
- Coelho, Olga. 2003. *A anguzada lexicográfica luso-bundo-americana. Língua e identidade nacional na segunda metade do século XIX*. [Tese de doutorado]. São Paulo: Departamento de Lingüística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- Costa, Emilia Viotti da. 1979. “O Mito da Democracia Racial no Brasil”. [Edição de conferência pronunciada na reunião anual da Southern Historical Association, Washington, D.C., 14 de novembro de 1975]. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 2ª. ed.
- Costa, Wilma Peres. 2003. “Voyage et écriture de la nation”. *Colloque International “Voyageurs et images du Brésil”*. Table 3 — Missions artistiques et expéditions scientifiques. MSH-Paris, 10 de dezembro. [Retirado de [www.chairesergiobuarque.msh-paris.fr/pdf-voyageurs/wperes.pdf](http://www.chairesergiobuarque.msh-paris.fr/pdf-voyageurs/wperes.pdf)]
- Cruz, Aline. 2005. “Processos de nativização em língua geral brasílica”. [Monografia apresentada ao curso Fonologia Teórica e Fonologia do Português, ministrado pelo Prof. Dr. Leo Wetzels (Universidade Livre de Amsterdã).] São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral, FFLCH – USP. (ms. inédito).
- , 2004. “A Viagem pelo Brasil como fonte para compreender a classificação lingüística dos *Glossaria Linguarum Brasiliensium*”. Alessandra Paola Caramori (org.). *Português ou Brasileiro: que língua é essa?*. VI Encontro dos Alunos de Pós-Graduação em Lingüística da USP. São Paulo: Anablume, 17 – 25.
- , 2004a. “Subvenção e Política Científica no século XIX: O Contexto de Produção dos *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (1863)”. Cristina Altman e Aline Cruz. *Historiografia da Lingüística Brasileira* — Boletim VII. São Paulo: CEDOCH-DL/USP, 85 – 97.
- , 2004b. “Relações entre Lingüística e História Natural no século XIX a partir dos *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Martius 1863)”. [Resumo de Comunicação]. Simpósio

- Práticas e Teorias na Historiografia da Descrição do Léxico — 52<sup>o</sup>. *Seminário do GEL*, 29 a 31 de julho.
- , 2003. “Língua Geral — um antídoto para a maldição babélica”. [Painel de Iniciação Científica]. *51<sup>o</sup> Seminário do GEL*, Universidade de Taubaté, 22 a 24 de maio.
- Cunha, Manuela Carneiro da (org.). 1992. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP/SMC — Cia. das Letras.
- Darwin, Charles. 2000. *Autobiografia*. [Trad. Vera Ribeiro; notas Francis Darwin; apresentação Ricardo Ferreira]. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Dixon, R. M. 1979. *Ergativity*. *Language* 55.1: 59 – 138.
- Dooley, Roberto. 1998. *Léxico Guaraní, Dialeto Mbyá: versão para fins acadêmicos com acréscimos do dialeto nhandéva e outros subfalares do sul do Brasil*. [Retirado de <http://www.sil.org/americas/brasil/PUBLICNS/DICTGRAM/GNDIC.pdf> em agosto de 2005].
- Drenkpol, Jorge A. Padberg. 1932. “Como Goethe apreciou as obras de Martius sobre o Brasil” [trad. de “Goethes Naturwissenschaftliche Schriften”]. *Boletim do Museu Nacional* 8: 61 – 64.
- Dutra, José Soares. 1942. *Martius*. Rio de Janeiro: Emiel Ed.
- Eco, Umberto. 2001[1993]. *A Busca da língua perfeita na cultura européia*. [Trad. de *La ricerca della lingua perfetta nella cultura europea*]. Bauru: EDUSC.
- Edelwels, Frederico G. 1969. *Estudos tupis e tupi guaranis*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora.
- Ehrenreich, Paul. 1907. “Ethnographia selvagem”. [Tradução de Capistrano de Abreu]. *Almanack Brasileiro Garnier para o ano de 1907*, 79 – 98.
- , 1892. “Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos”. [Tradução de Capistrano de Abreu]. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro* VIII: 3 – 55.
- , 1891. “Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stande unsere Kenntnisse.” *Petermanns Mitteilungen* 37: 81-89; 114 – 124.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1<sup>a</sup>. ed., 15<sup>a</sup>. reimpressão.
- Ferreira, Beatriz Silva. 1973. “Martius”. *Folha de São Paulo*, 30 de dezembro. [Acervo do Instituto Martius-Staden]
- Ferri, Mário Guimarães e Shozo Motoyama (orgs.). 1979. *Historia das ciências no Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- Fouquet, C. 1969. “Martius em sua ‘segunda Pátria’”. *Revista Humboldt* 20, ano 9. [Acervo do Instituto Martius-Staden]

- Fundação Martius. 1983. “Karl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868) — ‘pai das palmeiras’”. Folheto de divulgação, produzido em colaboração com a Kraftwerk Union AG (KWU), Erlangen/R.F.A.
- Gimenes Parada dos Santos, Luciana. 2005. *Fronteiras entre léxico e gramática na descrição do Tupinambá e do Guaraní nos séculos XVI e XVII*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Departamento de Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- Goethe, Johann Wolfgang. 1994. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. [Pós-fácio de Georg Lukás (1936)]. São Paulo: Ensaio.
- Grenand, Françoise & Epaminondas H. Ferreira. 1989. *Pequeno Dicionário da Língua Geral*. SEDUC & Núcleo de Recursos Tecnológicos.
- Grieco, Agrippino. 1936. “O Mundo num cérebro”. *Diário de São Paulo*, 22 de março de 1936. [Acervo do Instituto Martius-Staden].
- Guimarães, Manoel Luís Salgado. 2000. ‘História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação’. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. [Retirado em 26 de março de 2005 de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso)].
- , 1988. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos* 1: 5-27.
- Hobsbawn, Eric. 2004a. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. [Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel do original *The age of Revolution. 1789-1848*]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 18<sup>a</sup>. ed.
- , 2004b. *A Era do Capital — 1848 – 1875*. [Trad. Luciano Costa Neto do original *The age of Capital — 1848 – 1875*]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10<sup>a</sup>. ed.
- , 1984. “Nações e Nacionalismo desde 1780”. *Programa, Mito e Realidade*. [Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino]. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Holanda, Sérgio Buarque. 1971. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Horch, Rosemarie. s/d. “Martius”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 6: 187.
- Hymes, Dell. 1975. “American Structuralism”. Sebeok, Thomas A. (ed.) *Current Trends in Linguistics. Historiography of Linguistics*, vol. 3. Paris: Mouton.
- IHGB. 1840. “Notícia do Thezouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas” [cópia de ms. depositado na Bibliotheca Nacional; 6<sup>a</sup>. parte encontra-se na Bibliotheca de Évora e não foi publicado em 1840. A recomendação da publicação foi feita por Varnhagen]. *Revista Trimestral do IHGB* 2: 329-374.
- Joseph, John E. 2000. *Limiting the Arbitrary — Linguistic Naturalism and its Opposites in Plato’s Cratylus and Modern Theories of Language*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

- Koerner, Konrad. 1999. *Linguistic Historiography — Projects and Prospects*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- , 1995. *Professing Linguistic Historiography: Selected Essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- , 1989. *Practicing Linguistic Historiography*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Kuhn, Thomas. 1987. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Laucho, Margarita. 2000. “Ñengatú (Geral)”. *Actas — I Congreso de lenguas indígenas de sudamérica*. Lima: Universidad Ricardo Palma, 253 – 256.
- Leão, Teófilo Azevedo Pacheco. s/d. *Carlos Frederico Philippe von Martius*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional.
- Leite, Yonne. 2004. “ARTE DE GRAMÁTICA DA LÍNGUA MAIS USADA NA COSTA DO BRASIL.— Um critério de avaliação”. Conferência pronunciada durante a *II International Conference on (Missionary-) Colonial Linguistics (1492 – 1850)*, Universidade de São Paulo, 10 a 13 de março.
- Lisboa, Karen Macknow. 1995. *A nova Atlântida ou o Gabinete Naturalista dos Doutores Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817 - 1820)*. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Departamento de História — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- Maas, Wilma Patrícia. 2000. *O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura*. São Paulo: UNESP.
- Marinho, João. 1952. “Do Instituto Social da Riqueza — Doação de uma Brasileira à Municipalidade de São Paulo”. *Estado de São Paulo*, 25 de maio de 1952. [Acervo do Instituto Martius-Staden].
- De Mauro, Tulio & Lia Formigari (eds.). 1990. *Leibniz, Humboldt and the origins of comparativism*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Maybury-Lewis, David. 1965/66. “On Martius distinction between Shavante and Sherente”. *Revista do Museu Paulista* 16: 263 – 288.
- Pe. Medeiros Netto. 1968. “Centenário de Karl Von Martius 13-XII-1868, 13-XII-1968”. *Correio Braziliense*, 14 de dezembro. [Acervo do Instituto Martius-Staden]
- Merxmüller, Hermann. 1971[1968]. “C. F. Ph von Martius”. [Conferência pronunciada na Academia Bávara de Ciências em Munique, Alemanha, em 4 de novembro de 1968, por ocasião do centenário da morte do naturalista bávaro]. São Paulo: Instituto Hans Staden.
- Monserrat, Ruth. 2003. “O Tupi do século XVIII (tupi-médio)”. *In: Bessa Freire e Rosa*, 185-194.
- Montoya, Antonio Ruiz de. 1994[1640]. *Arte y Bocabulario de la lengua guarani*. [edição facsimilar, estudo e transcrição de Silvio M. Luizzi]. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica & Agencia Española de Cooperación Internacional.

- Moore, Denny; Sidney Facundes & Nádia Pires. 1993. “Nheengatu (LGA), it’s history, and effects of language contact”. *Proceedings of the Meeting of the Society for the Study of the Indigenous Languages of the Americas*. Berkeley 2.4: 93 – 118.
- Mueller, Germano. 1956. “Elos que estreitam o Brasil à Baviera”. *Revista Verbum* 25, fasc. 1, 55-67. [Acervo do Instituto Martius-Staden]
- Murray, Stephen. 1994. “Theory groups and the study of language in North America — A social history”. *Studies in History of the Language Sciences*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- Navarro, Eduardo de Almeida. 1999. *Método Moderno de Tupi Antigo — A língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2<sup>a</sup>. ed.
- Oberacker Jr., Carlos H. 1984. “Martius e a Historiografia Brasileira”. *Humboldt* 48: 23 – 39. [Republicado em 1985 pela *Revista do IHGB* 347: 31 – 46].
- Parada dos Santos, Vânia. 2002. *As línguas da América do Sul no século XVIII: o catálogo, o vocabolário e o saggio de Lorenzo Hervás (1735-1809)*. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Departamento de Linguística – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- Piñeros, Carlos Eduardo. “Non-inherent voicing and ways to fix it”. [O texto foi retirado de <http://roa.rutgers.edu> no primeiro semestre de 2005 pelo prof. Wetzels, que gentilmente me cedeu uma cópia. Em julho/2005, não estava mais disponível].
- Pulls, J. J. 1968. “Von Martius — O Pai das Palmeiras”. *Folha de Londrina*: 1 de dezembro (artigo I), 8 de dezembro (artigo II) e 15 de dezembro (artigo III). [Acervo do Instituto Martius-Staden]
- Revista Trimestral do IHGB*. 1840. “Notícia do Thezouro Descoberto no Maximo Rio Amazonas”. [cópia de ms. depositado na Biblioteca Nacional. A recomendação da publicação foi feita por Varnhagen], vol. 2, 329-374.
- Rambo, Pe. S. J. Balduino. 1952. *Martius*. São Paulo: Instituto Hans Staden.
- Rodrigues, Aryon Dall’Igna. 2005. “As vogais orais do Proto-Tupi”. Aryon Dall’Igna Rodrigues e Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (orgs.). *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora da UnB.
- , 2000. “Hipótese sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família Tupí-Guaraní”. *Atas do II Congresso Nacional da ABRALIN*. CD-ROM. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. [Disponível em <http://geocities.yahoo.com.br/lviz56/hipotese.pdf>].
- , 1997. “Descripción del tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta”. Klaus Zimmermann. *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt: Vervuer & Madrid: Iberoamericana, 371 – 400.
- , 1996. “As línguas gerais sul-americanas”. *Papia. Revista de crioulos de base ibérica* 4.2: 6-18. (Retirado de [http://www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ\\_002.html](http://www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_002.html)).
- , 1993. “Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”. *DELTA* 9.1: 81-103.

- 1986. *Línguas Brasileiras — Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyolla.
- 1984/5. “Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní.” *Revista da Antropologia* 27/28: 33 – 53.
- 1958. *Phonologie der Tupinambá-Sprache*. [Tese de Doutorado]. Universidade de Hamburgo.
- Romero, Sylvio. 1912. “Carlos Frederico von Martius e suas idéias acerca da História do Brasil”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano III, vol. 8.
- Rosa, Gama. 1918. “Martius — O Patriarcha dos naturalistas do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 83: 452 – 453.
- Sampaio, Theodoro. 1955. *Os Naturalistas Viajantes dos séculos XVIII e XIX*. Salvador: Livraria Progresso Editora.
- Sapir, Edward. 1954. *A Linguagem*. [Trad. Mattoso Câmara]. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Saraiva, F. R. dos Santos. 2000. *Novíssimo Dicionário Latino-Português — Etimológico, Prosódico, Histórico, Geográfico, Mitológico, Biográfico, etc.* Rio de Janeiro & Belo Horizonte: Livraria Garnier, 11<sup>a</sup>. ed.
- Schaden, Egon. 1952. “O estudo do índio brasileiro — ontem e hoje”. *Revista de História* 5. 12: 385-401.
- Schlaps, Christiane. 2004. “The ‘Genious of Language’ — Transformations of a concept in the History of Linguistics”. *Historiographia Linguistica* XXXI 2/3: 367 – 388.
- Schleicher, August. 1983[1863]. “The Darwinian Theory and the Science of Language”. [Reprint of the original translation (*Darwinism Tested by the Science of Language*) by Alexander V. W. Bickers, London 1869]. Koerner, Konrad (ed.). *Linguistics and Evolutionary Theory: Three Essays by August Schleicher, Ernst Haeckel and Wilhelm Bleek*. Amsterdam: John Benjamins, 13 – 69.
- 1983[1865]. “On the significance of language for the Natural History of man”. Koerner, Konrad (ed.). *Linguistics and Evolutionary Theory: Three Essays by August Schleicher, Ernst Haeckel and Wilhelm Bleek*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 75 – 82.
- Schwarz, Lilia Moritz. 1999. *As Barbas do Imperador — D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras.
- Séki, Lucy. 2000a. *Gramática do Kamaiurá — Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Editora da UNICAMP & São Paulo: Imprensa Oficial.
- 2000b. “Depoimento para o projeto Primeira Pessoa do Singular”. Entrevista realizada por Olga Coelho e Aline da Cruz, na casa da pesquisadora, gravada em fitas cassetes, transcritas e editadas por Aline da Cruz, ms. inédito.

- . 1990. “Kamaiurá (Tupí-Guaraní) as an Activ-Static Language”. Doris L. Payne. *Amazonian Linguistics — Studies in Lowland South American Languages*. Austin: University of Texas Press, 367 – 391.
- Silva, Raynice. 2004. “Considerações sobre Empréstimos em Sateré-Mawé”. [Comunicação de Pesquisa]. *III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. Universidade de São Paulo, 13 e 15 de outubro.
- Soares da Cunha, Narciso. 1941. “De von Martius aos ervanários da Bahia”. Trabalho apresentado ao “Circulo de Estudos” do programa da Comemoração da *Flora brasilliensis*. Bahia: Papelaria Dois Mundos. [Acervo do Instituto Martius – Staden]
- Sommer, Friedrich Wilhelm. 1957. *A vida do botânico Martius: “pai das palmeiras”*. São Paulo : Melhoramentos, Arquivos históricos 12.
- Steinen, Karl von den. 1942. *O Brasil Central*. [Trad. Catarina Baratz Cannabrava]. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional.
- . “Entre os aborígenes do Brasil Central”. [Prefácio de Herbet Baldus, trad. de Egon Schaden]. Separata enumerada da *Revista do Arquivo* 34 – 58. São Paulo: Departamento de Cultura.
- . 1886. *Durch Central-Brasilien Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884*. Leipzig: F.A. Brockhaus.
- Swiggers, Pierre. 1997. *Histoire de la Pensée Linguistique. Analyse du Langage et Reflexion Linguistique dans la Culture Occidentale, de L’Antiquité au XIXe. Siècle*. Paris: PUF.
- e De Clercq. 1991. “L’Histoire de la Linguistique: “l’autre histoire” et l’histoire d’une histoire”. Elisabeth Feldbusch; Reiner Pogarell e Cornelia Weib. *Neue Fragen der Linguistik – Akten des 25 Linguistischen Kolloquiums*, Paderborn 1990. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Taylor, Gerald. 1985. “Apontamentos sobre o Nheengatu falado no rio Negro, Brasil”. Paris: *Amérindia: revue d’ethnolinguistique amérindienne* 10: 5 – 23.
- Theodor, Erwin. 2000. “Von Martius nos seus ‘Diários’”. *Boletim Abril*, p. 7. [Acervo do Instituto Martius-Staden].
- . 1990. “O cientista von Martius e seu romance brasileiro”. *Perfis e Sombras — Estudos de Literatura Alemã*, Epílogo, 257 – 268.
- Toral, André. 2001. *Imagens em Desordem — A iconografia da Guerra do Paraguai (1864 – 1870)*. São Paulo: Humanitas.
- Urban, Greg. 1998. “A História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas”. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: FAPESP, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 2ª. ed.
- Varhagen, Francisco Adolfo de. 1852. “Biografias de Brasileiros Illustres ou de Pessoas Eminentes que serviram no Brazil ou ao Brazil”. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* XV.

-----, 1841. “Memória sobre a necessidade de estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil”. *Revista do IHGB* 3.9: 53 – 63.

Visconde de S. Leopoldo. 1839. “Carta Programa do IHGB”. [Apresentada em sessão pública em 3 de fevereiro de 1839] *Revista do IHGB* 1: 77 – 97.

Wetzels, Willem Leo. 1995. “A Teoria Fonológica e as Línguas Indígenas Brasileiras” *Estudos Fonológicos das línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1-27.



## **ANEXOS**

## ANEXO I

### Índice Analítico dos *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Martius 1969[1863])

*Estrutura dos Glossaria Linguarum Brasiliensium, com tradução dos títulos, no. de páginas e quantidade de verbetes das partes que os constituem.*

Título	Tradução	No. de páginas	Qtde. de verbetes
Lingua Tupi. Dialecti Variæ	Língua Tupi. Vários Dialetos	112	4.563
Glossaria aliarum aliquot linguarum et dialectorum ex diversis Brasiliae regionibus	Glossários de algumas outras línguas e dialetos das diversas regiões brasileiras	145	11.695
Glossaria aliquot linguarum et dialectorum in finitimis Brasiliae septentrionalis usitarum	Glossários de outras línguas e dialetos de usadas pelos povos vizinhos no Brasil setentrional	84	3.599
Lingua Tupi	Língua Tupi	140	3.582
	<b>TOTAL</b>	<b>488</b>	<b>23.439</b>

*Detalhamento de cada uma das partes dos*  
Glossaria Linguarum Brasiliensium

(I)

*Lingua Tupi. Dialecti Variiae*

(Língua Tupi. Vários Dialetos)

*Estrutura da 1ª parte, com indicação de número de páginas e quantidade de verbetes.*

Língua da entrada	Língua(s) da definição	No. de páginas	Qtde. de verbetes
Latim	Dialectus vulgaris (Pará)	05	391
Latim	Apiacás	03	143
Latim	Cayowás	02	100
Latim	Bororôs	02	94
Latim	Omáguas, Campévas	02	140
Latim	Araquajú, Uara-guaçu	02	47
Latim	Mundrucús	03	140
Latim	Múras	02	82
Lingua Geral	Português / Alemão	66	1.922
Português (verbos)	Tupi austral / Alemão	21	970
	<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>4.563</b>

## (II)

Glossaria aliarum aliquot linguarum et dialectorum ex diversis Brasiliae regionibus

(Glossários de algumas outras línguas e dialetos das diversas regiões brasileiras)

*Estrutura da 2ª parte, com indicação de número de páginas e quantidade de verbetes*

Língua da entrada	Língua(s)/Dialeto(s) da definição	No. de páginas	Qtde. de verbetes		
Latim	Guayeurûs	03	183		
Latim	Guanás	03	355		
Latim	Guachís	03	130		
Latim	Gentis Gês	Cayapós	02	98	
Latim		Chavantes	05	280	
Latim		Cherentes	03	177	
Latim		Chicriabás	02	81	
Latim		Geicó	01	66	
Latim		Masacará	02	117	
Latim		Acroa mirim	02	113	
Latim		Apinagés	03	190	
Latim		Aponegierans, Timbirá de Canella fina	03	153	
Latim		Carahôs	02	112	
Latim		Camacan	02	146	
Latim		Meniens	01	69	
Latim		Cotoxó	03	202	
Latim		Tecuna	03	170	
Latim		Catoquina	03	181	
Latim		Coretú	03	167	
Latim		<b>Gentis Gês - Subtotal</b>	<b>32</b>	<b>2.322</b>	
Latim		G. Goyatacas	Coropô	03	144
Latim			Machaculi, Machacali	01	58
Latim			Capoxó, Cumanachó, Panháme	03	206
Latim	Patachô		02	275	
Latim	Macuni		04	213	
Latim	<b>Gentis Goyatacas - Subtotal</b>	<b>09</b>	<b>896</b>		
Latim	Gentis Cren v. Gueren	Botocudo-Enereckmung, Crecmun, Cracmun	07	406	
Latim		Botocudo-Crecmun	03	153	
Latim		Botocudo-Nacnanouk v. Nackgnuck	04	240	
Latim		Botocudo-Djiopouroca (Jiiporocas) Boutourounas et Craikmous	07	428	
Latim		Puri	02	115	
Latim		Coroado, Rio Xipotó	04	190	
Latim		Coroado, Aldea da Pedra	10	713	
Latim		Malali	02	99	

Latim		Guato	02	160	
Latim		Patagon	02	104	
Latim		Camé	03	169	
Latim		<b>G. Cren v. Gueren - Subtotal</b>	<b>37</b>	<b>2.777</b>	
Latim	Gentis Guck v. Coco	Cayriri	03	200	
Latim		Sabujá	02	96	
Latim		Pimenteira	02	118	
Latim		Manao, Ore-Manao	02	162	
Latim		Marauha	03	187	
Latim		Macusi, Macuschi	03	106	
Latim		Paravilhana	02	167	
Latim		Uirina	01	75	
Latim		Bare	02	117	
Latim		Cairiay	02	124	
Latim		Araicú, Uaraicú	02	138	
Latim		Canamirim, Canamare	02	127	
Latim		Maxuruna	02	133	
Latim		Mayoruna domestica	01	54	
Latim		Mayoruna fera	02	82	
Latim		Jaun-avo, Caripuna	03	148	
Latim		Culino	03	212	
Latim		Uainumá	05	176	
Latim		Jumana	03	228	
Latim		Jucúna	01	76	
Latim		Passé	03	215	
Latim		Cauixana	03	213	
Latim		Tariana	02	89	
Latim		Baniva, Baniba, Maniva	03	89	
Latim		Carajás	03	244	
Latim		Mariate	03	177	
Latim		Juri	05	246	
Latim			<b>G. Guck v. Coco – Subtotal</b>	<b>37</b>	<b>3999</b>
Latim		Incertae	Coëruna	03	149
Latim			Jupuá	02	129
Latim			Miranha Carapans-tapuya	03	292
Latim			Miranha Oirá-açu-tapuya	03	165
Latim	Gentium Affinitatis	Jaúna	01	20	
Latim		Cobéu	02	87	
Latim		Tucano	02	88	
Latim		Curetú	02	97	
Latim		Baré	02	95	
Latim		<b>G. Incertae affinitatis - Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>1122</b>	
<b>TOTAL</b>			<b>145</b>	<b>11.695</b>	

(III)

Glossaria aliquot linguarum et dialectorum in finitimis Brasiliae septentrionalis usitarum

(Glossários de outras línguas e dialetos usados pelos povos vizinhos no Brasil setentrional)

*Estrutura da 3ª parte, com indicação de número de páginas e quantidade de verbetes*

Língua da entrada	Língua(s)/Dialeto(s) da definição	No. de páginas	Qtde. de verbetes
Latim	Kechua	08	547
Latim	Yaguas	02	75
Latim	Oregones	02	75
Latim	Panos	02	89
Latim	Cocamas	02	100
Latim	Pebas	02	85
Latim	Iquitos	01	51
Latim	Zapara	06	414
Latim	Aruac, Aruwaac, Aroaqui	05	300
Latim	Taino	05	228
Latim	Taino - Dialecti in occidente insularum Cuba, Jamaica et in Lucayis	01	38
Latim	Taino – Dialecti orientalis insulae Boriquen et insularum caraibicarum	02	49
Latim	Oyambi	04	293
Latim	Palicur	01	49
Vocabula Comparata Guyanae britanae		02	18
<b>Dic. Galibi</b>	Plantae praeposito nomine Galibi	34	603
	Gallice – Latine – Galibi	04	168
	Animalia praeposito nomine Galibi	06	206
<b>TOTAL</b>		<b>86</b>	

(IV)

*Lingua Tupi*

*Estrutura da 4ª parte, com indicação de número de páginas e quantidade de verbetes.*

<i>Subdivisão</i>	<i>No. de páginas</i>	<i>Qtde. de verbetes</i>
Nomina plantarum	28	971
Nomina plantarum cum synonymis aliorum idiomatum	15	29
Nomina animalium adjecta synonymis e multis linguis praesertium Brasiliae	53	1.343
Nomina locorum	44	1.239
<b><i>TOTAL</i></b>	<b>140</b>	<b>3.582</b>

**ANEXO II**

**Corpus: Vocábulos registrados como verbos no GDVP e seus correspondentes no DLGB e no DV.**

GDVP			DLGB			DV		
(Spix e Martius, séc. XIX)			(Anônimo, séc. XVIII)			(Anônimo, séc. XVIII)		
Latim	L. G. Brasílica	pg.	Português	L. G. Brasílica	pg.	Português	Tupi Austral	pg.
amare	çauçub	7	amar, estimar	çauçúb	46	amar	acauçub	102
			ter em muyta estimação	çauçúb eté	46			
appellare	cenoi	7	chamar	cenói	40	chamar	acenoí	104
			nomear	cenói céra rupi	40		cenôin	
			chamar nomes injuriosos	curá curáo	43	convocar	acenoijn	106
			clamar, apregoar, apupar, gritar por alguém, bradar	çapucái	45	invocar a Deos	acenoí tupan	113
			chamar	jóre	58	jurar	ôcenôin tupá réra	113
			jurar	tupána réra cenói †	91	piar (chamar sua maen)	acenoí cyg	115
ascendo (-dere)	je-upyr	7	subir, trepar	jeupír	58	subir	yúpi	121
			subir, fazer trepar	mojenpýr	68	subir com trabalho	yávái ávai upíj	121
attingere	pucuçû	7	alcançar, apanhar, colher de repente	pocoçú	83	pegar com grude	bopuçúque	115
						pegar no somno	poçunque tupêçúj	
			alcançar com afagos	oericô tecó cecé	76	alcançar	amboypêca	
audire	cendû	7	escutar, ouvir, entender, perceber	cendú	40	escutar	assendú	111
						ouvir	acendúb	115
						perceber	acendú verá	115
						sentir	acendú	120
						sentimento	acendû avá	120
audio	je-cendû	7				inquirir (quero ouvir por o que os outros falam)	acenduranhé amboaé nheé	



bibo, ere	jau, vû	7	beber vinho	caú	38	beber	cayg	104
			embebedar	mocaú	67		cay	
			beber a tragos	tucucúr	91			
			commungar	tupanár †	92			
			comer, beber; catarro, tosse	uú	95			
edo, ere	vu	8	morder, mastigar	çuú	47	comer	aú	104
			roer, abocanhar	çuuçába çuú	47			
mordeo, ere	çuú	9	nutrir	jemoroo	57	sustentar (comer)	ômombaêú	121
			alimentar, sustentar, cevar	jepoi	58			
cadere	oár	7	nascer, queda, cair, tropeçar	ar	35	cahir	aã	104
			cahir a fruta	cocói	42			
			escorregar, cahir	pý cerýca (port.?)	85			
cantare	nheengár	7	cantar	nheengár	73	cantar	nheengá	104
capite dolore	porançaba acanga	7	doer á cabeça	acanga aeí	32	doer	bosasú	109
			doer, importar, ter pena	çacý	45			
connubo, ere, coire	menari, menu	8	casar-se	jemomendár	57	cazar	mendâ	104
			casar	mendár	64			
			fazer casar	momendár †	69			
contundo, ere	çoçoca	8	cortar mato, ou roçar	copýr	42	cortar	mondóca	106
			despedaçar, cortar, partir, retalhar, rasgar	mondoçóca	69	cortar o cabelo		106
			cortar, partir	mondóc	69	cortar hum páo	mondoca nhepein vurá	106
						degollar (cortar a cabeça)	mondóc acanga	107
currere	nháne	8	correr	nháne	73	correr (correr muyto)	unhan etê	106
			empurrar, fazer correr	monháne	70	correr o rio	uaindú unhan etê	106
descendere	goejyb	8	fazer descer alguém	mogejýb	67	descer	úêjú	107

decumbere	oar	8	arrancar, deitar no chão, derribar; imputar	itýc	53	adoecer	nbaraâ	102	
			imputar culpa	itýc ixupé	53				
			deitar-se, jazer	jenóng	58	deitar-se	nhee nó		
			adoecer	mbaacý	62				
			recahir na doença	mbaacý jebýre	62				
do, are	meéng	8	dar-se, entregar-se	jemeéng	56	dar	meen	106	
			dar, conceder	meéng	63	offerecer	ômêem	114	
			dar palavra	nheénga ojemeéng	73	sacrificar (dar o coração a deos)	ameein xipuâ tupan	120	
dormio, ere	ker, çackörü	8	dormir	kér	60	dormir	querá	109	
			adormecer a outrem	mongér	70				
			dormir	okér	78	pouzar em caza d'algue	ôquerá avâ róca		
			toscanejar (einshlummern)	okér mirím mirím					
eo, ire	çô	8	pegado, junto; ir a pé	epý rupí	48	ir	cô	113	
			vai (impertivo)	equém	48				
			ir a pé	ibý rupý-oçô	50				
			acompanhar	irunámo oçô	52	partir (ir-se)	acô		115
			ir, ausentar,	oçó	75	auzentar-se	ocanhe		103
			foi-se	oçó áne	75				
			acommetter	oçó cecé	75				
			desacompanhar	oçó ixuí	75				
mergere	oçoipypé	9	afundar afundir-se; estar carregada a canoa; mergulhar	oçó ipýpe	75	affundir	anboyki	102	
			atolar			mergulhar	nhé pômim	114	
esurio, ire	jnmbaacý	8	fome, ter fome	jemaácý	56				
expectare	çaron	8	esperar	çarón	45	esperar	ôsárâ	111	

fatigare	mocaneon	8	atribular-se	caneón	37	cançar	caneon	104
			atribular-se	jecaneón	55			
			afadigar-se, affligir-se, desarranjar-se	jemocaneón	56			
fatigari	jemocaneon	8	afadigar, affligir, atribular, desarranjar, estufar	mocaneón	66	fatigar	canêôm	111
			aliviar, fazer descançar, fazer aplacar, apaziguar	mopotuú	70			
			descançar, cessar, parar, pausar, aplacar	putuú	84			
ferio, ire	japixá	8	esbofetear	çobá pytéca	46	ferir	imbó pêré	111
			apedrejar	itá pupé japý	52			
percutere, ferire	motáca	10	ferir	japixá	54	ferir	imbó pêré	111
			fazer chorar	mojaceón	68			
			chagar	moperébe	70			
			bater, rebater	motác	72			
			dar murros	tucá tucá	91			
fleo, ere	jaceón	8	carpir, prantear, lamentar	çapirón	45	chorar	yacioi	104
lugeo, ere	jemocaneón		chorar	jaceón	53			
fugere	jabáo	8	ausentar, fugir, escapar	jabáo	53	escapar	çaime	110
gaudere	moryb	8	estar alegre	çoryb oicó	47	alegrar	anborora	102
			alegre	çoryb	47	agradecer (fazer alegrar)	amborù	102
			gracejar, afagar, acariciar, ameigar, contentar	mojarú	68	contentar (de meu coração está)	xipurepe oicó	105
iocor, ari	mororyb	9	alegrar	mororyb	72	prezar-se d'alguma couza (me alegre de alguma couza)	chê rêrú etê amombáê rêcê	116
			afagar, ameigar, acariciar, contentar; lisonjeiar; lisonja	moryb	72	saltar de alegria	irorù rêce	120
			rir, rir-se	pucá	84			
gigno, ere	membyrar	8	parir	membýrár	63	parir	moncem táyúra	115

gusto, are	jassará	8	gostar	cê	39	enfasiar (não gosta)	da cei	110
			arremedar, imitar, aventura, provar, goto	çaang	44	gostar	cê	112
						ter sabor	cê	112
habere	oerico	8	viver, há	aicobê	33	haver	icôvé	112
			nada, não há nada	nitío mbaé	74	pouzar em alguma arvore, fallando de aves (o passarinho esta em cima d'arvore)	gúrá mirim oycôvé uvá têco	116
vivo, ere	aicobê	11	estar bom, são, valente	oicobé catú	76	residir	ôicôvé qui	119
						viver	aicovê	122
iaculor, ari	japî	9	atirar; topada	japí	54	apredrejar	eyapi-ita	102
			dar encontro	japí cecé		atirar com frexas	arapí-ura-xirica	103
			disparar a espingarda	japí mocába †				
lavo, are	ejasúcka	9	alimpar, lavando	cotúc	43	lavar	yacuaia	113
			lavar-se todo	jemoaçúca	56			
			limpar, esfregando	jocýb	59			
			lavar, limpar	jucýb	59			
lavare vestes	jucyb-ôba	9	descarregar a consciencia	jucýb ánga	59			
			limpar, desenferrujar, arear	kytingóca	60			
			limpar a alma	kytingóca ánga †	61			
			lavar a outrem	mocatú	67			
			lavar roupa	pána petróca	79			
loquor, i	nheéng	9	bramir, bramar, gemer, gritar,	çacéme	45			
			mudança no que falla	amó rupí, rupí, onheeng	34	arrezoar (falo bem)	anhe poran	103
			fallar por entre os dentes, resmungar, rosnar; rugido das tripas	cururúc	44	blasfemar (fallar mal de Deus)	anheemg-ay-tupa recé	104
			replicar	çobaixára inhénga	46	convencer (affoguei do outro a falla)	yopúque amboaé nheen	105
			fallar aspero	epotopáo irunámo onheéng	48	contradizer (naó estou no que me diz)	daicô-enheenga	105
			fallar leviandade, com máo fim	mbaé puxi recé onheéng	63	conversar	nhe monguêta	106
			fallar baixo	megoé rupí onheéng	63	declarar	nhehengatú	106

fallar leviandades	moçaráya rupinhóte onheéng	66	denunciar a alguém	anheen gaí	107
affimar, assegurar, certificar, ratificar, justificar	moçupi	67	descompor a alguém com palavras	nheen áij	107
cumprir a palavra	moçupi onheéng	67	desdizer-se	danheen-verà	107
dizer, referir, relatar,	mombeú	69	desabonar	nhee' ay amboáê	107
maldizer, acusar, culpar	mombeú aýba	69	desacreditar (falei mal de sua vida)	anheen ievú	107
admoestar, explicar, recommendar	mombeú catú	69	desenganar	ayoóc uvú púpe	108
louvar, inculcar	mombeú catú cecé	69	diffamar	nheê opácatu	109
evangelizar	mombeú tupána nheénga †	69	dizer	nheeng	109
arrezoar, palrar, porfiar	nheém nhéng	73	enganar (não fazer coisa que fala)	do yapoi bae nheem	110
fallar, responder	nheéng	73	equivocar-se (não falei bem)	nanheein gatu	110
fallar mal	nheéng aýba		fallar	nhêén	111
fallar alto	nheéng çantám		gaguejar	púcúçú nhêén	112
intimar	nheéng catú		infamar	nheé ay ambôaé	112
apalavrar	nheéng cecé		injuriar a alguém	nhégaó	112
fallar com imperio	nheéng eté		gemer (fallar na garganta)	onhêé acêóc	112
cioso no fallar, fallar gagi	nheéng pitá pitá		justificar	nhêen rêtê	113
amaldiçoar, rogar pragas	nheénga aýba eté		73	justificar	nhêen rêtê
dar razões, replicar	nheénga robaixára	83	patentear	nheém ambôaé	115
perguntar	porandú	83	responder	bôcêcôviáe ambôaè nhêenga	119
tirar informação	porandú randú				
perguntar; conto, historia	porandúb	83	soar	nheéngára	121

ludo, ere	jemoçarái	9	brincar, jogar	jemoçarái	56	brincar	boçarae	104
			escarnecer, zombar, folgar, brincar, galantear, triunfar	moçaray	67	divertir-se	bossarái	109
madeo, ere	jakyme	9	humedecer; cousa lenta	iakýme	50	humedecer	môácúm	112
			regar, molhar, humedecer	moakýme	65	molhar	moácú	115
			humedecer-se	ojemoakýme	77			
mingo, ere	johacarúcki	9	urinar	carúc	38	ourinar	carúque	115
mori, mori	jamanú	9	morrer	manó	61	espirar	manó	111
						falecer	mano	111
			morrendo	ojekeyí oáne	76	morrer	manó	114
			agonisar	ojekeyí pitár oáne	77	murchar	ômanó bôcá	114
natare	vitábo	9	nadar	uitábo	94	nadar (fazer se leve em cima d' agoa)	bôvêvui u ára	114
						nadar para a terra	yaçá	
			passar a váo (durchwaden)	uitábo açação	94	nadar de baixo d' agoa	ôguatá yguêyú	
nego, are	jumime	9	negar, occultar	joméne	59	occultar	bônhômim	114
			esconder, agachar	joméne	59			
numerare	papar	9	contar, numerar	papár	79	contar por numero	ipa-ppá	105
						descontar	doyê papá	107
occido, ere	jejucá, juca	9	matar	jucá (ajuca)	59	matar	yucá	114
			amofinar, aperrear, pirraça	jucá cý	59			
			consumir-se	jejucá	56			
odi, isse	jamotareýma	10	ódio, ter ódio, aborrecer	jamotareýma	54	aborrecer	nboyarabo	101
			odiosamente	jamotareýma rupí	54	irar-se	oipúai	113
			metter discordias	jamotareýma ucarubá †	54			
oleo, ere	cetúna	10	cheirar bem	ceaquéme	39	cheirar	centun	104
			cheirar, tomar o cheiro	cetúna	41			
			feder	enéme	48	feder	iné	111
			perfumar	moceaquéme	67			

oro, are deum	jarsuejumuéng, tupana supé	10	estudar, resar; aprender, ensinar, doutrinar; ensino	jimboé	58	rezar	ôçáá tupá nheém	119
			ler	jimboé papéra pupé	59			
			abençoar, benzer, sagrar	mongarayb †	70			
ostendere	commeeng	10	mostrar, apresentar, declarar, dar a saber, inculcar, expôr, offerecer, representar	coa meéng	42	apontar com o dedo	xecoveem	102
			aparecer, expor-se, mostrar-se	jecomeéng	55	indicar	côvêém	112
						mostrar	cêcôvêem	114
pingo, ere	jacoatiára	10	pintar, escrever	coatiár	42	pintar	bôpiním	116
						escrever	aipiní	111
respiro, are	pytucema	10	evaporar, respirar, suspirar	pitucéme	82	respirar	anguéru	119
						não respirar	nónhanguêrú	
salio, ire	popór	10	andar de galope	opópór	78	saltar	opô	120
						saltar de cima	opó ârape uvú	
			pular	opóre	78	saltar para traz	opô tacocoêra	
						saltar para hum lado	opô ypotera	
			saltar	popór	83	saltar para diante	opo tenondê	
saltar para fora	opo okâra							
saltar de galope	popóre	83	saltear	omonda pêpe	120			
			sobresaltar (salta o coração de medo)	ópó puá módúí	121			
salto, are	jaborasséi	10	fazer dançar	moporacé, moporaceyma	83	dançar	poracéi	106
	joraceya		dançar	poracé	83			
	popor		dançar, dança	poraceýa	83			
sedeo, re	oapýca	10	assentar-se, pousar a ave	oapýca	74	assentar	aopûca	103
			fazer alguém assentar	moapýca	65	sentar-se	ôapúque	
considere	oapýca	8	assentar ou apontar em papel	moapýca papéra (port.) pupé	66	sentar-se junto d'algum	ôapúque avá sobáque	120
						sentar-se com outros	ôapuque ambôaê irúnámó	
sepelio, ire	jajutúamá	10	dispor, plantar, semear, enterrar, sepultar	jotýme	59	enterrar	nhotum	110
			replantar	jotýme jebýre		sepultar	nhôtú avá têó	120
sibilo, are	tumunieá	10	assobiar	tomunhéeng	91	assobiar	boicenim	103
sicco, are	motiníng	10	seccar	teníng	90	seccar	bôpírú	120

			murchar	teníngu ceráne	90	secar-se	ipirúnami	120
			seccar, torrar	moteníng	72			
solvo, ere	joráo	10	soltar, desamarrar, descoser, desfiar, destorcer, desembaraçar	joráo	59			
somnio, are	poçauçú	10	sonhar	poçauçúb	83	sonhar	quêráij	121
spuo, ere	motumúne	10	cuspir	tumúne	91	cuspir (faço sahir agoa do meu estomago)	puá ymoneen	106
			cuspinhar	tumú tumúne	91			
sternuo, ere	oçámo	11	chamuscar, crestar fogo	çaberéc l. çapéc	44	estalar	bôpáque	111
			escaldar, queimar, cauterizar	çapý	45			
			afogear	çapý çapý	45			
			abrasar	çapý reté	45			
			accender, atear fogo	çappý tatá	45			
			fazer fogo	moár tatá	65			
			acender fogo	tatá mondýca	88			
sum, esse	oicô	11	não seja assim	aanumê	31	apoderar-se (esta nas minhas mãos)	oin xe pope	102
			la onde tu estas	ae pé mamé oerico	33			
			estar fora de seu direito	amó rupi <b>oicó</b>	34			
			estar afficto	caneón oaé	37	contemplar (meu sentido anda virando)	cheánga oicó mamu	105
			ser grato a Deos	catú tupana çupé	38			
			estar bem a vista	ceçápe catú <b>oicó</b>	39			
			estar adoçado	ceém oaé	40	desconfiar (eu estou desconfiado)	che yaí	107
			estar dorminhoco	cepycéi	41			
			estar com bolor	çabé oáne	44			
			estar triste	çobá cý oicó	46			
			estar alegre	coryb oicó	47	estar	oím	111
			estar compungido	epýá rojebir oáne oicó †	48			
			aqyu está	iké cecoi	51			
incluir	ipupé oicó	52						
ao vivo, á maneira, apropriadamente, assim como, propriamente, assim he bom	javé catú	55	florescer (esta se fazendo bonito)	nhe moporá-im	111			
assim deve ser	javé ipó	55						
estar satisfeito	jemoapeçýca oicó	56						



			estar morrendo	jekyí	56			
			estar pasmado	jurú jái oicó	59			
			calar, estar sereno; silencioso, triste	kerirím	60			
			estar espantado	ocanhémo	74			
			ser, estar, jazer, resistir	oicó	76	morar	ôycô	114
			estar mal	oicó aýba				
			proceder bem	oicó catú				
			aplicar-se, pretender	oicó cecé				
			estar vivo	oicó bebé				
			lidar	oicó éte morauký recé				
			habitar, assistir	oicó ninhé				
			deter-se, entreter-se	oicó pecú	76	preferir (ser melhor do que o outro)	chê momôrá vé ambôaé	116
			haver mister, carecer, ter necessidade	oicó tembém				
			estar feito, e acabado	ojeaugè				
			estar acabado, deflorada	ojeaýb	76	sobreviver á alguém (ser mais velho do que outro)	tonhó váé vê amboaé	121
			estar patente	ojecoáub nhóte	76			
			estar de joelhos	ojenipiá	77			
			cosido, estar assado	ojé oáne	77	soffrer (coração está oprimido)	puá púca	121
			ajustado, estar igualado	ojojabé oáne	77			
			está feito	tauje	89			
stans	puáme oicó	11	não sendo assim	yaramé (yarameté, yaçoaramonaé, yaçoaramonaemo)	96			

traho, ere	sücki	11	atrahir, puxar, tira por força	ceký	40	puxar	ocicúí	117
			cercar, dar cerco	ceký cemo		puxar para si	acecuí chébo	
			dár á vela	ceký çotínga		puxar pela voz	ô'bôcecúí	
						puxar pela espada	acecuí guasú	
venari	caâ-mondô	11	caçar	caa mondó	36	caçar	yporacâ	104
vertere	jeb'yr	11	resuscitar	cecó bebé jebýre	39	voltar	oyeré	122
			tornar o espeto	cepetu jebýr	41			
			tornar para traz, recuar	çakaquêra jebýr	45			
			repetir, tornar, voltar, resolver o apostema	jebyr	55			
			recordar	maenduár jebýr	61			
			tornar, fazer voltar, restituir	mojebýr	68			
videre	cepiáca	11	ver	cepiáca	41	defender (olhar por elle)	amaen cêcê	106
			desbotar	cepiacába ocanhémo	41	ensayar (ver se sabe)	cepiáca (ceya) oicoara	110
			olhar para traz, olhar d'esguelha	çakaquêra ketý maém	45	livrar (olhar para ele)	maí cêcê	113
			dar d'olho, fecha os olhos a miuda	çapomím	45	olhar	ômáé	114
	maém	11	olhar com meios olhos	çobá cy irunamo maém	46	piscar com os olhos	imbô cahy cêçá	116
			attentar, olhar	maém	61	ver	ceça	122
			olhar ao redor	maém çobaké rupí	61		cepijaca	
			encarar	maém été	61			
volo, velle	je-putari	11	querer, dezejar	potár	84		querer	
						desejar	ypotá baê ujúva	108
						intentar (querer fazer alguma couza)	aypôtá yapô omombaê	113
						reprovar	dôi potári	119
						repudiar sua mulher (não quere mais sua mulher)	dôi potári vé cembirêcô	119
						suspirar	ipôtá retê	121

### ANEXO III

**Levantamento de vocábulos e expressões identificados como empréstimos do português no Dicionário da Língua Geral Brasileira: português e alemão do século XVIII, com hipótese de análise sucinta**

	Língua Geral Brasileira	Português	Transformação	Análise
01	açukeri	assucar	açukeri	Impedir CVC; alçamento vocálico a > e
02	aramoçára	almoçar	aramoçára	l > r; impedir CVC
03	aratára	altar	aratára	l > r; impedir (C)VC
04	arfabáca	alfavaca	arfabaca	l > r; v > b; manteve (C)VC
05	arfabáca rana	alfavaca de cobra		
06	até	até que		incorporação de preposição sem adaptação
07	cabaçú	cabaço	cabaçú	alçamento vocálico próprio da pronúncia do PB
08	cabarú	cavallo	cabarú	v > b; l > r
09	camarára	amigo (camarada)	camarára	d > r
10	camixá	camisa	camixá	s > ʃ / __ V[alta]
11	carapina	carpinteiro	carapina	Exclusão do morfema '-eiro', incorporação do morfema nominal '-a'
12	catánha	castanha	catánha	Impedir CVC
13	cepetú	espeto	cepetú	metátese es > ce para impedir (C)VC; alçamento vocálico próprio do PB
14	conhára	cunhado	conhára	d > r
15	cunhám moçú	moça, donzela	cunhám moçú	"moça" perde morfema de [feminino], substituído por "cunhám" (mulher)
16	enganáne	enganar	enganáne	Impedir CVC e espraimento de nasalidade
17	funira	funil	funira	l > r; impedir CVC
18	hoji	hoje (fallando d' hora preterita)	hoji	alçamento vocálico próprio da pronúncia do PB; especificação semântica para diferir de <i>coýr</i> , "agora, hoje".
	hoji ramó	ainda hoje	hoji - ramó	
	hoji vé	hoje mesmo	hoji - vé	hoje – "ainda, também"
	hoji vé mirim	há pouco	hoji – vé - mirim	hoje – "ainda, também – pequeno"
19	jandára	jantar	jandára	*NT (impedir [nasal][-contínuo]); impedir CVC
20	janéra	janella	janéra	l > r
21	jegavár	gabar	je-gavár	b > v (contrário do esperado); verbo incorporado como estativo

22	jemocamarár	amigar-se	<b>je-mo-camarár</b>	1ps(estativo) – causativo – camarár
23	librú	livro	librú	v > b; adaptação incompleta pois manteve CCV
	librú rendába	livraria	librú - rendába	livro relacional-local (local de livro)
24	mandú	Manuel (Manu?)	<b>mandú</b>	Possivelmente, inserção de [d] para manter percepção de que a vogal deveria ser pronunciada de forma oral
25	mantéca retikéra	torresmos, rojões	manteca – r-eitekéra	manteiga – relacional-?
26	martéra	martello	<b>martéra</b>	l > r; substituição do morfema de gênero pelo morfema de classe nominal [a]
27	mboi boi lanceta pupé	sarjar	mboi boi <b>lanceta</b> pupé	reduplicação de cobra - lanceta (não adaptado) - posposição
28	merendára	merendar	<b>merendára</b>	nominalização de 'merendar' (verbo derivado de merenda no PB)
29	mixica rána	sarpão (bexiga)	<b>mixica rána</b>	b > m (talvez mb), [ʃ] mantido diante de Vogal alta; morfema 'rana'
30	moapýca pápera pupé	assentar ou apontar em papel	mo-apýca - pápera - pupé	causativo-sentar papel posposição
31	mobóc cúnha pupé	fender com cunhas	mo-bóc cúnha pupé	causativo-estalar - cunha - posposição
32	mobýr hóra	que horas são	<b>mobýr - hóra</b>	quantos - hora
33	moxovi	fechar com chave, aferrolhar	mo-xovi	causativo-chave
34	muratú	mulato	<b>muratú</b>	l > r; alçamento vocálico próprio da pronúncia do PB
35	naranda	laranja	<b>naranda</b>	espraiamento da nasalidade
36	narandýba	laranjal	naranda + týba	*NT (impedir [nasal][-contínuo])
37	navaya	navalha	<b>navaya</b>	Iéimo reflete pronúncia do PB
38	ojemocamarár	travar amizade	o-je-mo-camarár	reflexivo-eu[estativo]-causativo-camarár
39	orocorica	coruja		
40	pána	pano	<b>pána</b>	substituição do morfema de gênero pelo morfema de classe nominal [a]
41	papéra	papel	<b>papera</b>	l > r; 'morfema -a' impede CVC e marca a classe nominal
42	paurú	Paulo	<b>paurú</b>	l > r; alçamento vocálico próprio da pronúncia do PB
43	pereirú	ferreiro	<b>pereirú</b>	f > p; alçamento vocálico próprio da pronúncia do PB
44	pita	fita	<b>pita</b>	f > p;
45	pocý	peso	<b>pocý</b>	z > s; troca das vogais, sem explicação aparente
46	pouçu	respeitar com algum pejo, pejo	pouçu	Martius não tem certeza se deriva do PB, talvez provenha de "posso?"

47	pratu	prato	pratu	adaptação incompleta pois manteve CCV; alçamento vocálico próprio do PB
48	pucurú	pucaro	pucurú	harmonização vocálica
49	pý cerýba	escorregar, cahir	pý - cerýba	pé – “escorrer o líquido”
50	reýa	rey	reya	morfema '-a' impede CVC e marca a classe nominal
51	sáca	alforge (saco)	sáca	substituição do morfema de gênero pelo morfema de classe nominal [a]
52	sáya	saya (roupa)	saya	Não violava nenhuma restrição da língua geral brasílica
53	sorára	soldado	sorára	l > r; substituição do morfema de gênero pelo morfema de classe nominal [a]
54	taipára	parede	taipára	É possível que provenha do verbo 'taipa'
55	tambora	tambor	tambora	morfema '-a' impede CVC e marca a classe nominal
56	tianha	gadanho		
57	varaýa	balaio	varaýa	b > v (contrário do esperado); l > r; substituição do morfema de gênero pelo morfema de classe nominal [a]
58	xavi	chave	xavi	alçamento vocálico próprio da pronúncia do PB
	xavi monhangára	serralheiro	xavi - monhang- ára	chave - fazer-nominalizador do tipo "aquele que" (Aquele que faz chaves)
	xavi rerecoára	chaveiro	xavi – r- erecoára	chave – relacional - pastor (pastor de chaves)
59	yraitim canéa	vela de cera	yraitim canéa	cera - candéa

## ANEXO IV

### Levantamento de vocábulos e expressões identificados como criações jesuíticas no *Dicionário da Língua Geral Brasileira: português e alemão do século XVIII*<sup>43</sup>

	Língua Geral Brasílica	Tradução para o Português
01	abâ recó aycába	novíssimos de homem
02	abaetá okéna rupí tupána putába ojururé	pedir de porta em porta
03	anga angaturáma	alma justa
04	anga cóayba	desconsolado, paixão
05	anga poçanong santa madre igreja sacramento pupé	sacramento
06	anga recobeçaba	graça
07	anga teco anaipaba monhangára	alma pecadora
08	angaipába	culpa
09	angaturáma	justo, de boa condição
10	angaturáma moanga	hypocrita
11	angaturançaba	pureza d'alma
12	ára ára santo renondé goára	vespera de santo
13	ará eté oçú	dia grande de festa
14	ará nitio ojepé oçú	accommodar com o tempo
15	ará-rangába	relogio
16	arobiár	crer, acreditar, obedecer
17	arybo goára	sobre-ceo
18	caâ kéne rendába	horta
19	caapába	bacio, secreta
20	çaça-çaçáo	repassar
21	çaçáo rupi iacánga	passar pelo entendimento
22	canto pupé enóng	pôr alguma cousa no canto
23	caraybabé	anjo, arcanjo, serafim
24	caraybabé carunçára	anjo da guarda
25	caraybabé quéra	anjo máo, diabo
26	catánha piréra	ouriço
27	catimbáo repoty	surro de cachimbo
28	catú tupana çupé	ser grato a Deos
29	cearáma	cea
30	ceçá eýma nongára oata	andar com os olhos fechados
31	ceçá roá	óculos
32	cecateýma oçú opabinhé mbaé recé	ambição
33	cecó bebé jebýre	resuscitar
34	cecó bebeçába	resureaiço
35	cecó coáub aráma ojururé	pedir concelho
36	cecó meoám	eiva
37	ceém kytá kytá	confeitos

<sup>43</sup> Foram mantidas as grafias do original.

38	cemicó rauçupára	amigo de sua mulher
39	cepiacába moánga oçú	aparente
40	coaracý rangaba	relógio de sol
41	çokendáb-ybý óca pepé	murar
42	çoô papáo	quinta-feira
43	cruçá (corucá)	cruz
44	çupi çába ocomeéngoáé	testemunho
45	emoeteçába	culto, adoração
46	emoeteçára	adorador
47	epý çui goára	original
48	epýá çui catú ojururé	pedir com eficacia
49	epýá rojebir oáne oicó	estar compungido
50	goaimim uirapára	arco da velha, iris
51	guará-péba	vióla i.e arco (uira-para) chato
52	guarina	vestia
53	ibáca póra	habitador do ceo, celestial, glorioso
54	ibákepe oçó	salvação
55	ibákepe turýba	gloria, paraizo, celestial
56	ibý coára oçú ibý apytérpe máme pituna oçu oicó ninhé taýna etá ánga ceraýma pupé ománe etá rendába	limbo ou seio de Abraão
57	ibý máme monhang catú opabinhé mbaé	fertilidade
58	imirá rerecoára	meirinho
59	imirá rerecoára oçu	ouvidor
60	itá babóca	mó, moinho, reboło
61	itá çantim	chuço
62	itá coréra	limalha
63	itá jiça	estanho
64	itá júba	dinheiro, moeda, ouro, prata
65	itá júba jára	homem rico
66	itá júba monhangára	ourives
67	itá júba rána	alquime,
68	itá pó mondé	algemas
69	itá tupán çui océmo oaé	corisco, rayo
70	itá uguí	verdete
71	jambóre ixuí	divórcio
72	Jamotareýma ucarubá	Metter discordias
73	jamotinga	entrudo
74	jánde jára Jesú Christo ybý aikuéra etá	discípulos de J. Christo
75	jánde paýa ipý rendaba quéra	paraizo terreal
76	jánde páya ipý rendaba quéra	paraizo terreal
77	jánde paýa ipý, paya Adám	Adão
78	jandiá caraýba	crysuma, Santos Oleos, extrema unção
79	jandiá caraýba rerú	ambula dos Santos Oleos
80	jandiá çobay goára	azeite (de oliveira) do Reino
81	japí mocába	disparar a espingarda
82	jecoacú oçú	quaresma

83	jecoacúba	jejum, sexta-feira
84	jemoagoaçába	amancebar-se
85	jemocruçá	benzer-se
86	jemombeú	confessar-se
87	jemombéu aýba	queixar-se
88	jemombeuçába	confissão, penitencia
89	jemombeuçára	penitente ou confessado
90	jesus christo jerubiacába	fé catholica
91	jimboé papéra pupé	ler
92	jimboeçába	doutrina, estudo, lição, oração, reza
93	jucýb ánga	descarregar a consciencia
94	juruparí engananeçába	tentação
95	juruparí ratá	inferno
96	juruparí ratá póra	habitador do inferno, infernal
97	juruparí remimonhánga	diabrura
98	juruparí repotý	enxofre
99	jurureçába	deprecação
100	jurureçára	pedintão
101	Kyinha çobaigoára	pimenta do Reino
102	kytingóca ánga	limpar a alma
103	maýa angába	madrinha
104	mbaé aýba poçánga	triaga
105	mbáe monhangára	feitor, oficial
106	mbaé oçú eté Tupána remimonhangára tenhé	prodigio
107	mbaé uçába rendába	refeitório
108	membý apára	clarim
109	membýra angába	afilhado, afilhada da mulher
110	mendaçára roçapoçaitába	bando de casamento
111	mirýba	Barbara (nome de mulher)
112	missa monháng	celebrar, dizer missa
113	missa pytúna	dia de Natal
114	missa pytybonçára	ministro, ajudante de missa
115	moabyçába oxipiaca recé mbaé catú mira çupé	inveja
116	moacang-aybá	constranger, desencabeçar, fazer endoudecer, induzir para mal, melancolizar, persuadir
117	moaçýçára	penitente, magoado
118	moapýca papéra pupé	assentar ou apontar em papel, rol
119	mobabóc	moer cana d'assucar
120	mobóc cúnha pupé	fender com cunhas
121	mocába	espingarda
122	mocába membýra mirim	pistola
123	mocába raýna	munição
124	mocaóca mirim	presidio
125	mocaóca oçu	castello, fortaleza
126	moçaráya rupinhóte onheéng	fallar leviandades
127	mocekyjé çába	espantalho



128	mocémo cecó quera çui	absolver d'algua obrigação
129	mocimbába	plaina de carpinteiro
130	moçoryb tamaracá	repicar o sino
131	mocui-çára	moedor
132	mocuruça	cruzar
133	moira cruçá	rosario
134	mojár curuça recé	crucificar
135	mojecoabába	revelação
136	mojemombeú	confessar
137	mojemonbeuçára	confessor
138	mojepó oçú	ajustar em hum corpo, encorporar, unir
139	mombéu tupána nheénga	evangelizar
140	momendár	fazer casar
141	mongarayb	abençoar, benzer, sagrar
142	mopexib caráyba pupé	crismar
143	mopú reté tamaraca	dozra o sino
144	mopyá catú abá pupé	grangear a vontade de alguem
145	mopyá catú aýba	agrarar, desgostar, enfadar, angustiar, entristecer, importunar
146	morauký mocapýr	quarta feira
147	morauký mocói	terça feira
148	morauký py	segunda feira
149	moraukyçába róca	officina
150	moroxába oçú	general
151	motekýr	fazer destilar
152	motekyreçába	alambique
153	motuú	Domingo, Dia santo
154	motuú oçú	Domingo de Pascoa
155	moveó	absolver de peccados, apagar
156	nhemó abaré	ordem (Sacramento)
157	nhemombeuçába	confissão
158	nhironçába	remissão, perdão
159	nhirongoére	passa-culpas
160	nitfo çangába oaé	immensidade
161	oapycába oçú	cadeira
162	óba monhangára	alfaiate
163	obá motuú recé goára	gala
164	óba múndepába	guarda-roupa
165	obá tupán óca goára	ornamentos da Ireja (sic)
166	óca mbaé meengába	loge de negocio
167	ojar curuça recé	estar crucificado
168	ojemojepé oçú	encorporar-se
169	papaçába ára	dia do juizo universarsal
170	papéra coatiçára	escrivão
171	papéra ianámo oçú	papelão
172	papéra jimboecára	letrado

173	papéra mbaé papaçába	rol
174	papéra mocyçába	obreia
175	paý abaré guaçú	bispo
176	paý abaré oçú eté	papa, pontifice
177	paý abitú	habito de frade
178	paý abúna	jesuita
179	paý apina	frade, leigo
180	paý apytéra	coroa de padre
181	paý bispo	bispo
182	paý clerigo	clerigo
183	paý etá róca	convento
184	paý missa monhangára	sacerdote, padre de missa
185	paý móro rerecoára	paroco
186	paý póro mongeteçába	estação da missa
187	paýa angába	padrinho, padreira, valia
188	pindóba caraýba	palmas para Domingo de ramos
189	poçánga etá rendába	botica
190	póro imboeçára	doutrinador
191	póro monháng	criar, propagar da especie humana; geração, multiplicação
192	póro picyronçába	redemptor
193	pratú oçú typý oaé	almofia
194	pý cerýca	escorregar, cahir
195	pyxib jandý caraýba pupé	ungir
196	santo rerú	andor
197	taigoára etá tupán óca	parochia
198	tajýra angába	afilhado do homem
199	tamaracá	sino
200	tanimbúca ára	dia de cinza
201	tecó anagaipába	peccado
202	tecó angaipába monhangára	peccador
203	tecó angaipába oçú	peccado mortal; sacrilegio
204	tecó aýba	tormento, prisão, crime, desastre, risco, perigo
205	tecó aýba goára	culpado
206	teongoéra rerú rijitába	tumba, esquife
207	tinoába monhangára	barbeiro
208	toacába	compadre, comadre
209	tobá corúba	espinha carnal
210	tupána igoaçuçába	divindade
211	tupána janderecó bebé mengára	Deos verificador
212	tupána jimboeçába	louvor divino
213	tupána moeteçára	temente a Deos
214	tupána nheénga	evangelho
215	tupána nheénga coatiçára	evangelista
216	tupána nheénga omocéme oaé	pregador evangelico
217	tupána oatá	procissão

218	tupána óca	igreja
219	tupána óca rocára	adro, cemiterio
220	tupána potába	dezimo, esmolla
221	tupána puám	hostia
222	tupána ratá	purgatorio
223	tupána raýra	christão, catholico
224	tupána recé	pelo amor de Deos
225	tupána recó	religião
226	tupána recó jabycába	irreverencia, supertição
227	tupána recó monhangára	bemaventurado
228	tupána recó poraçába	virtude
229	tupána recó poraçára	virtuoso
230	tupána recó roinronçára	arrenegar da fé
231	tupána recó rupi	christãmente
232	tupána recobeçába	bemaventurança
233	tupána rendába	sacrario
234	tupána réra cenói	jurar
235	tupána robaýna	hereje
236	tupána róca	templo
237	tupána taýra	Christo
238	tupána taýra rangába	crucifixo
239	tupána yg	agoa benta
240	tupána yg réru	caldeirinha, ou pia d'água benta
241	tupanár	commungár
242	tupanára	communhão
243	tyjepói ára	dia de finados
244	úr oaráma oaé etâ	vindouros
245	ybá réma	alho
246	ybá réma acánga	cabeça d'alhos
247	ybá réma oçú	cebola
248	yg caraýba pupé nhemoaçúca	baptismo
249	yryri çui	cal